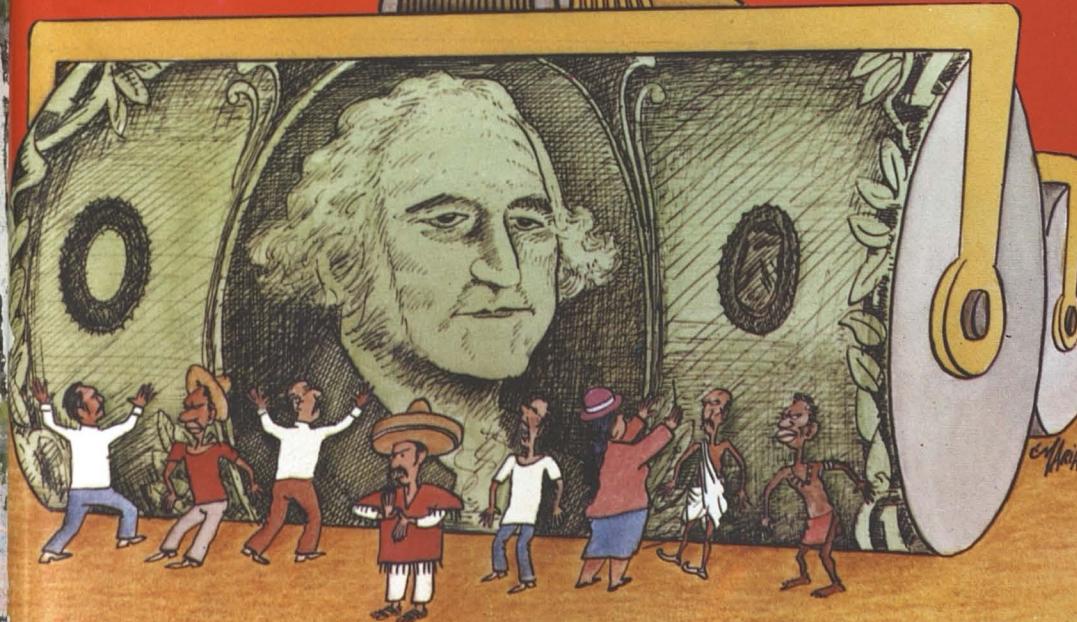


cadernos do

terceiro mundo

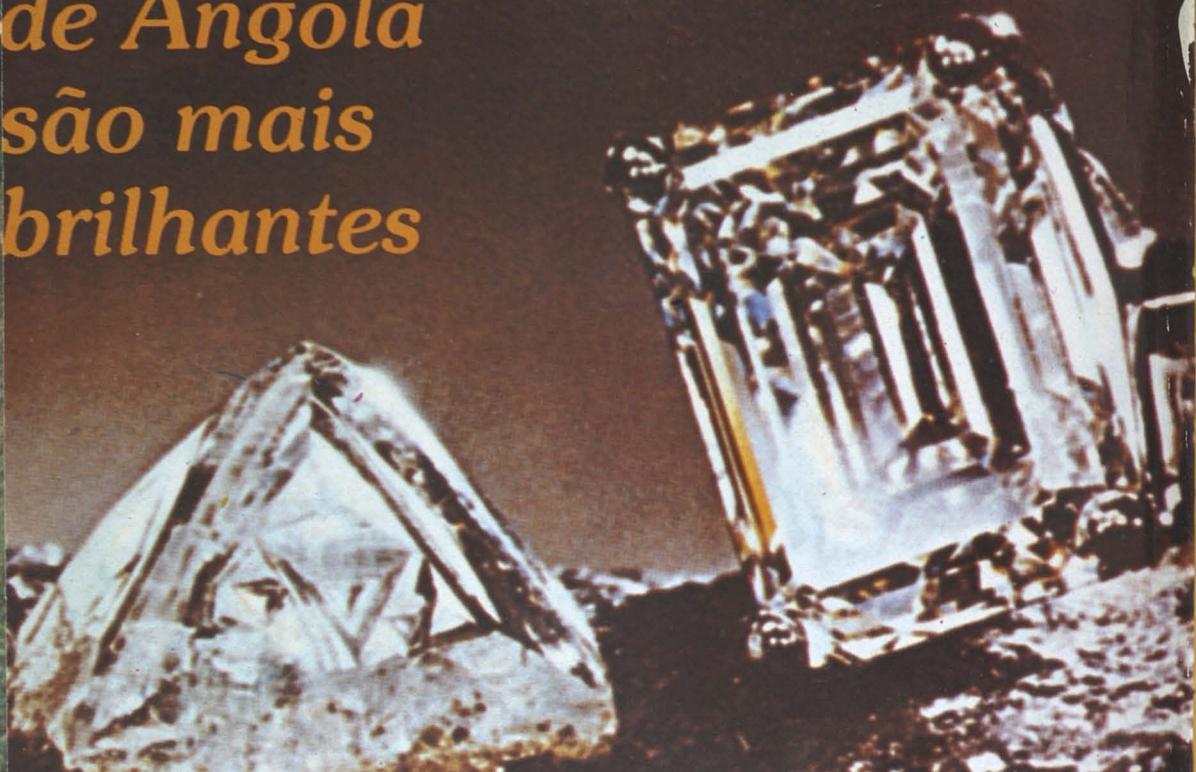
**EXCLUSIVO:
As relações
Brasil-África do Sul**

DÍVIDA EXTERNA



Dilema dos Países Subdesenvolvidos

*Os diamantes
de Angola
são mais
brilhantes*

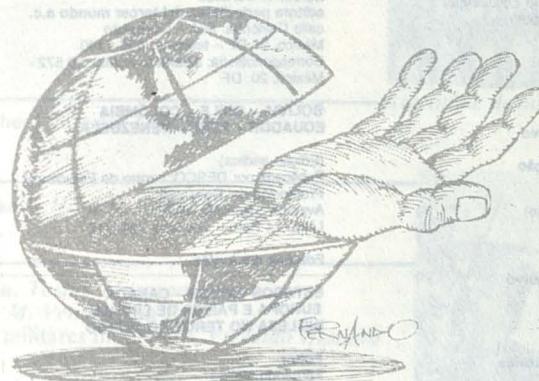


*Estão agora a serviço do povo
e da reconstrução nacional*

Companhia de Diamantes de Angola

Moratória ou convulsão social?

Há mais de 200 anos que o Brasil — um dos maiores devedores do Mundo — convive com a dívida externa. Em rigor, aquele país já nasceu endividado, quando os ingleses cobraram débitos vencidos, dias depois do Grito do Ipiranga. O México tem uma história muito parecida. A Argentina, idem. E os exemplos podem ser encontrados com uma frequência rotineira na África, no resto da América Latina e na Ásia. Hoje, no entanto, a convivência com a dívida está a atingir limites críticos. Não só o volume dos débitos passou a ser tão grande a ponto de desafiar os próprios os ficcionistas, como também a capacidade de pagar se tornou progressivamente tão pequena que nem mesmo futurolistas conseguem imaginar malabarismos contábeis verossímeis. Os remédios clássicos para a dívida mostram-se incapazes. O "doente" passou a ser resistente ao receituário do FMI. E a perspectiva que se abre é a da convulsão social, como única alternativa entre a pressão dos credores e a impotência dos devedores. Uma convulsão capaz de derrubar governos e regimes que caíram na "armadilha" da dívida, mas que pode também potencialmente levar a uma ameaça concreta de utilização do arsenal nuclear.



O regime racista sul-africano passa por uma profunda crise. Crise econômica e de identidade que leva os brancos defensores do apartheid a cavarem divisões entre si. Dai que dediquemos um largo espaço deste número à análise dessas profundas contradições e a publicar um especial sobre as complexas e muito pouco conhecidas relações entre a África do Sul e o Brasil.

Editor e Director: Artur Baptista
Propriedade:
Tricontinental Editora, Ld.^a
Redacção e Sede da Administração:
Calçada do Combro, 10-1.^o
tel. 320650 1200 Lisboa
telex 42720 CTM TE P
Tiragem desta edição: 36.000 exemplares
Número de registo do Serviço de Depósito
Legal: 789/82.

Edições em português

**ANGOLA - CABO VERDE
GUINÉ-BISSAU - MOÇAMBIQUE
PORTUGAL - S. TOMÉ E PRÍNCIPE**

Redacção

Baptista da Silva
Carlos Pinto Santos
Alice Nicolau
Guimara Belo Marques

Paginação

Helena Salvador
José Santa-Bárbara

Revisão

Estevam Reis

Documentação e Arquivo

Cristina Assis

Serviços Comerciais

José C. Figueiredo

Publicidade

José Ferreira

Cristina Campos

Maria João Macedo

Composição e Impressão

Jornal do Comércio e Gráfica Europam

Distribuição

CDL, Central Distribuidora S.A.R.L

Representantes

Angola

Luis Henriquez, C.P. 3593, Luanda

Moçambique

Estevalo Hipólito e João Escadinho

Rua Kongwa, 153, Maputo

tel. 25140

BRASIL

Director e Editor

Neiva Moreira

Director Administrativo

António Neiva

Secretário de Redacção

José C. Godim

Arte

Samaral (editor de arte)

Sonia Freitas

Revisão

Cláudia Guimarães

Documentação e Arquivo

Lidio Freitas

Eunice H. Senna

Composição

Ronaldo Fonseca

Distribuição e Assinaturas

Inácio D. Santos

Maria José S. Santos

Divulgação

Henrique Menezes

Editor Geral
Neiva Moreira

Editores Associados
Pablo Piacentini e Beatriz Bissio

Conselho Editorial Internacional
Darcy Ribeiro - Juan Somavia
Henry Pease Garcia
Aquino de Bragança
Wilfred Burchett

Representantes

Clóvis Sena (Brasil)
Paulo Cannabrava Filho (São Paulo)
Caixa Postal 60086 - CEP 05033
Beatriz Schiller (Estados Unidos)
18 East, 18th Street, ap. 3E
Nova York - NY 10003
Tels: (212) - 691-9142/929-5783

Fotolito e Imprensa
Ébano Gráfica e Editora Ltda.
Rua do Senado, 349
Tels: 250-2505/232-0123
editora terceiro mundo ltda.
Rua da Glória, 122 - grupo 105/106
Tel.: 242-1957/Telex: 2133054CTMB/BR
CEP 20.241 - Rio de Janeiro - RJ
Registo na Junta Comercial do Estado
do Rio de Janeiro n.º 33.200.306.291
C.G.C. (MF) n.º 30.876.783/0001-32
Inscrição Estadual n.º 81.341.400
Registo no INPI n.º 013.539
Registo no SCDP/SR/DPF
n.º 2.195 - P. 209/73

Edições em espanhol

**MÉXICO - AMÉRICA CENTRAL
AMÉRICA DO NORTE E CARAÍBAS**

Editor

Roberto Remo

Gerente Geral

Gerônimo Cardoso

editora periodistas del terceiro mundo a.c.
calle California, 98A - Coyoacán
México, 21 DF - telefone: 689-1740
Correspondência: Apartado Postal, 20.572
México, 20, DF

**BOLÍVIA - CHILE - COLOMBIA
EQUADOR - PERU - VENEZUELA**

(Edição andina)

Publicada por DESCOS: centro de Estudios y
Promoción del Desarrollo
Avenida Salaverry, 1945
Lima, 14 Peru - Telefone 724-712

Edições em Inglês

**ESTADOS UNIDOS - CANADA
EUROPA E PAÍSES DE LÍNGUA
INGLESNA NO TERCEIRO MUNDO**

Editor

Fernando Molina

Editor Consultivo

Cedric Belfrage

Apartado Postal, 20.572 b - México, DF.

Circulação em 70 países

cadernos do terceiro mundo utiliza os serviços das seguintes agências: **ANGOP** (Angola), **AIM** (Moçambique), **INA** (Iraque), **IPS** (Inter Press Servic), **SHIHATA** (Tanzânia), **WAFA** (Palestina), e do pool de agências dos Países Não-Alinhados. Mantém um intercâmbio editorial com as revistas **Nueva** (Equador), **Novembro** (Angola), **Tempo** (Moçambique) e com o jornal **Daily News** de Dar-es-Salaam (Tanzânia).

DISTRIBUIDORES

ANGOLA: EDIL - Empresa Distribuidora Li-
vreira UEE, Avenida Luís de Camões, 111,
Luanda. **BELIZE:** Cathedral Book Center, Belize
City. **BOLÍVIA:** Tecnolíbros S.R.L., Casilla de
Correio 2028, La Paz. **BRASIL:** Fernando Chi-
naglia Distribuidora S.A., Rua Teodoro da Silva,
907 - Rio de Janeiro. **CABO VERDE:** Instituto
Cabo-Verdiano do Livro, Rua 5 de Julho, Praia.
CANADA: Third World Books and Crafts, 748
Bay St. Ontário, Toronto - The Bob Miller Book
Room, 180 Block St. West, Toronto. **COLÔMBIA:**
Ediciones Suramérica Ltda., Carrera 30 n.º
23-13, Bogotá. **COSTA RICA:** Semanário Nuevo
Pueblo, Av. 8 Calles 11 y 13 N.º 1157, San José.
CHILE: Distribuidora Sur, Dardignac 306, San-
tiago. **EQUADOR:** Edicionesociales, Córdova
601 y Menduburo, Guayaquil - RAYD de Publica-
ciones, Av. Colón 248, of. 205, Quito. **ED.**
Jaramillo Arceaga, Tel. 517590, Reg. Sendip Pex
1258. **EL SALVADOR:** Librería Tercer Mundo,
Primeras Calle Poniente 1030, San Salvador - El
Quijote, Calle Arco 708, San Salvador. **ESTA-
DOS UNIDOS:** Guild News Agency, 1118 W.
Armitage Ave., Chicago, Illinois - New World
Resource Center, 1476 W. Irving Pl., Chicago,
Illinois - Librería Las Américas, 152 East 23rd
Street, New York, N.Y. 10010 - Third World Books,
100 Worcester St, Boston, Mass 02118 -
Librería del Pueblo, 2121 St. New Orleans, LA
70130 - Papyrus Booksellers, 2915 Broadway at
114th St. New York, N.Y. 10025 - Tom Mooney
Bookstore, 2595 Folsom Street, San Francisco,
CA 94110 - Book Center, 518 Valencia St. San
Francisco, CA - Red and Black, 4736 University
Way, Seattle - Groundwork Bookstore, U.C.S.D.
Student Center B-023, La Jolla, CA. **FRANÇA:**
Centre des Pays de Langue Espagnole et Portu-
gaise, 16 Rue des Ecoles, 75005 Paris. **GRÁ-
-BRETANHA:** Latin American Book Shop, 29
Islington Park Street, London. **GUINÉ-BISSAU:**
Departamento de Edição-Difusão do Livro e
Disco, Conselho Nacional da Cultura. **HO-
-LANDA:** Athenaeum Boekhandel, Spuyl 14-16,
Amsterdam. **HONDURAS:** Librería Universitaria
"José Trinidad Reyes", Universidad Autónoma
de Honduras, Tegucigalpa. **ITALIA:** Paesi
Nuovi, Piazza de Montecitorio 59/60, Roma
- Feltrinelli, Via de Babuino, 41 Roma - Alma
Roma, Piazza P. Paoli, 4-A, Roma - Spagnola,
Via Monserrato, 35/6, Roma - Uscita, Bianchi
Vecchi, 45 Roma. **MÉXICO:** Unión de Expen-
dedores y Vendedores de Periódico, Humboldt
N.º 47, México 1, D.F. - Distribuidora
Sayrola de Publicaciones, S.A., Mier y Pesado
N.º 130, México 12, D.F. - Librerías México Cul-
tural, Mier y Pesado N.º 128, México 12, D.F. -
Metropolitana de Publicaciones, Librería de Cristal
e 100 livrarias em todo o país. **MOÇAMBI-
-QUE:** Instituto do Livro e do Disco, Ave. Ho Chi
Minh 103, Maputo. **NICARÁGUÁ:** Ignacio Briones
Torres, Reparto Jardines de Santa Clara,
Calle Óscar Pérez Cassas N.º 80, Quinta Sole-
dad, Manágua, Nicaragua. **PANAMA:** Librería
Cultural Panamericana, S.A., Ave Espíritu 16, Pa-
namá 878, Lima 1. **PORTUGAL:** CDL, Av. Santos
Dumont, 57, 1000 Lisboa. **PORTO RICO:** Lib-
rerías La Tertulia, Amalia Marin Esq, Ave Gonzalez,
Río Piedras - Pensamiento Crítico, P.O. Box
29918, 65th inf. Station, Rio Piedras, P.R. 00929.
REPÚBLICA DOMINICANA: Centro de Estudios
de la Educación, Juan Sanchez Ramirez 41,
Santo Domingo - DESVIGNE, S.A., Ave Bolívar
354, Santo Domingo. **REPÚBLICA FEDERAL
DA ALEMANHA:** Gunther Hoppenmüller, Je-
ringen 155, 2102 Hamburgo. **S. TOMÉ E PRÍ-
-NCIPE:** Ministério de Informação e Cultura Popu-
lar. **SUÉCIA:** Wenngren-Williams AB, S-10425,
Stockholm. **VENEZUELA:** Publicaciones Espa-
ñolas, S.A., Ave México Lachoso a Pte. Brion,
Caracas.

cadernos do terceiro mundo 59/60



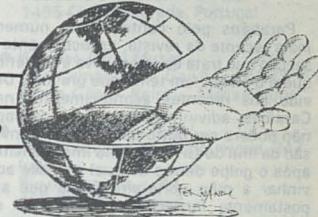
4 Cartas

6 Panorama Tricontinental

12 Editorial

Matéria de capa: Dívida Externa, o dilema do Terceiro Mundo

- 17 Pagar ou não pagar
18 Nunca tantos deveram tanto, *Carlos Castilho*
20 Brasil: Pela terceira no Fundo, *Marcus Arruda*
23 Quem perde e quem ganha, *Theotonio dos Santos*
28 Entrevista com Celso Furtado, *Moacir Werneck de Castro*
31 Argentina: A herança dos militares, *Horácio Verbitsky*
35 México: O modelo do FMI
38 América Latina: Quem deve o quê
40 África: O preço da pedindência, *Kassahum Checole*
45 A crise africana em números
46 Como sair da crise
49 Algumas opiniões



Argentina: de novo a democracia



África do Sul: o sistema em convulsão

África

- 52 África do Sul: A crise no "apartheid", *Carlos Castilho*

América Latina

- 57 Argentina: O regresso à democracia, *Horácio Verbitsky*

Ásia

- 61 Filipinas: Por dentro da guerrilha, *Toshio Murayama*
66 Paquistão: Momentos decisivos, *M. Venugopala Rao*
69 Timor-Leste: A guerra divide os militares indonésios, *Etevaldo Hipólito*

73 Especial/Brasil-África do Sul: As relações não declaradas

Cultura

- 87 Muralistas descem às minas de carvão
89 Os meninos da Malanga
92 Notas de Cultura
94 Livros
96 Humor de Mariano

cartas cartas cartas cartas cartas cartas cartas



A alternativa energética do álcool

Parabéns pelo conteúdo do número mais recente da revista, especialmente a seção que trata da alternativa energética que é o álcool, um tema que provoca. Devido aos recentes acontecimentos nas Caraíbas, adivinhe que o tema da capa não poderá ser outro que a impune invasão da ilha de Granada pelo imperialismo, após o golpe detrás do qual se pode adivinhar a mão norte-americana que supostamente forneceu a justificação da invasão, para "proteger vidas e propriedades de estrangeiros". Quantas vezes temos ouvido estas palavras como justificação das intromissões no hemisfério?

Malcolm Greenwood, University Crescent, Highfield, Southampton, Grã-Bretanha.

Álcool I

(...) Cabe ressaltar a excelente matéria sobre o álcool como alternativa energética, não só pela abordagem técnica, mas pela abordagem política e económica, através de uma óptica do Terceiro Mundo. Solicito que publiquem matéria sobre o líder do M-19, morto em acidente aéreo.

Luiz Antônio Borges, São Paulo, SP, Brasil.

Álcool II

Estendo os parabéns para o belíssimo documento sobre o álcool, do n.º 57. Impressiona o tratamento dado pelos poderes públicos ao Proálcool, quando claramente se percebe que estamos com uma bomba retardatária nas mãos que, além de não conhecemos o momento da sua explosão, desconhecemos o antídoto para os seus efeitos (...). E apesar de viável a intensificação da procura de energia alternativa, não se pode, contudo, sacrificar a produção de alimentos (...), prova-se que ainda não aprendemos a lição colonial da monocultura. É preciso produzir álcool, mas sem envenenar a terra e matar mais gente de fome.

Juvenal T. da Silva, Jacobina, BA, Brasil.

Imperialismo é o culpado

Sou estudante de economia e interesso-me pelos problemas que afectam o Terceiro Mundo. Tais problemas, julgo eu, são consequência de variados factores, mas penso que todos eles derivados do interesse e força do imperialismo americano. Naturalmente que a interferência do imperialismo nos países do Terceiro Mundo traz consequências graves quer social quer economicamente. E, regra geral, dependência económica traz dependência política. Vejamos o caso de Portugal que, a troco de empréstimos(?) utilizam o nosso território a pretexto da garantia e segurança do nosso povo.

Evolução

Absorve a realidade
e vê
o que te oprime
Cria sentido de revolta
e crê
que o futuro
amigo é
Marcha em frente
e sé
o complemento ardente
daquilo que se não é

Jorge Manuel Leal Batista da Silva,
Porto, Portugal



África

Continente e Península triangular
A flor da civilização mais antiga
Hospedeira do salvador singular
Da sagrada família e amiga
O formato de um grande coração
Com 30 milhões e 224 mil km²
Cujas riquezas metem o mundo

em confusão

Centro dos estrangeiros traficantes
África canto de grande desafio
Que o colonialismo vindo vazio
Volta com fabulosa riqueza
Devido à prosaípa e sua esperteza
Deixando ainda desunido
Com fim de o colonizar
A paz é proclamada constantemente
Mas lhe é vendido material beligerante
Para seu irmão matar sem piedade
Mesmo criança de tenra idade
Mas eu lhe consolo
Porque tudo fim terá
Será renovado o seu solo
E você se alegrárá

José Isaias P. Francisco, CP 18455

Luanda, Angola



Granada

Mais uma vez as garras sanguinárias do imperialismo norte-americano voltaram a cravar-se. Desta feita a vítima foi Granada, uma pequena ilha que não possui um exército regular para fazer frente às forças belicistas dos EUA e que foi invadida sob o pretexto de garantir a segurança dos cidadãos norte-americanos residentes na ilha.

Os soldados norte-americanos assassinaram patriotas granadenses e internacionalistas cubanos que se encontravam a cooperar na pequena ilha. Este crime não poderá ficar impune, GRANADA! As forças amantes da Paz estão ao teu lado.

Henrique José Nunes da Mata, Luanda, Angola.

Apartheid

(...) Pois afirmo mais uma vez que muitos elementos de todas as raças e origens sul-africanas ou não, estão a compreender, de facto, o escárnio, e a tortura que os sanguessugas do apartheid têm feito. Portanto, isto prova mais uma vez que são vários os que têm de seguir o exemplo do tenente sul-africano, o médico Gerald Eckert, que ao desertar, afirmou: "Gostaria de dizer aos oficiais das forças sul-africanas e aos oficiais brancos em geral, que me consideram um exemplo: 'Esta é uma forma de lutar contra o apartheid. A causa do apartheid não tem sentido'."

Domingos A. Rodrigues, Luanda, República Popular de Angola.



A Arménia Soviética

Foi com todo o interesse e atenção que li o artigo "Arménia... Um sonho proibido", publicado no n.º 56. Ora, não percebi o que levou a União Soviética a ocupar a República de Everão em 1920. Claro que sei que a República de Everão, hoje República Socialista Soviética da Arménia teve (e tem) um acolhimento muito humano no conjunto dos países que formam a URSS. Além disso, nunca ouvi dizer que o Exército Revolucionário Arménio e outras formações (organizações) para a libertação da Arménia, reivindicasse esta parte da Arménia, integrada na URSS.

Manuel Nassum, Lisboa, Portugal

N.R. — A República Socialista Soviética da Arménia é, em termos de área, a mais pequena das quinze repúblicas soviéticas. A sua superfície é de 29 800 km². Pela sua composição nacional, é considerada a mais homogénea de todas as repúblicas federadas. Os arménios constituem 88,6% da população.

As relações entre o povo russo e o povo arménio existem desde há séculos, num plano de boa cooperação e entendimento. Quando, depois da revolução de Outubro, em 1917, os turcos incluíam no seu genocídio contra o povo arménio, o ataque contra a Rússia soviética, foi possível, através de um levantamento popular arménio, correr com os invasores turcos da região de Everão, com a ajuda do Exército Vermelho. Foi neste contexto que se proclamou, em 29 de Novembro de 1920, a República Socialista Soviética da Arménia.

Terceira guerra mundial

Venho por meio desta prestar a minha solidariedade a todos os povos e movimentos revolucionários do Terceiro Mundo em defesa da sua liberdade e do socialismo: pois este é o único caminho

para alcancarmos a nossa independência e superarmos as nossas dificuldades. Estou solidário com todos os povos da América Latina e África, enquanto estes países tiverem a sua soberania ultrajada por ditadores e fascistas sustentados pelo imperialismo norte-americano. (...) Se algum dia houver uma terceira guerra mundial, o único culpado será este belicista degenerado chamado Reagan. Não adianta ele querer culpar a União Soviética e o bloco socialista: simplesmente os povos estão cansados de serem pisados por botas militares corruptas, que em nome de uma ordem social, torturam, matam e mandam para o exílio os verdadeiros patriotas!

Luiz Henrique M., Aracaju, SE, Brasil.

Espaço para estreantes

(...) Sugeria a criação de uma página para estreantes que tenham já concluído ou que estejam a fazer ainda o curso de Comunicação Social e outros interessados, pois tal iniciativa contribuiria para os motivar no campo da comunicação social alternativa.

Daniel Miranda, Santa Cruz do Timbó — SC — Brasil.

Civilizações antigas

Sou leitora dessa revista e admiro-a muito. Como gosto muito de história, aproveito para sugerir uma reportagem sobre os vestígios das civilizações que existiram na América Latina, África e Ásia (...) Nós apercebemo-nos que até na cultura o Terceiro Mundo é lesado, pois a maioria dos objectos que nos foram legados por esses povos estão em museus europeus.

Maria Eunice Schuch, Tapes, RS, Brasil.

Intercâmbio

- *Carlos Santana Ferreira Guimarães*
Rua Dr. Miguel V. Ferreira, 301
Apt. 101, Torrões, Recife-PE, Brasil
- *António Emanuel Diogo da Silva*
C.P. 38, Waco-Kungo, Angola
- *João Moniz*
C.P. 190, Negage Uige, Angola
- *Jekhen João Manuel*
C.P. n.º 18 746
Vila Alice, Luanda, Angola
- *Florenço Miguel Ferreira*
C.P. n.º 427
Luanda, Angola
Tenho selos de Portugal e Macau
- *João Neto*
Residência Masculina do ISEF
1495 Cruz Quebrada, Portugal
- *Esmael Jamú Mussá*
Rua Comandante Gaião, n.º 327, r/c
Ponta-Géa — Beira — Moçambique
- *Gilson de Castro Vidal*
Rua Rodrigues de Albuquerque, 247
Irajá, Rio de Janeiro — RJ
CEP 21.230 — Brasil
- *Leila Freire*
Rua Euclides dos Santos, 126
Araraquara — CEP 14.800
São Paulo — SP — Brasil
- *Marcos António Silvestre*
CP 904 — Recife — PE
CEP 50.000 — Brasil
- *Estela Marino Alves*
Rua João Corazzari, n.º 745
Centro — Vinhedo — CEP 13.280
São Paulo — SP — Brasil
- *Adriana Cattani*
Av. Padre F. Sales Culturato n.º 3.489
C.P. 299 — Araraquara
São Paulo — SP — CEP 14.800
Brasil
- *Andrea F. dos Santos*
Rua São Borja, 201 — C. Vargas
Jabaquara — CEP 04.320 — Brasil
- *Luiz Freitas*
C.P. 1.462 — São Paulo — SP
CEP 01.051 — Brasil
- *Valdemir A. Pires*
C.P. 329 — Araras — CEP 13.600
SP — Brasil
- *Gloria C.M. Araújo*
Rua Joaquim de Souza Pacheco F.º 371
V. Medeiros — São Paulo
SP — CEP 02.217 — Brasil
- *Sebastião Vera Cruz*
C.P. 7.072 — Centro — São Paulo
SP — CEP 01.051 — Brasil

Granada

A resistência continua

Os norte-americanos começam a queixar-se da população de Granada. Segundo uma testemunha bem informada, o general Jack Ferris, comandante das tropas de ocupação, teria afirmado que o apoio dos granadianos aos invasores está a diminuir sensivelmente.

O general Ferris atribui o facto aos procedimentos repressivos que afectam a vida dos cidadãos, como as invasões domiciliares, prisões e o estabelecimento de campos de concentração.

O general equivocou-se, não agora, mas quando confundiu o silêncio dos primeiros dias com acoitamento simpático. Refeita do golpe, a população está, agora, a medir a extensão do crime praticado pela administração Reagan e começa a dar sinais de resistência.

Todos os que conhecem o espírito do povo de Granada e a implantação do partido de Bishop — o Nova Jóia — no seio das massas populares, sabem que os invasores terão problemas crescentes na ilha e que a resistência, sob múltiplas formas, será cada vez maior.

"O meu povo nunca se renderá. Somos um dos povos mais combativos das Caraíbas e lutaremos até à morte". Esta declaração foi feita pela sra. Dessima Williams, representante de Granada nas Nações Unidas.

A corajosa diplomata granadense acrescentou: "Durante a hora e meia que Maurice Bishop esteve livre antes de morrer, disse que devíamos ser corajosos e livres. Isso está na mente de todos".

Sobre o ataque aos trabalhadores cubanos na construção do novo aeroporto, a sra. Williams declarou: "Os mercenários norte-americanos cometem um crime contra a humanidade ao assassinarem esses trabalhadores". E concluiu: "Vamos lutar até à morte. Peço à consciência do mundo que diga aos Estados

Unidos que parem, que se retirem do nosso país. Para que possamos construir o nosso futuro".

Tem-se, entretanto, acentuado a mobilização em favor de Granada, assinalada pela exigência de que os agressores norte-americanos abandonem a ilha o mais rápido possível. Mesmo nos Estados Unidos, dezenas de milhares de pessoas desfilaram em Nova Iorque, protestando contra a ocupação de Granada. No Brasil, mas de 500 destacados intelectuais, artistas, parlamentares e líderes políticos enviaram uma nota ao governo dos Estados Unidos sobre a grave situação na América Central e Caraíbas.

Afirmou o texto:

"É nossa convicção que o mundo atravessa um momento de alta periculosidade para a paz internacional, porque os governos como o actual dos Estados Unidos da América se creem árbitros dos povos, ameaçando-os com práticas belicistas e dando estatuto de cobeligerância a bandos criminosos que hostilizam os países vizinhos".

Os signatários exigem que as "forças estrangeiras saiam da América Central e que os centro-americanos sejam senhores da sua vontade e do seu destino".

Uma comissão integrada por Oscar Niemeyer, Chico Buarque de Hollanda, Moacir Werneck de Castro, Neiva Moreira, Antonio Callado, Antonio Houai e outros entregou a moção no consulado norte-americano. Um vice-cônsul, inicialmente, queria receber apenas uma pessoa mas acabaria por concordar em que seis signatários entregassem o texto no vestíbulo do edifício.

Outro facto relacionado com a situação centro-americana foi a recusa do arquiteto Oscar Niemeyer em ir a Nova Iorque para a inauguração, nas Nações Unidas, da exposição "De Aleijadinho a Niemeyer", organizada pela Embratur (Empresa Bra-



Os norte-americanos vão encontrar problemas crescentes...

sileira de Turismo).

Niemeyer enviou uma carta ao presidente da empresa, Miguel Collaçônio, ressaltando o seu agradecimento pelo que foi feito em favor da exposição mas comunicando a sua decisão de não ir a Nova Iorque.

Afirmou o arquiteto Niemeyer na sua carta: "Depois da invasão de Granada, das sucessivas ameaças contra Cuba, Nicarágua e El Salvador, falta-me ânimo para visitar agora aquele país. E as minhas razões fortalecem-se quando lembro que tudo isso ocorre no nosso Continente, contra os nossos destemidos irmãos da América Central.

"É claro que na minha revolta não incluo o povo norte-americano. Povo bom como todos os outros que conheci lá pelos anos 47 a gritar na 5.ª Avenida: 'Up democracy, down fascism!' Nela incluo apenas o governo de Reagan e esse clima de provocações, violências e ameaças com que espanta e compromete o mundo civilizado".

Militares envolvidos em desfalque bancário

□ O governo da Colômbia, até agora, não sabe quem roubou um total de 13,5 milhões de dólares depositados secretamente numa conta do *Chase Manhattan Bank*, em Londres. O incrível roubo teria sido realizado entre Agosto e Outubro deste ano, tendo os ladrões utilizado um simples telegrama para retirar a quantia.

O desaparecimento do dinheiro só veio a ser notado no dia 13 de Outubro quando o Banco da República da Colômbia pediu um extracto do seu saldo no *Chase Manhattan* e recebeu como resposta a comunicação de que um telex enviado por autoridades colombianas havia ordenado a transferência dos 13,5 mi-

lhões de dólares para a conta número 66711957 do banco *Morgan Guaranty* de Nova Iorque. Uma investigação posterior revelou que nos arquivos do Banco da República não foi encontrado nenhum telex com essa autorização.

A quantia roubada era parte de um empréstimo contraído pela Colômbia em Maio de 82 para utilização pela polícia de Bogotá, e movimentado sem nenhum controlo orçamental pelo ministério da Defesa. Investigações posteriores revelaram que a mesma quantia foi retirada do *Morgan Guaranty* e transferida para o banco *Hapoalim*, em Zurique, na Suíça, que se nega a dar qualquer

informação baseado na lei de sigilo bancário. Mas jornalistas colombianos descobriram mais tarde que os 13,5 milhões de dólares se encontram num banco israelita.

O governo colombiano exigiu ao *Chase Manhattan* a devolução do dinheiro, mas o banco norte-americano negou-se. O problema acabou por gerar um grande escândalo de corrupção, envolvendo não só funcionários do Banco da República como também do ministério da Defesa. Há rumores de que o dinheiro foi depositado no banco israelita para pagar equipamentos militares adquiridos secretamente por generais colombianos em Telavive.

Honduras

Militares dos USA são veteranos do Vietnam

□ A quase totalidade dos fuzileiros navais norte-americanos que foram para as Honduras participar em manobras militares são veteranos da guerra do Vietnam, com larga experiência em ataques do tipo comando ou em invasões a território ocupado por forças adversárias. Ao todo são cinco mil norte-americanos, que, desde Agosto, participam juntamente com seis mil soldados hondurenhos na chamada operação "Pino Alto Dois".

A tropa de elite dos fuzileiros navais norte-americanas é formada pela Unidade anfíbia *MAU-28*, cujo comandante é o coronel R. W. Austin, que esteve no Vietnam entre 1967 e 1968. Também o comandante da unidade de helicópteros e o do destróier *USS Raleigh* são veteranos da guerra no sudeste asiático. A principal manobra da operação "Pino Alto Dois" foi um desembarque de tropas no litoral atlântico das Honduras, perto do porto de Castilla.

Observadores militares centro-



-americanos afirmaram que o desembarque poderá servir de modelo para uma invasão da Nicarágua, a exemplo do que já aconteceu na ilha de Granada. O governo sandinista, por seu lado, disse que a alta qualificação e experiência dos militares norte-americanos envolvidos na "Pino Alto Dois" indicam que os Estados Unidos estão interessados em testar em primeiro lugar a sua capacidade de invadir a Nicarágua, enquanto que o treinamento de tropas hondurenhos fica a um distante segundo lugar.

Aumentaram também as evidências de que os Estados Unidos estão a transformar o território das Honduras numa espécie de trampolim para eventuais incursões militares contra países centro-americanos. Nos últimos dois meses, os EUA investiram mais de cem milhões de dólares na ampliação e modernização de aeroportos militares em todo o território hondurenhos. Assim como foram investidos cerca de 35 milhões de dólares na ampliação do sistema de comunicações para uso militar.

Chile

As atribulações literárias de Pinochet

□ O general Augusto Pinochet vai fazer uma nova incursão no terreno da literatura. Deverá sair em breve o segundo livro do ditador chileno. O primeiro, publicado há três anos, foi um fracasso total de vendagem, e a sua circulação ficou restrita aos funcionários públicos e aduladores do governo. O segundo, ao que tudo indica, terá um destino ainda mais inglório. Já há muitos seguidores da Junta Militar que começam a mostrar sinais de distanciamento em relação a Pinochet, percebendo que os dias do general estão contados.

Pinochet escolheu um título pouco convencional: "Politicos, politicagem e demagogia". Embora o livro tenha sido folheado apenas pelos membros da "corte", um conhecido crítico literário usou o termo "catilinária" para classificar genericamente o conteúdo da obra. O livro tem 24



capítulos com títulos que variam desde temas ambiciosos como "Ser militar e ser governante", até outras tentativas menos abrangentes como "Da política à politicagem".

O chefe do governo chileno, no poder há quase 11 anos, repete todos os *slogans* e ideias básicas da sua administração, ignora a crise gerada pelo liberalismo económico e passa por alto na apreciação dos protestos populares. E concluir com a sugestão que alguns políticos de oposição classificaram de "no mínimo, curiosa": a "crise chilena seria resolvida instantaneamente se o país resolvesse funcionar como o Corpo de Bombeiros, os escoteiros ou o Centro de Mulheres". Pinochet considera essas instituições como modelos de voluntariado. Em tempos, o Centro de Mulheres foi dirigido pela mulher do ditador chileno.

Peru

Esquerda ganha força eleitoral

□ Pela primeira vez na sua história, a cidade de Lima, capital do Peru, terá uma Câmara socialista. A Frente Esquerda Unida ganhou também as autarquias de Cuzco, Huancavelica, Puno e Huancayo, além de outras cidades. Com estes resultados, a coligação de esquerda tornou-se a segunda força política em importância no Peru, já que obteve apenas 25% menos de votos do que o partido Apra.

O novo presidente da Câmara de Lima, Alfonso Barrantes, um independente, tomará posse em Janeiro depois de obter 34% dos votos dos cinco milhões de eleitores da capital peruana, nas eleições de 13 de Novembro. Barrantes, além de prometer um governo popular, garantiu que fornecerá um milhão de refeições diárias para as crianças pobres de Lima. Anunciou já que viajará dentro em breve para a Europa em busca

de ajuda financeira para a campanha de alimentação infantil que será iniciada em Abril, quando recomencarem as aulas em Lima. Actualmente uma em cada cinco crianças da capital peruana está subnutrida, e 95% da mortalidade infantil é provocada pela falta de alimentação adequada.

A Esquerda Unida só não ganhou em Arequipa, a segunda cidade do Peru, devido à divisão dos votos socialistas, pois o grupo *trotskista* chefiado por Hugo Blanco resolveu concorrer com candidato próprio. Nas demais cidades peruanas, o resultado do acto eleitoral mostrou também um fracasso total do partido da Accção Popular, do presidente Belaúnde Terry.

As eleições do dia 13 de Novembro serviram também como uma espécie de teste para a campanha das eleições presidenciais do próximo ano. O fracasso dos pequenos partidos

teve como consequência uma polarização política entre a Esquerda Unida e a Apra. Dentro da coligação de esquerda, o nome mais cotado passou a ser o de Alfonso Barrantes, enquanto na Apra, o actual presidente do partido, Alan García, é o candidato praticamente certo à sucessão de Belaúnde. A recente campanha eleitoral mostrou também um claro realinhamento dos principais partidos peruanos. A Apra, um partido que teve um passado nacionalista importante no Peru, começou a campanha municipal com posições reformistas, mas, pouco a pouco, foi mudando de posição, e acabou aproximando-se dos partidos mais conservadores. Os observadores políticos peruanos acham que a mesma tendência será seguida na campanha presidencial de 84, o que acabará por ir favorecer a Esquerda Unida.

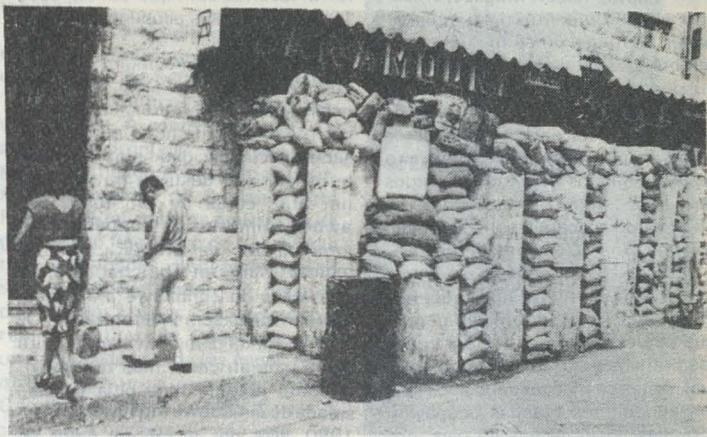
Líbano

Israel impõe passaporte interno

□ A partir do dia 16 de Novembro, os libaneses necessitam de uma autorização especial para se deslocarem entre o sul e o norte do país. A exigência dessa autorização especial foi encarada como mais um sintoma de que Israel pretende institucionalizar a divisão do Líbano, onde o governo de Telavive exerce hoje um controlo militar total no sul.

Todos os viajantes que necessitarem de cruzar a ponte do rio Awali, usando qualquer tipo de transporte, deverão exhibir um salvo-conduto emitido ou pelo quartel-general israelita em Sidon ou por funcionários da missão especial instalada no norte de Beirute. Todos os veículos que cruzarem a ponte do rio Awali estarão também sujeitos a revista e identificação.

O jornal libanês *As Salir* classificou as medidas impostas pelas tropas israelitas que invadiram o Líbano, como uma "violação de todas



as leis internacionais". O governo libanês pediu que a ONU tente convencer Israel a eliminar a exigência de salvo-conduto, mas nada foi conseguido. Deputados da oposição li-

banesa classificaram as medidas de limitação impostas aos viajantes como mais um passo no sentido da eliminação total da autonomia nacional do país.

Caraíbas

Intelectuais pedem uma "zona de paz"

□ Personalidades políticas de 20 países diferentes pediram no México que a bacia das Caraíbas seja considerada "zona de paz". A reunião contou com a participação de 200 pessoas e condenou também a política norte americana na região. O encontro foi realizado com o patrocínio da Associação Internacional de Juristas Democráticos e pelo Centro de Estudos Sociais e Económicos do Terceiro Mundo.

A declaração da "zona de paz" seria feita pelas Nações Unidas e implica a obrigação de todos os estados da região das Caraíbas em resolver pacificamente todas as divergências, proibir o uso da força, respeitar o direito de autodeterminação

as desvalorizações e outras medidas económicas adoptadas estão voltadas num pleno de estabilizar o cenário para fazer com que o FMI (Fundo Monetário Internacional) e o Banco Mundial (Banco Mundial) avancem os seus objectivos. A reunião, que contou com a participação de 200 pessoas, condenou a política norte americana na região. O encontro foi realizado com o patrocínio da Associação Internacional de Juristas Democráticos e pelo Centro de Estudos Sociais e Económicos do Terceiro Mundo.

Entre os participantes da reunião encontravam-se o ex-presidente mexicano Luis Echeverría, o ex-procurador geral dos Estados Unidos Ramsey Clark, a viúva do ex-presidente Salvador Allende e o ex-primeiro ministro da Guiana, Cheddi Jagan. Os participantes no encontro condenaram a invasão norte americana da ilha de Granada e as ameaças de um ataque contra a Nicarágua.

México

extrema-direita vincula-se à Democracia Cristã

□ A direcção do Partido Acção Nacional (PAN) do México, considerado de extrema-direita, decidiu vincular-se "institucionalmente" à União Mundial Democrata Cristã. O acordo foi aprovado pelo Conselho Nacional do PAN.

Um documento que se refere a esse planeado vínculo ressalta que no PAN existe "plena identidade quanto a princípios de doutrina com os correspondentes da Democracia Cristã". Esclarece, contudo, que o PAN estabelecerá essa relação "com prudência" para evitar no México a interpretação de uma suposta "dependência estrangeira", proibida legalmente aos partidos políticos mexicanos.

Zimbabwe

Mugabe ameaça agricultores brancos

□ O primeiro-ministro do Zimbabwe, Robert Mugabe, ameaçou assumir o controlo das propriedades de quase cinco mil agricultores brancos do país, se a Inglaterra suspender o pagamento da ajuda financeira destinada à aquisição de áreas agrícolas para trabalhadores rurais sem terra. A ajuda financeira foi incluída nos chamados acordos de *Lancaster House*, assinados em 1980 e que acabaram com o domínio colonial britânico na antiga Rodésia.

O dinheiro concedido nos últimos três anos permitiu beneficiar apenas 25 mil das 162 mil famílias negras que perderam terras para agricultores brancos durante o período colonial. Antes da independência, os seis mil agricultores brancos ocupavam 59% das terras férteis do país, enquanto os restantes 41% — as áreas mais pobres ou incolúváveis — eram distribuídos entre 850 mil famílias negras. Ao assumir o governo, em Abril de 1980, Mugabe herdou uma situação crítica onde existe quase

um milhão e meio de pessoas sem terra, fazendo com que um em cada 12 zimbabwenses ocupe ilegalmente terras agrícolas.

Agora, o governo inglês ameaça suspender a concessão da ajuda económica como represália à prisão de três oficiais da força aérea, acusados de cumplicidade num atentado terrorista que destruiu há mais de um ano, cerca de um terço dos aviões militares do Zimbabwe. As intimidações da primeira ministra inglesa Margaret Thatcher levaram o governo do Zimbabwe a ameaçar expropriações sem indemnização. Os brancos ainda dominam a agricultura deste país africano, mas um levantamento recente feito pela Universidade do Zimbabwe mostrou que, em 1980, 20% das terras em mãos de brancos não eram utilizadas e que outros 40% não apresentavam um rendimento compatível com a fertilidade dos respectivos solos. O mesmo estudo revelou também que 70% dos agricultores brancos usam

subsidios do governo, que, por seu lado, não dispõe de recursos suficientes para ajudar os agricultores pobres que não podem sobreviver sem ajuda oficial.

Robert Mugabe



El Salvador

Eleições para evitar novo golpe

□ Os partidos políticos de El Salvador chegaram a um consenso para que se realizem no final de Março de 84 as eleições presidenciais que, inicialmente, estavam previstas para Dezembro de 83. O acto eleitoral será realizado mesmo sem que tenha havido acordo entre os seis partidos que integram a Assembleia Constituinte, sobre a nova constituição do país.

Os três partidos minoritários (o Partido de Conciliação Nacional, a Acção Democrática e o Partido Popular Salvadorenho) desejavam que, além da escolha de um presidente da República, os eleitores salvadorenhos pudessem eleger também novos governadores provinciais e novos deputados para o Parlamento. Mas o Partido Democrático Cristão

e a ultra-direitista Aliança Republicana Nacionalista (Arena) acabaram por impor a limitação da consulta popular.

Os principais partidos salvadorenhos não conseguiram chegar a um acordo sobre o projecto de reforma agrária, que apesar de manter intacta a estrutura capitalista no campo, nem por isso obteve a aceitação dos deputados. A Assembleia Constituinte foi eleita em Março de 82 numas eleições caracterizadas pelas irregularidades e boicotadas pela Frente de Libertação Nacional Farabundo Martí. Após quase nove meses, os membros da assembleia não conseguiram chegar a nenhuma avanço político, apesar da insistência dos Estados Unidos. O fracasso da constituinte pôs em evidência a in-

capacidade dos partidos contrários à Frente Farabundo Martí em promover um mínimo de reorganização política num país que está em guerra.

A convocação das eleições presidenciais, exigida até pelo próprio papa João Paulo II, durante a sua visita a El Salvador em Março passado, acabou por constituir a única solução possível para esconder o fracasso político do presidente Alvaro Magaña. O exército salvadorenho acabaria igualmente por apoiar a realização da consulta eleitoral, na tentativa de que o actual impasse político acabe por criar condições para um novo golpe de Estado, que viria a enfraquecer ainda mais a já cambaleante frente de políticos e militares contrários à resistência armada da Frente Farabundo Martí.

Tensão na fronteira com o Paquistão

□ O governo e a oposição na Índia estão a travar uma batalha política quer no parlamento quer em concentrações públicas a propósito de possíveis ameaças externas à segurança nacional do país. A polémica surgiu quando a primeira-ministra Indira Gandhi insinuou num discurso que o governo do Paquistão estaria envolvido no treino de rebeldes de origem sikh, na região de Cachemira.

Logo depois, o ministro do Interior, Prakash Chandra Sethi, revelou que a polícia descobriu centros de treino nos estados da Cachemira, Himachal Pradesh e Utta Pradesh. O ministro não revelou quem orientava os campões de treino militar nem se tinham sido apreendidas armas, mas garantiu que os rebeldes recebiam

"instruções para actividades conspirativas, antinacionais e pró-paquistanesas".

Os partidos da oposição acusaram o governo e a primeira-ministra Indira Gandhi de estarem a procurar "espalhar o pânico" entre a população indiana. A controvérsia sobre a tensão na fronteira indo-paquistanesa está ligada aos conflitos internos nas regiões de Punjab e Utta Pradesh, bem como às acusações do governo do Paquistão de que a Índia tem pretensões hegemónicas no subcontinente indiano. O governo dos Estados Unidos vem apoiando o regime militar do Paquistão com uma intensidade cada vez maior, facto que a primeira-ministra Indira Gandhi considera perigoso para a segurança nacional do seu país.



Equador

Osvaldo Hurtado inicia último ano de governação

□ O presidente Osvaldo Hurtado Larrea iniciou o seu último ano como chefe de Estado constitucional do Equador. Em 10 de Agosto de 1984, (data comemorativa da independência do país) deverá entregar o cargo ao candidato vencedor nas próximas eleições. Na qualidade de vice-presidente, Hurtado assumiu a presidência em 24 de Maio de 1981, depois do acidente aéreo em que perdeu a vida o então presidente Jaime Roldós.

Ao longo destes dois anos e quatro meses, o presidente — que é militante da Democracia Popular — União Democrata-Cristã (PUDC) — teve que enfrentar o problema económico "que é o principal do meu governo", como declarou recentemente. Desvalorizou duas vezes a moeda nacional, o *sucré*. Da primeira vez, aumentou a paridade de 25 para 33 sucres em relação ao dólar, e, em 19 de Março passado, estabeleceu o câmbio oficial em 44 sucres por dólar, com um sistema de minidesvalorizações diárias.

As desvalorizações e outras medidas económicas adoptadas estavam contidas num plano de estabilização, acertado para fazer frente às exigências do Fundo Monetário Internacional (FMI). O FMI devia dar o aval para os bancos internacionais credores, a quem o Equador deve seis mil milhões e 300 milhões de dólares e com os quais se pretendia renegociar a dívida.

Diferentes tipos de câmbio em relação ao dólar foram estabelecidos para algumas importações. Assim, as classificadas como "sumptuosas" foram incluídas na chamada "lista 2", para a qual se aplicou um tipo de câmbio de 87,50 sucres por dólar. Para a "lista 1", que compreende os artigos considerados "necessários", o tipo de câmbio foi estabelecido em 45,90 sucres do dólar.

Atitudes como estas valeram a Hurtado duras críticas por parte dos sectores empresariais, que chegaram a classificar o seu governo de "estatizante" em publicidade paga na imprensa. Por outro lado, a des-

valorização contribuiu para um forte aumento dos preços dos artigos de primeira necessidade. Isto, somado à insatisfação generalizada pelos aumentos salariais que não atingiram o nível reivindicado pelos trabalhadores, desencadearam duas greves nacionais.



As lições de Granada

Julgar ou condenar a invasão norte-americana de Granada através da análise das justificações e argumentos aduzidos pelo governo de Ronald Reagan, carece de sentido pelas seguintes razões:

1) A Casa Branca programara a intervenção antes do cruel e repudiável golpe que eliminou o governo do primeiro ministro Maurice Bishop, assassinado juntamente com vários dos seus colaboradores. As acusações e grotescas "provas" foram, pois, posteriormente elaboradas, com o objectivo de disfarçar uma ingerência militar que é repudiável em si mesma. Colaborar na discussão sobre se existia, ou não, uma ameaça real para a segurança dos Estados Unidos, além de ser absurdo, atendendo à disparidade de forças, implicaria o cair-se no vício de discutir em que condições uma inaceitável invasão poderia ser justificável. Trata-se, aqui, de uma questão de princípios: a soberania das nações independentes é absoluta e intangível e toda a eventual ameaça à segurança de um Estado deve ser encarada no marco do sistema das Nações Unidas e segundo a legislação internacional.

2) A invasão decretada por Reagan consiste, portanto, no mais recente atropelo flagrante à legislação internacional vigente e abre um precedente gravíssimo para a comunidade internacional. Se o ordenamento jurídico, os compromissos internacionais e o sistema das Nações Unidas pode ser violado impunemente e subordinado aos interesses subjetivos da maior potência do planeta, a soberania das nações, e particularmente das mais débeis e pequenas, está potencialmente ameaçada ou, pelo menos, carece de protecção frente à força imperial. Atendendo a que o conceito de soberania absoluto e integral, deixa de existir como tal, uma vez que não se pode expressar através de formas e decisões políticas que contrariem o

império. Tratar-se-ia, para usar um eufemismo, da imposição de um sistema de soberanias limitadas à esfera de influência dos Estados Unidos, abarcando desde o conjunto do continente americano até ao Mediterrâneo e Médio Oriente, e as fronteiras da Europa Ocidental com o bloco socialista, podendo estender-se a outras partes do mundo se os estrategos do Pentágono as consideraram vitais para os seus interesses. Esta concepção, que significa um brutal retrocesso de tudo o que se prende com a coexistência pacífica entre as nações e o respeito pela independência e autodeterminação dos Estados — e que são um património jurídico da humanidade e pilar da civilização moderna —, constitui o cerne do problema. Foi precisamente por isto que a Assembleia Geral das Nações Unidas reagiu adequadamente, infligindo uma condenação ultramajoritária à invasão.

Não se pretende sobrevalorizar a ONU nem atribuir-lhe uma função moralizadora mais importante que aquela que tem. Nenhuma votação, por unânime e forte que seja, moderará os actos da facção dura do establishment norte-americano, nem a arrogância de um presidente que declara que a reprovação pela comunidade internacional não lhe "estrangou o pequeno-almoço". Mas quando uma intervenção militar desta superpotência apenas e aprovada por si mesma, pelos governos das seis ilhas das Caraíbas dependentes de Washington que seguiram os mares em função policial, além de El Salvador e Israel, quando todos os componentes da NATO liderada pelos EUA condenam a invasão ou se abstêm, e quando a esmagadora maioria dos países do Terceiro Mundo a repudiam, tal significa que existe um consenso mundial para condenar um acto militar contrário ao ordenamento internacional e para isolarm o governo Reagan no plano moral, e isto,

seja verdadeira ou falsa a indiferença do governo norte-americano, é, de qualquer modo, uma derrota ética e política de dimensões consideráveis.

3) Um dos mais graves aspectos da invasão reside na nova política projectada por Washington. A Casa Branca jamais teve em efectiva consideração o pretexto de que a segurança regional estivesse ameaçada. Se nalguma medida este assunto tivesse estado presente, deveria ter-se aguardado que se concretizassem algumas evidências. É o que se depreende dos acontecimentos relacionados com o famoso aeroporto de Port Salines que, segundo o governo Reagan, seria simultaneamente civil e militar. O primeiro grupo de jornalistas ocidentais que pôde chegar à ilha após a invasão, foi conduzido a visitá-la, guiado por um oficial norte-americano. Um jornalista britânico perguntou ao oficial onde se encontravam as instalações próprias a qualquer aeroporto militar, como hangares blindados e depósitos subterrâneos. O oficial apenas conseguiu responder: "Provavelmente iam construí-los mais tarde".

Os EE.UU. poderiam ter intervindo na altura em que as supostas instalações militares começassem a ser construídas, com as mesmas probabilidades de triunfo militar e, pelo menos, teriam podido demonstrar que aquele pretexto tinha algum fundamento. E não só: se se tiver em conta aquilo que aconteceu durante a denominada crise dos mísseis, em 1962, tal antecedente permite presumir que a interrupção dos hipotéticos trabalhos, se pôde apenas conseguir através da mobilização bélica e das advertências, sem necessidade de invadir um país independente ou, em último caso, depois dessas diligências e da denúncia rigorosa no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Torna-se, portanto, evidente, que o governo

Reagan quis reivindicar e impor a sua prerrogativa de intervir através da força, para eliminar regimes políticos que considere adversos para os seus interesses, mesmo quando não tenham dado qualquer passo que possa constituir ameaça militar para a superpotência.

Este último ponto não tem apenas a ver com os aspectos jurídicos, mas também com a geopolítica da agressão e que, para já, são os que maior perigo constituem. Como temos vindo a assinalar nestas páginas, na óptica rígida de Reagan e da sua ultradireitista equipa, todas as contradições e divergências giram em torno do confronto Este-Oeste e dos seus eixos Washington e Moscovo. A luta dos povos das Caraíbas, da América Central, da África Austral e do Médio Oriente, não seriam, assim, autónomas, mas uma simples consequência do confronto Este-Oeste.

Esta negação da evidência prende-se com os fracassos dos Estados Unidos e seus aliados em conter mudanças desfavoráveis aos seus interesses e destinadas a alterar a correlação de forças internacional a favor dos movimentos de libertação no Terceiro Mundo. Trata-se de uma tendência universal que vai desde o processo de descolonização do pós-guerra à Revolução Cubana, o triunfo do Vietname e a libertação de Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné e São Tomé e Príncipe, até à vitória sandinista.

A análise —, se assim se lhe pode chamar —, que faz Reagan e os seus destes processos, é a de que em grande parte eles poderiam ter sido impedidos, caso a superpotência se tivesse empenhado através de meios físicos e a decisão tomada a horas que os reprimir salvaguardando incólume a sua esfera de influência e os seus interesses no mundo.

Coerente a um raciocínio tão elementar e antipolítico, é o incentivo à carreira

armamentista decretada por Reagan, com o intuito de lograr uma superioridade bélica sobre a União Soviética e a violência das suas ameaças. Mas isso não bastaria para dar credibilidade à vontade da Casa Branca em impedir militarmente qualquer avanço negativo. Tal como declarou um alto funcionário da Administração norte-americana ao jornal "New York Times": "Para que servem as manobras e a ostentação de força, se depois nunca se emprega a força?"

Havia, com efeito, muitos motivos para duvidar que a maior potência da terra pudesse recorrer a métodos tão bárbaros, mas depois de Granada essas dúvidas ficaram dissipadas. É evidente que o imperialismo chegou à conclusão de que não tem meios políticos à sua disposição, que lhe permitam conservar posições, frente ao constante progresso da consciência e resistência popular dos povos do Terceiro Mundo. E, neste plano, o que se torna mais preocupante é o inquestionavelmente alto grau de aceitação por parte da opinião pública norte-americana à invasão, que nem toda a manipulação pelos meios de Comunicação Social poderá explicar.

Isto encerra um elevado grau de perigo para a Nicarágua e Cuba, apesar de ser muito difícil de prever, neste momento, como reagirá a agressividade reaganiana relativamente a estas nações. Mas o que vale a pena aqui sublinhar é que as ameaças não se limitam apenas a estes países, estendendo-se a todos os países independentes e, nesse sentido, não é suficiente a reacção da Assembleia Geral da ONU.

O repúdio do precedente granadiano deve expressar-se em todos os âmbitos possíveis, por dois motivos essenciais: 1) no aspecto jurídico e a consequente negação da autodeterminação das nações soberanas. 2) Porque a redução da problemática mundial ao confronto Este-Oeste e a negação da autonomia dos conflitos nos países



dependentes, implicaria o perpetuar e reforçar das esferas de influência surgidas com a última guerra mundial.

É óbvio que tão inaceitáveis e regressivas pretensões não lesam apenas os legítimos interesses dos países que escolheram uma via socialista clássica, mas também a de todos os governos e forças políticas, no Terceiro Mundo e ainda na Europa, que procuram a independência nacional, qualquer que seja o seu sinal ideológico. Esta apenas será possível se subsistir um sistema de garantias para a autodeterminação.

A frente potencialmente adversa às pretensões imperiais personificadas por Reagan é, portanto, enorme. Trata-se, consequentemente, de articular iniciativas, tanto a nível regional, político e social como das Nações Unidas, que expressem, com base nos princípios elementares que mencionámos, um repúdio organizado, bem como as correspondentes afirmações sobre a intangibilidade das soberanias nacionais e a vigência da legislação internacional e suas instituições.

Para dar exemplos concretos, os membros do Terceiro Mundo da Internacional Socialista poderiam persuadir os membros europeus a adoptar posições políticas conjuntas nesse sentido, bem como algo de semelhante se poderia fazer no âmbito do Conselho Mundial de Igrejas.

Somente respostas com estas dimensões poderiam conseguir a força dissuasora de reincidência intervencionista. Daí que iniciativas deste tipo constituam uma necessidade internacional premente.

Uma última consideração: o pequeno cenário granadino ensina que os excessos imperialistas têm um elevado custo e não podem ficar impunes.

A resistência verificada pelas minúsculas forças armadas granadinas mais um punhado de

cubanos, na sua maioria cooperantes civis com treino militar, frente a um aparato militar agressor com um poderio incomparavelmente superior, apenas poderia surpreender aqueles que, com base em justificações ideológicas, para já não se dizer racistas, não estavam preparados para a esperar. Quaisquer que sejam os planos que tem a Casa Branca, sabe agora qual será o preço que terá de pagar.

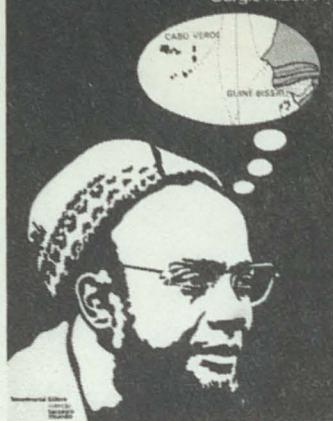
Os heróicos combates verificados na pequena ilha das Caraíbas têm, além disso, uma dimensão e uma ressonância incompreensível para o establishment imperialista, tocando em cordas sensíveis de povos antes colonizados e actualmente dependentes. Ela insere-se nas lutas lendárias contra os conquistadores, que evocam nomes como Cuautemotl, Hatuey, Caupolicán, Tupac Amaru e de tantos heróis americanos.

Prolongam-se através das lutas pela emancipação do século passado e a consequente resistência aos impérios europeus e o colossal ascendente norte-americano.

Tais antecedentes não contam, certamente, nas análises do Pentágono, mas são um valor implícito na consciência dos povos da América Latina e Caraíbas. Se, eventualmente, a invasão imperial de um país independente se tivesse concretizado sem oposição física, sem o sacrifício e risco dos que foram chamados a defender a soberania e dignidade, ela teria sido um negativo precedente para a tradição latino-americana e para as suas aspirações independentistas. Os combates em Granada revelaram, pelo contrário, uma vontade de luta em relação a princípios que nada têm a ver com as contradições Este-Oeste nem, em último caso, com ideologias políticas, inscrevendo-se, sim, na histórica luta pela libertação e a autodeterminação dos povos do Terceiro Mundo.

**SOBRE A UNIDADE
NO PENSAMENTO
DE AMILCAR CABRAL**

Sérgio Ribeiro



**Sobre a unidade
no pensamento
de Amílcar Cabral**

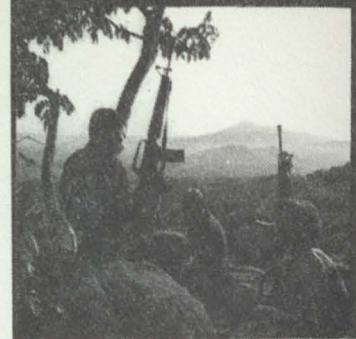
Sérgio Ribeiro

Interpretação de um dos temas fundamentais do pensamento de Amílcar Cabral.

**Prefácios de Alfredo Moura
e Vasco Cabral**

**EL SALVADOR
O caminho dos
guerrilheiros**

Carlos Gil



**El Salvador
O caminho
dos guerrilheiros**

Carlos Gil

Quinze dias com os guerrilheiros da Frente Farabundo Martí. Vinte páginas de fotos da guerrilha. A história recente da luta do povo salvadorenho. Os principais documentos da revolução.

**Prefácio de
José Cardoso Pires**

**terceiro
mundo**



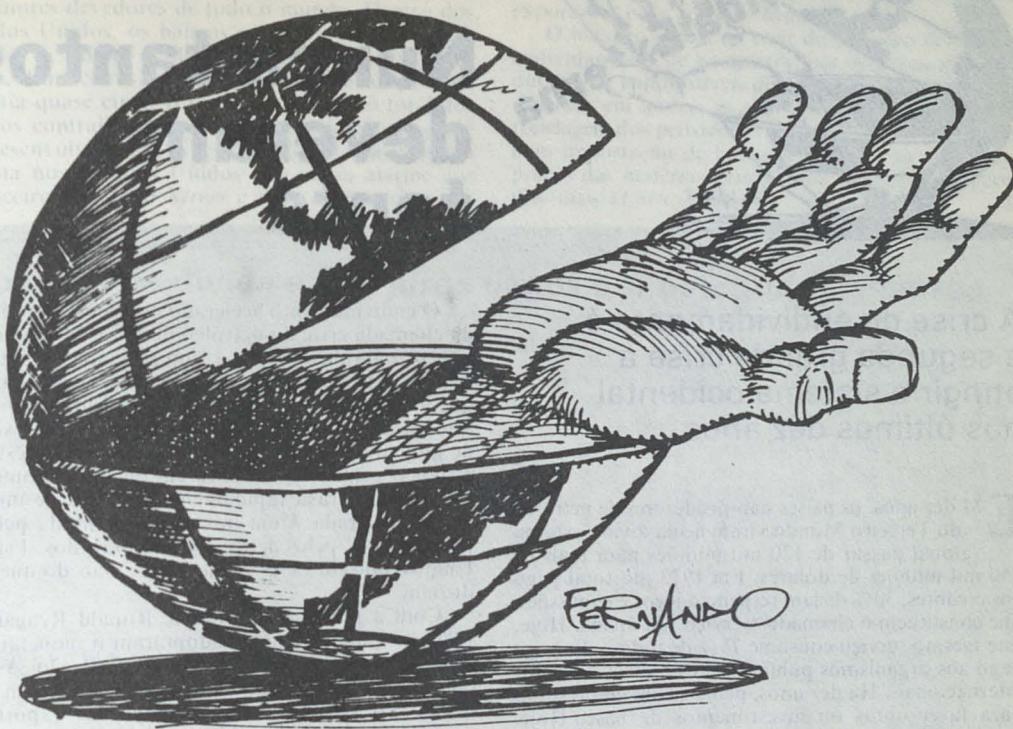
1983

Guia do terceiro mundo 1983

Economia
História
Geografia
Política
Mapas
Estatísticas
Dados Estatísticos
no Trânsito do Poder
no Mundo

**Três edições
Tricontinental Editora**

Preços especiais para assinantes

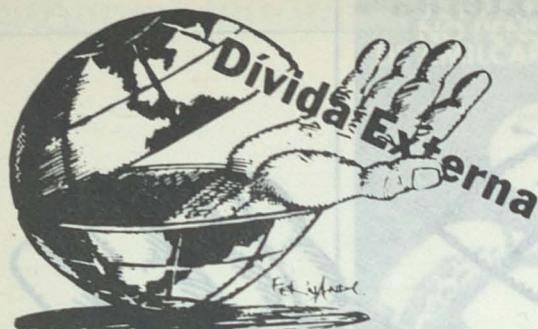


Pagar ou não pagar

EIS a questão enfrentada por quase 25 países do Terceiro Mundo, que detêm 90% da dívida externa de todas as nações do mundo. Pagar significa aceitar o receituário clássico prescrito pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), que impõe o aumento da pobreza interna para que os credores externos não fiquem a perder e o sistema financeiro capitalista consiga escapar incólume à crise. Não pagar significa socializar os prejuízos ou provocar um fenômeno inédito na história da economia mundial: nações inteiras declarando-se em concordata ou moratória. Nem os credores nem os devedores descobriram até agora uma fórmula para sair

do impasse. O "clube dos credores" tenta fazer "rolar" a crise na esperança de que tudo acabe por se resolver com um mínimo de prejuízo para eles. Já os devedores, que tentam formar um "clube", são apodados de "caloteiros". Porém, esmagados por débitos impossíveis de serem pagos, tal é o seu volume, os devedores começam, lenta e traumticamente, a descobrir que talvez não exista mesmo alternativa a não ser a união de todos eles.

Coordenação: Carlos Castilho
Participação: Theotonio dos Santos, Horacio Verbitsky, Kassahum Checole, Moacir Werneck de Castro e Marcus Arruda.



A crise do endividamento é a segunda grande crise a atingir o sistema ocidental nos últimos dez anos

EM dez anos, os países não-produtores de petróleo do Terceiro Mundo viram a sua dívida externa global passar de 120 mil milhões para mais de 650 mil milhões de dólares. Em 1973, do total pago aos credores, 30% diziam respeito a juros e comissões, que constituem o chamado "serviço" da dívida. Hoje, este mesmo serviço consome 75% de todo o dinheiro pago aos organismos públicos e aos bancos privados internacionais. Há dez anos, pedia-se um empréstimo para fazer obras ou investimentos de base. Hoje, quase 3/5 dos novos débitos contraídos pelos países do Terceiro Mundo são destinados ao pagamento de débitos vencidos.

O endividamento que a partir de 1973 foi um fenômeno mundial que foi especialmente intenso na América Latina, cuja dívida é hoje maior do que o total dos débitos contraídos pelos países socialistas incluindo a União Soviética, mais a África e o Médio Oriente. O fenômeno atingiu também uma tal intensidade que, entre 1979 e 1983, os bancos internacionais receberam mais de 40 pedidos de renegociação de dívidas da parte de 36 países. Isso significa mais do que o total de refinanciamentos pedido ao longo dos 22 anos decorridos entre 1956 e 1978.

Nunca tantos deveram tanto em toda a história recente. E trata-se de uma dívida extremamente concentrada. Somente três países latino-americanos (Brasil, México e Argentina) detêm 32% da dívida global do Terceiro Mundo. Segundo cálculos de especialistas mundiais, os países devedores teriam que empenhar o valor de todas as suas exportações durante quase dois anos para poderem pagar tudo o que devem, partindo do princípio de que nesse período não poderiam importar nada nem pedir novos empréstimos. Nessas condições, o preço a ser pago para fugir à falência seria reduzir os níveis de consumo interno a limites muito além da tolerância dos já empobrecidos e famintos habitantes do Terceiro Mundo.

Nunca tantos deveram tanto

O endividamento acelerado começou logo depois da chamada crise do petróleo de 1973-74 quando os bancos internacionais se viram subitamente inundados por petrodólares oriundos de países e companhias que tiveram os seus rendimentos quadruplicados com a elevação dos preços dos combustíveis. O excesso de dinheiro levou os bancos a oferecer empréstimos a toda a gente, numa época em que a economia internacional girava rapidamente ao sabor de uma inflação acelerada. Uma inflação alimentada pela especulação e pelo défice orçamental dos Estados Unidos, que em 1975-77 gastavam mais do que produziam.

Com a posse do presidente Ronald Reagan em 1980, os Estados Unidos adoptaram o monetarismo clássico como forma de combater a inflação. As medidas de austeridade geraram a recessão, e com ela a queda dos preços das matérias-primas exportadas pelos países do Terceiro Mundo, inclusive o petróleo. A recessão e o défice geraram uma rápida espiral na taxa de juros dos bancos norte-americanos, fazendo com que a dívida de latino-americanos, africanos e asiáticos fosse multiplicada a cada elevação percentual da *prime rate* e do *libor* (ver dicionário da dívida). A partir de 82, a dívida escapou ao controlo dos governos e surgiu então o temor do caos pela possibilidade da

Os 10 maiores bancos em termos de empréstimos ao Terceiro Mundo (em mil milhões de dólares)

Citibank (EUA)	9,8
Bank America (EUA)	6,8
Manufacturers Hanover (EUA)	6,8
Chase Manhattan (EUA)	6,0
Royal Bank (Canadá)	5,0
Lloyd's (Inglaterra)	4,5
Midland (Inglaterra)	4,3
Morgan Guaranty (EUA)	4,0
Chemical (EUA)	3,5
Bank of Tokyo (Japão)	3,0

Fonte: "American Banker" e "IBCA Analysis", Londres.

ocorrência de algo inédito na história do capitalismo: abrindo falência nações inteiras por absoluta falta de capacidade para pagar aos seus credores.

Os países do Terceiro Mundo não são, no entanto, os maiores devedores de todo o mundo. Dentro dos Estados Unidos, os bancos emprestaram quase três milhões de biliões de dólares a empresas, conglomerados, financeiras e indivíduos. Trata-se de uma quantia quase cinco vezes maior do que o total dos débitos contraídos pelas nações subdesenvolvidas e em desenvolvimento. Apesar de gigantesca, a dívida interna nos Estados Unidos não causa alarme aos financeiros de *Wall Street* e da *City* londrina. Na

verdade, o fantasma do caos surgiu na medida em que os juros elevaram a dívida dos subdesenvolvidos, ao mesmo tempo que a recessão norte-americana reduziu drasticamente o preço das matérias-primas exportadas pelo Terceiro Mundo.

O balanço actual da crise do petróleo de 73 e do endividamento de 83 mostra que os países não produtores de combustíveis do Terceiro Mundo ficaram a perder em ambas as oportunidades. Perderam na reciclagem dos petrodólares, no aumento das despesas com importação de hidrocarbonetos, na queda dos preços das matérias-primas e na elevação galopante dos juros. (Carlos Castilho) □

Evolução da dívida e dos juros pagos por categoria de países

	Dívida total		% do total			Serviço da dívida			% do total dos países do Terceiro Mundo	
	Mil milhões de dólares	% da dívida total	Ajuda pública	Ajuda multilateral	Créditos de exportação	Créditos privados	% das exportações	% do PNB	Em mil milhões de dólares	
Países menos desenvolvidos	1971	18	—	74	6	18	2	12	1.0	1.2(0,2)
	1975	40	—	73	4	16	7	16	1.8	3.4(0,6)
	1980	86	18	67	6	21	6	17	2.1	7.9(1,2)
	1982	110	18	69	5	20	6	23	2.3	11.5(1,8)
Países intermediários	1971	25	—	45	8	33	14	16	3.2	3.2
	1975	40	—	33	10	29	29	10	2.9	5.6
	1980	107	23	25	10	28	38	12	4.4	16.8
	1982	144	23	24	10	27	39	16	4.6	23.5
Países em vias de industrialização	1971	32	—	16	6	40	38	15	2.3	4.6
	1975	72	—	9	7	24	60	15	2.6	11.9
	1980	192	41	4	6	24	65	18	4.0	40.5
	1982	266	42	3	6	24	67	24	5.0	63.3
Total dos países não exportadores de petróleo	1971	75	—	41	6	33	20	15	2.1	8.9
	1975	152	—	32	7	23	38	14	2.5	20.9
	1980	385	83	24	7	24	44	16	3.7	65.2
	1982	520	83	23	7	24	46	21	4.3	98.3
Países da Opep	1971	15	—	21	10	54	15	6	2.1	1.3
	1975	28	—	29	4	42	25	4	2.0	4.9
	1980	79	17	13	4	46	37	7	3.6	21.7
	1982	106	17	12	4	47	37	14	4.3	33.0
Total geral dos países subdesenvolvidos	1971	90	—	37	7	36	20	13	2.1	10.2
	1975	180	—	32	6	26	36	10	2.4	25.8
	1980	465	100	22	7	28	43	12	3.7	86.9
	1982	626	100	21	7	28	44	19	4.3	131.3

Fonte: "Dívida externa dos países em desenvolvimento, estudo 1982", OCDE, Paris, 1982.



Em menos de um ano, o governo brasileiro recorre pela terceira vez ao FMI. Muitos afirmam que não será a última

NA última Carta de Intenções enviada ao FMI, o governo brasileiro promete eliminar os atrasos nos pagamentos de juros e amortizações da dívida externa através de um programa que estabelece uma drástica redução da inflação e do défice público. No momento em que a Carta foi redigida, o Brasil estava com pagamentos atrasados da ordem de 2,54 mil milhões de cruzeiros e as suas reservas cambiais eram negativas, isto é, faltavam no Tesouro Nacional cerca de 4,71 milhões de biliões de cruzeiros.

De todos os dados fornecidos pelas autoridades económicas, resultam basicamente duas constatações: a situação do país é gravíssima do ponto de vista financeiro; e o governo está disposto a levar às últimas consequências a recessão económica aliada a uma difícil situação salarial sem precedentes na história da nação. O rigor das medidas anunciadas aliado ao facto de que nas duas cartas anteriores os objectivos não foram alcançados, levou os meios económicos a acreditarem que o país pode fracassar novamente na tentativa de pagar uma dívida que hoje já ultrapassa, à vontade, os 100 mil milhões de dólares.

O motivo principal do scepticismo é a promessa de baixar a inflação que em Setembro de 83 era prevista com optimismo para 160% ao ano e para 55% em 1984. Além disso o governo anuncia um superavit de 9 mil milhões de dólares para o ano que vem, sem ter ainda a garantia de que até Dezembro tenha conseguido alcançar a metade de 6 mil milhões de dólares anteriormente fixada. E mais, o Brasil terá que obter no exterior empréstimos no valor de 15 mil milhões de dólares para poder pagar, em 84, 9 mil milhões de juros e 6 mil milhões para sustentar o défice na balança de pagamentos provocado pelas remessas de lucros, amortizações e outras despesas financeiras.

Brasil

Pela terceira vez o país no Fundo

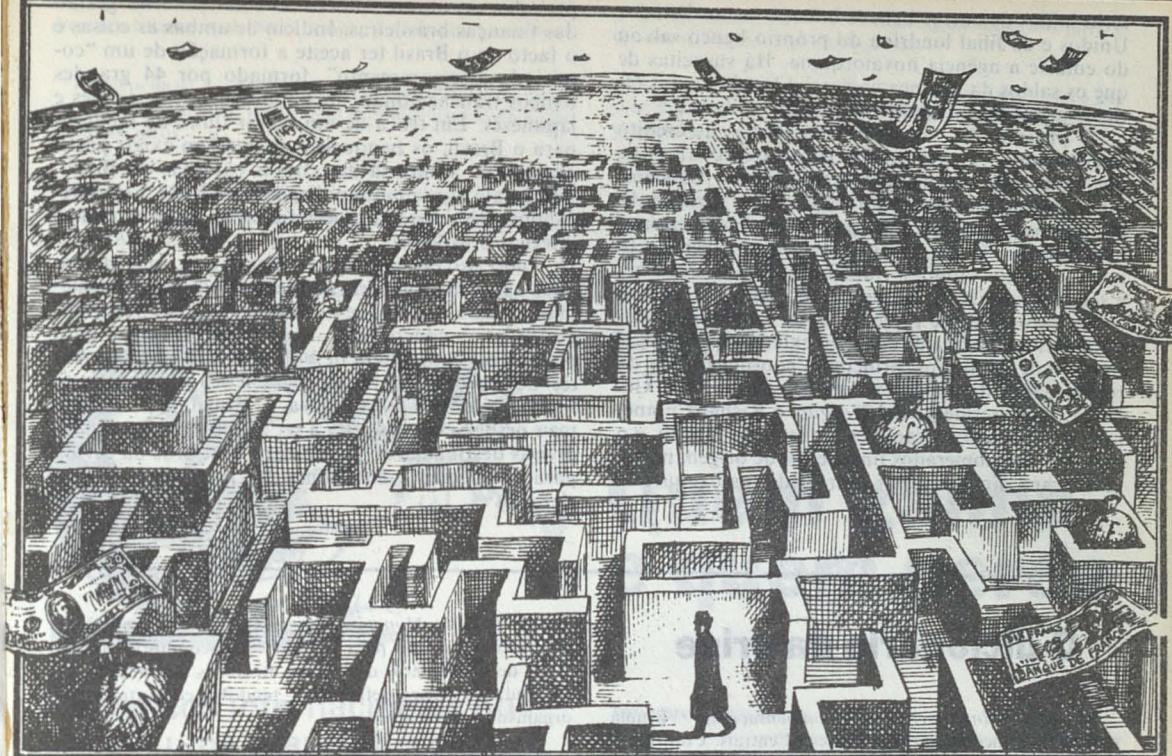
No Fundo

O primeiro acordo com o FMI foi assinado em 16 de Dezembro de 1982. Desde então a economia brasileira tem sido, gradual mas inexoravelmente, orientada para o exterior, isto é, a sua prioridade passou a ser continuar a pagar os juros da dívida, custe o que custar às maiorias empobrecidas da população.

Em 28 de Fevereiro passado, o FMI aprovou o "programa de estabilização", apresentado pelo governo brasileiro e adequado às "condicionantes" impostas pelo Fundo. Em troca de quase 6 mil milhões de dólares em empréstimos, a serem concedidos em parcelas, o Brasil teria que submeter-se à ditadura do FMI, que vem sobrepor-se à ditadura económica que o próprio governo continua a impor ao país. Figuram entre essas condições expressas no segredo dos gabinetes e assumidas como *cosa nostra* pelo governo brasileiro: impor grandes desvalorizações do cruzeiro; reduzir as importações em 40% do nível de 1980; reduzir o poder de compra dos assalariados através de mudanças no sistema de correção monetária e de outras manipulações; reduzir o crescimento da população; eliminar 10 mil milhões de dólares em créditos subsidiados à agricultura e à indústria; reduzir drasticamente as despesas do sector público por meio de cortes orçamentais e redução da força de trabalho das empresas estatais; encorajar investidores estrangeiros a comprarem o controlo de empresas públicas e privadas (desnacionalização); reduzir as barreiras legais à remessa de lucros e *royalties*; e reduzir a escala dos "grandes projectos industriais".

No fim do primeiro trimestre de 1983, o Brasil havia fracassado no cumprimento das principais condições do acordo. Excedeu em 740 mil milhões de cruzeiros o limite fixado para o défice público. O estreito conceito de défice público imposto pelo FMI obriga o governo a tentar um desmantelamento do sector público, que emprega 45% de toda a mão-de-obra do país.

Os eleitos disso já se fizeram sentir. O simples anúncio de cortes nos orçamentos das estatais, com perspectivas de redução de adicionais incorporados nos salários, e mesmo de demissões, levou cerca de 50 mil funcionários de empresas estatais a realizarem



uma marcha no centro do Rio de Janeiro, numa das maiores mobilizações profissionais a que a cidade assistiu nos últimos tempos. O gasto do conjunto das empresas estatais com o seu pessoal equivale a 12% dos gastos totais, contra 69,9% de despesas financeiras, segundo dados do próprio governo. Isso mostra que os salários dos funcionários não são os responsáveis pelo problema do défice público.

Ao optar pelo corte de salários e de pessoal, o governo, na verdade, deixa de lidar directamente com a dívida pública acumulada sob a forma de títulos da União indexados à taxa de inflação ou à taxa de câmbio. Essa dívida deve alcançar 26 milhões de bilhões de cruzeiros até ao final do ano em títulos que estão nas mãos dos conglomerados financeiros nacionais e transnacionais.

Outra condição exigida pelo FMI, que diz respeito à taxa de inflação, também não foi cumprida. Em vez dos 20% acordados, foi acima de 30% no primeiro trimestre, um "erro de cálculo" de mais de 50%. Uma vez que nem o FMI nem o governo optaram por travar as desvalorizações cambiais e controlar os preços e os juros, justifica-se a suspeita de que não estão de facto empenhados em reduzir a inflação.

O governo brasileiro parece ter escolhido, em suma, dois caminhos absurdos: tomar novos empréstimos para pagar empréstimos, gerando mais dívidas; e manter o país solvete por meio de uma política recessiva que acabará por delinear o sector produtivo do país e, em última análise, torná-lo à extremamente vulnerável à transnacionalização.

Moratória de facto

Apesar das declarações optimistas de David Rockefeller e de outros banqueiros de influência mundial, apesar do "empréstimo jumbo" e dos "empréstimos-ponte" e *stand-by* mobilizados para "salvar" o Brasil, este continua à beira da falência.

Antes do final de Maio, o valor dos pagamentos atrasados do Brasil a bancos privados alcançou 850 milhões de dólares, sendo quase 30% deste total vinculados à importação de petróleo. Cifra que aumenta na medida em que o FMI se recusa a conceder a segunda parcela — 411 milhões de dólares — do empréstimo total de 4,8 mil milhões, que deveria ser concedida em 31 de Maio. Subitamente, o Brasil ficou insolvente aos olhos de um outro credor — o Banco Internacional de Compensações (BIS). Ao ser concedida, essa quantia nem chegará ao Brasil; irá directamente saldar a segunda parcela de 400 milhões do "empréstimo-ponte" de 1,5 mil milhões de dólares concedidos pelo BIS ao Brasil. Se o presidente do BIS não tivesse acecido ao pedido do presidente do Tesouro norte-americano Paul Volcker, e adiado a cobrança até ao final de Junho, o total do débito brasileiro já estaria em mil e trezentos milhões de dólares!

Há outros sinais de insolvência. A 25 de Maio, a agência do BANESPA (Banco do Estado de São Paulo) em Nova Iorque ficou mais uma vez a descoberto, agora em 87 milhões de dólares. Uma operação urgente, comandada pelo Banco Central, que trans-

feriu saldos de outros bancos brasileiros nos Estados Unidos e da filial londrina do próprio banco salvou do enfarte a agência novaiorquina. Há suspeitas de que os saldos da balança comercial brasileira nos últimos meses foram artificialmente aumentados.

O projecto⁴ — que trata das linhas de crédito interbancário — está falido. Havia expectativas de que um grande número de bancos médios pequenos, especialmente dos Estados Unidos, iriam fornecer 10 mil milhões de dólares para garantir o financiamento interbancário. O Brasil, porém, conseguiu apenas sete mil e trezentos milhões, transformados em cinco mil e setecentos milhões de dólares no início de Junho.

O fracasso desse projecto levou a mudanças importantes no sistema de controlo externo das finanças brasileiras. Dois dos principais coordenadores da renegociação da dívida externa brasileira, Tony Geibauer, vice-presidente do *Morgan*, e Richard Finne-ram, do *Citibank*, foram afastados dessa função, e o peso dos conglomerados financeiros de origem norte-americana diminuiu. Por outro lado, os banqueiros

privados decidiram intervir directamente na gestão das finanças brasileiras. Indício de ambas as coisas é o facto de o Brasil ter aceite a formação de um "comité de assessoramento", formado por 44 grandes bancos transnacionais, incluindo europeus, árabes e japoneses. Em troca de um maior fluxo de recursos para o Brasil, os banqueiros pretendem exigir participação na auditoria das contas externas do Brasil, missão até agora monopolizada pelo FMI. Estão decididos, além disso, a supervisionar as próprias contas internas brasileiras.

Tudo isso evidencia que o Brasil está, quer queira quer não, em moratória de facto. A situação assemelha-se mais e mais à que o México viveu em Setembro de 1982 — a concordata — com uma diferença: para pior. Pedir concordata de bolso vazio é falência. Antes de quebrar, o México encheu a sua caixa de forma até pouco escrupulosa. O Brasil, sem reservas reais desde Setembro, está a ser até obrigado a desviar divisas destinadas ao pagamento dos juros da dívida para privilegiar a sua conta do petróleo. (Marcus Arruda) □

O dicionário da crise

BIS (Banco Internacional de Compensações) É uma espécie de banco central dos Bancos Centrais. Controla o movimento dos grandes empréstimos internacionais, no sector privado.

Bridge loan ("Empréstimo-ponte"). Concedidos pelos Bancos Centrais (para evitar a falência dos seus bancos). Ou seja, a dívida é com um determinado organismo e corre-se a outro, para preencher o intervalo da negociação.

Carência Período variável entre a concessão do dinheiro emprestado e o início das amortizações.

Carta de Intenção Documento através do qual o país devedor se compromete com determinados objectivos económicos como condição para receber empréstimos do FMI ou receber o aval do Fundo para negociar créditos nos bancos privados.

Clube de Paris Um acordo dos tesouros dos países ricos para renegociar em bloco a dívida por empréstimos oficiais.

Direitos Especiais de Saque (SDR) — Unidade monetária criada pelo FMI com base na cotação das moedas dos principais sócios do Fundo.

Dívida privada É um termo que não existe em economia. Corresponde, na prática, à dívida do sector privado não-financeiro. É a dívida de empresas a bancos e governos.

Dívida pública Total de empréstimos contraídos por órgãos públicos como o governo, estados, municípios e empresas estatais descentralizadas.

FMI (Fundo Monetário Internacional) É a agência internacional criada para corrigir os desequilíbrios na balança de pagamentos dos países membros. Na prática, ela só ajuda os países deficitários, tendo-se convertido num organismo interventor.

Inadimplemento Não cumprimento de uma ou mais cláusulas de um contrato de empréstimos.

Juros flutuantes Empréstimos em que a taxa de juros é revista periodicamente (por um semestre).

Libor É a taxa de juros básica do mercado financeiro de Londres. A taxa básica mais barata corresponde à melhor operação a ser feita. Ao *libor* acrescenta-se em geral uma sobretaxa de juros correspondente ao risco que a operação corre no mercado.

Liquidez Expressão que define a possibilidade de converter activos em dinheiro. Quanto menor quantidade de dinheiro estiver a circular, mais alta é a taxa de liquidez.

Moratória Quando o país devedor anuncia que não pode pagar os seus débitos. Pode haver uma moratória negociada, com a concordância dos credores, com um prazo geral de 90 dias, ou a moratória unilateral, quando o devedor interrompe os pagamentos sem consulta prévia aos credores.

Perfil da dívida Forma pela qual se distribuem os pagamentos em curto, médio e longo prazos, credores estatais ou privados.

PNB (Produto Nacional Bruto) Valor da soma de bens e serviços que ficam na posse de um país, incluindo os bens necessários à reposição dos que se gastaram durante o período em referência (em geral um ano).

Prime rate É a mesma taxa básica, só que fixada no mercado financeiro de Nova Iorque. É mais alta que a *libor*.

Renegociação Acordo para alongar o prazo de pagamento de uma dívida, implicando geralmente a incorporação de novos juros.

Rolar Quando o devedor e o credor têm a opção de alongar o empréstimo, em intervalos determinados, e já previstos no acordo original.

Serviço da dívida É formado pela soma dos juros e das amortizações de um empréstimo.

Spread Diferença entre as taxas pagas pelo banco aos seus depositantes e as taxas cobradas ao beneficiário de um empréstimo.

Stand-by ("Aquila que espera") É um crédito que está à espera, ou seja, pode ser retirado até ao limite marcado para cada país. O Brasil levantou créditos *stand-by* antes de negociar com o FMI.



Há bancos internacionais que devem uma grande parte dos seus lucros às operações com o Brasil

OS responsáveis pela política económica brasileira foram, finalmente obrigados a pôr o dedo na ferida coisa que tanto evitaram. Compelidos pela falta de liquidez, tiveram que suspender o pagamento das amortizações e juros. Embora tardivamente e em condições extremamente desvantajosas, decidiram ir ao Clube de Paris. Resolveram centralizar os movimentos cambiais, sobretudo os pagamentos ao exterior. Trata-se de estabelecer prioridades para as saídas das parcas divisas. Ou melhor: trata-se de estancar a verdadeira fonte de endividamento. Com efeito, em fins de 1983 deverá haver um superávit de quase cinco mil milhões de dólares na balança comercial e um défice de 17 mil milhões na de serviços. Mas isso só a ponta do *iceberg*.

Já é tempo de começar a desmistificar os devaneios tecidos em torno do endividamento externo brasileiro. A quem serve a dívida externa brasileira?

A pergunta é óbvia. O país não se endividaria dessa maneira se não fosse em benefício de alguém. Ninguém pode acreditar que uma ação económica tão extensa e persistente pudesse verificar-se sem que ninguém dela beneficiasse. Para lhe responder devemos criticar as falsas explicações e procurar encontrar o fundo real da questão. Começemos, pois, por desmistificar as versões mais correntes.

Brasil

Quem ganha e quem perde

Interpretações falsas

A explicação mais usual situa o endividamento brasileiro como resultado do "choque do petróleo" e dos aumentos decorrentes nas despesas de importação. Não podemos negar o impacto desses aumentos nos anos de 1974 a 1976. Porém, devemos contestar essa interpretação com 4 factos definitivos:

1.º) O processo de endividamento é anterior ao choque do petróleo.

2.º) O preço internacional do petróleo baixou, sobretudo nos últimos anos, altura em que a crise do endividamento se agravou.

3.º) O petróleo não é a principal despesa de importação. Se analisarmos o conjunto das compras de equipamentos e matérias-primas industrializadas veremos que uma boa parte dos gastos em importação têm aí a sua origem.

4.º) É principal: a balança comercial do Brasil (e da maior parte dos países subdesenvolvidos) é superavitária. O défice da balança de pagamentos, que dá origem à necessidade de pedir empréstimos no exterior, não tem, portanto, origem na conta de mercadorias compradas e vendidas mas sim nos intercâmbios de serviços.

Torna-se importante desmistificar outras duas afirmações que também são repetidas com ares de verdade:

1.ª afirmação falsa: O endividamento é um resultado da má administração e de erros circunstanciais da política económica.

Não é assim tão simples. O endividamento é comum aos países dependentes, produtores ou não de petróleo. As suas origens têm que ser pois comuns a

esses países, mesmo que existam diferenças eventuais nas suas características secundárias. De facto, os dados revelam que todos esses países são deficitários na sua conta de serviços. Outra vez? Mas então por que se fala tão pouco nisso?

A incompetência dos dirigentes brasileiros pode existir na implementação de certas políticas. Mas não podemos supor que todos os dirigentes dos países capitalistas dependentes são incompetentes. Sobretudo se notarmos que as políticas que os conduziram ao endividamento exacerbado foram recomendadas pelos mais competentes órgãos governamentais e multigovernamentais como o Eximbank, o BIRD, o FMI, o BID, etc. Nem podemos crer que são incompetentes os economistas dos principais bancos norte-americanos, europeus e japoneses que justificaram o endividamento exacerbado.

caram, apoiaram, incentivaram e chegaram mesmo a pressionar no sentido desse endividamento do Terceiro Mundo.

2.ª afirmação falsa: O endividamento é superável sem grandes traumas através de um rolamento indefinido da dívida.

O endividamento é, ao contrário, na sua maior parte, consequência de um rolamento indefinido da dívida anterior. De facto, há muito tempo que o Brasil não recebe mais nenhum financiamento real mas somente faz operações contabilísticas pelas quais consegue novos empréstimos cada vez mais caros para pagar os anteriores. Para obter tais operações contabilísticas não é necessária nenhuma competência e sim concessões concretas e uma dependência crescente do sistema financeiro internacional.

Balança de pagamentos do Brasil, saldo global no período 1974-1982

(em US\$ milhões)

1974-1982

1. Balança Comercial (FOB)		— 15.095
1.1 Exportação		130.372
1.1.1 Produtos primários		60.752
1.1.2 Produtos industrializados		67.301
1.2 Importação		145.467
1.2.1 Petróleo		52.572
1.2.2. Outros		92.895
2. Serviços		— 67.786
2.1 Receita		20.773
2.2 Despesa		88.559
2.2.1 Juros		46.795
2.2.2 Outros*		41.764
3. Conta Corrente (1+2)**		— 82.424
4. Capitais		74.239
4.1 Investimentos brasileiros no exterior (líquido)		— 1.776
4.2 Investimentos estrangeiros no Brasil (líquido)		15.985
4.3 Empréstimos e financiamentos (líquidos)		92.715
4.4 Amortizações (líquido)		— 41.020
4.5 Capitais a curto prazo e outros (líquido)		— 8.335
5. Erros e Omissões		— 2.635
6. Saldo (3+4+5)		— 10.820

* Compõe-se de fretes, seguros, remessas de lucro, "royalties", assistência técnica, turismo, etc.

** Inclui a conta transferências unilaterais (líquido)

Fonte: Quadros estatísticos extraídos da revista "Brasil em Exame", editora Abril, Maio/1983



O Brasil tem exportado muito mais do que aquilo que tem importado, mas cada vez deve mais

E necessário lembrar nesse sentido as concessões à soberania nacional explicitadas no acordo do Banco Central com os bancos internacionais assinado em Fevereiro, tal como o denunciou o senador Itamar Franco. E se alguém duvida de que o Brasil está simplesmente a alimentar os banqueiros internacionais, sugerimos a leitura do artigo da revista *Fortune*, conceituado órgão dos homens de negócios americanos, intitulado "A guerra entre os banqueiros (norte-americanos) do Brasil". (*Fortune*, Julho, 11, 1982, pgs. 50 e 55). Nesse artigo, podemos ver como o *Citibank*, o maior credor do Brasil, emprestou ao Brasil 4,6 mil milhões de dólares de corporações americanas e mil e seiscentos milhões de recursos conseguidos no Brasil e obteve como resultado o que *Fortune* chama: "as suas operações, de longe, mais lucrativas"; quer dizer, 287 milhões de rendimentos no ano passado, ou 22% do total dos lucros do banco.

Os leitores podem ilustrar-se ainda mais se lerem a revista *Business Week* de 22 de Agosto. Sabemos por aí que o *Chase Manhattan Bank* através da sua filial Banco Iar Brasileiro "embolsou 25 milhões de dólares com as suas transações em cruzeiros". O *Citibank*, o *Chase* e o *First National Bank of Boston*, "são invejados pelos demais" pois, além desses lucros fabulosos, estão a fazer enormes investimentos no Brasil comprando ao preço de bananas empresas e imóveis. Segundo essas revistas, estão a preparar-se para a recuperação económica estendendo a sua rede bancária, as suas propriedades e o seu capital ao mesmo tempo que remetem enormes lucros para o exterior.

O rolamento da dívida é um grande negócio para os grandes bancos internacionais e não um resultado do poder de negociação do Brasil.

Mas é necessário esclarecer algo mais: cada novo empréstimo desse supõe o pagamento de comissões importantes para intermediários. Ninguém chamou a atenção da opinião pública para isso!

Dessa forma, temos dois aproveitadores com a dívida do Brasil: os bancos internacionais que estão a aumentar os seus valores através da criação de dinheiro fictício (créditos sobre créditos que não envolvem nenhuma operação com dinheiro vivo) e os intermediários dessas operações (corretores que servem interesses não muito bem definidos) que recebem dinheiro vivo depositado em contas no exterior.

Fica assim claro que não se trata de competência e sim de interesses económicos concretos. O brasileiro sofre com o endividamento, mas muita gente se enriquece com ele.

As origens do endividamento

Como vimos acima, a origem imediata da dívida brasileira está no défice da balança de pagamentos. Durante anos a fio, o Brasil chegou ao final do ano pagando mais divisas ao exterior do que as que recebia. Mas vimos também que esse défice não se origina no sector comercial pois o país exporta mercadorias do que importa. O rombo tem origem no sector mais sofisticado e complexo: os serviços técnicos e financeiros.

Dados básicos sobre o endividamento externo brasileiro

Evolução no Período 1974-1982

(em US\$ milhões)

Ano	Divida Externa Bruta	Reservas Internacionais	Divida Externa Líquida (1-2)	Juros	Amortizações (líquido)	Serviço da Dívida (4-5)	Exportação (FOB)	Serviço da Dívida Sobre Exportação (6-7) em %	Juros Sobre Exportação (4-7) em %	Serviço da Dívida Sobre Dívida Externa Bruta (6-1) em %
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)
1974	17.166	5.269	11.897	1.370	1.920	3.290	7.757	42,4	17,7	19
1975	21.171	4.040	17.131	1.863	2.172	4.008	8.461	47,3	22,0	19
1976	25.985	6.544	19.441	2.091	2.992	5.083	9.747	52,1	21,4	20
1977	32.037	7.256	24.781	2.462	4.060	6.522	11.843	55,0	20,8	20
1978	43.511	11.895	31.616	3.344	5.323	8.667	12.482	69,5	26,8	20
1979	49.904	9.689	40.215	5.348	6.385	11.733	15.085	77,7	35,5	23
1980	53.847	6.913	46.934	7.457	5.010	12.467	19.846	62,8	37,6	23
1981	61.411	7.507	53.904	10.305	6.242	16.547	22.920	72,1	45,0	27
1982	66.843*	—	—	12.555	6.916	19.471	19.912	97,7	63,05	29

* Dados disponíveis em Setembro de 1982

Fonte: Revista "Brasil em Exame", Maio/1983.

Em primeiro lugar o Brasil transporta por conta própria uma parte ínfima das mercadorias que vende ou compra. O Brasil paga, pois, todos os anos enormes quantias de divisas estrangeiras (dólares) em fretes e seguros. Não exporta tecnologia mas paga enormes somas em *royalties*, marcas e patentes ou serviços técnicos muitas vezes inexistentes.

Não recebe lucros do exterior, onde poucas empresas brasileiras investem. Só recebe capitais diretos ou indiretos. Mas os capitais que recebe têm direito a remeter os lucros que aí obtêm. Contudo, os lucros que eles enviam para o exterior não geram nenhum rendimento para o Brasil. Trata-se de uma relação totalmente desigual e espoliativa pois contém um direito de propriedade que a faz totalmente unilateral. Para cobrir esses défices que desde os anos 50 todos os anos se reproduzem de maneira ampliada, o Brasil tem que obter novos empréstimos.

Mas se o devedor não equilibrar o seu orçamento não poderá pagar as suas contas no fim do ano e necessitará de novos empréstimos para saldar os anteriores e cobrir os seus novos défices. Ano após ano esse devedor aumentará a sua dívida de forma acumulativa.

Portanto, no inicio da década de 60, qualquer economista mais avisado podia afirmar que, a persistir o modelo de desenvolvimento capitalista dependente, e inclusive acentuando-o, como ocorreu depois de 1964, não havia outro caminho senão uma crise financeira internacional quando se tornasse impossível saldar essas dívidas.

As soluções existem

Esses são os factos. O Banco Central teve que se convencer de que se ele não suspender o envio de *royalties*, serviços técnicos, lucros, etc., nas graves condições de caixa actual e quando o país já diminuiu 30% das suas importações, não poderá deter o

buraco financeiro que gera a dívida nacional brasileira. Mas trata-se apenas de uma medida temporária que não resolverá, por consequência, problema algum.

Por outro lado, fica pendente o pagamento dos juros e amortizações da dívida que são hoje superiores ao volume global das importações que o Brasil faz. Aqui também o país está diante de uma suspensão não declarada de pagamentos simplesmente por falta de caixa.

Ao mesmo tempo surgem as operações bancárias no exterior, realizadas sem cobertura pelas luxuosas sucursais dos bancos brasileiros que operam no vermelho e criam uma nova fonte de défice para ser coberto pelo povo brasileiro, o eterno avalista de todas essas operações através do Estado, que não o consulta para nada.

Chega-se assim à insolvência. Não há dólares para pagar as importações, juros e amortizações, as operações bancárias no exterior.

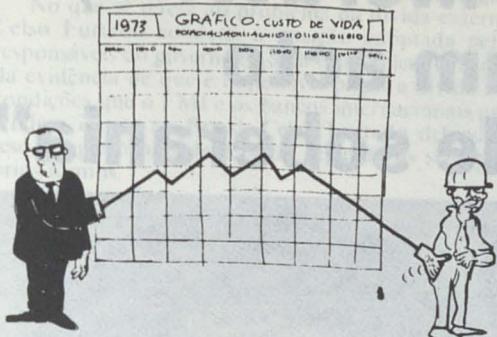
O artigo da revista *Fortune* acima citado diz: "Uma moratória nos pagamentos dos juros, por exemplo, poderia eliminar aproximadamente metade dos rendimentos do *Citibank*. Se ele tivesse que estabelecer uma reserva especial para perdas, digamos, 10% dos seus empréstimos brasileiros, a soma, de cerca de 400 milhões de dólares, absorveria o resto dos rendimentos".

Pois bem, os ganhos do *Citibank* dependem da atitude do governo brasileiro. Certamente ele já tirou daí o equivalente a todo o seu investimento! Outros países encontram-se em situação semelhante. Para continuar a rolar a dívida o Brasil tem que se submeter totalmente às condições impostas pelos banqueiros através do Fundo Monetário Internacional. Será que não pode impor as suas próprias condições de pagamento, adaptadas às reais possibilidades do país? Isso seria uma solução civilizada e aceitável para todos.

A conclusão é inevitável: o Brasil tem que suspen-

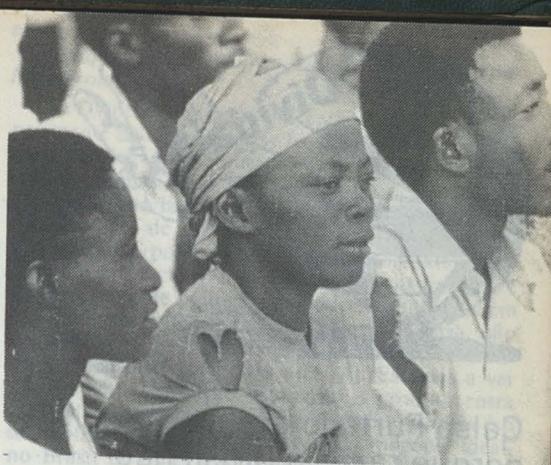
der o pagamento pelo menos temporariamente até arrumar a casa. Poderá fazê-lo explicitamente tirando todas as vantagens morais da situação. Ou poderá fazê-lo às escondidas, sem o declarar como o está a fazer.

Para arrumar a casa, o Brasil tem que redefinir o



modelo de desenvolvimento dependente que seguiu até agora e liquidar as origens do défice que origina toda a crise. Tem que aumentar o comércio exterior que lhe seja favorável, como o que realiza com o Terceiro Mundo. Terá que inventar inclusive formas de pagamento bilaterais que o retirem da pressão do dólar.

As soluções propostas são evidentes. Mas essa é



A valorização do dólar no mercado financeiro reduziu substancialmente o poder de compra dos países do Terceiro Mundo

uma questão política. O Brasil necessita, mais do que nunca, de um governo legitimamente eleito pelo povo, com amplo apoio popular, capaz de negociar com a cabeça alta e em representação dos interesses das maiorias. Um governo respeitado internacionalmente, austero e com autoridade para rever profundamente a orientação da sua economia. (Theotonio dos Santos) □

terceiro mundo



Economia
História
Geografia
Poética

Mapas
Fotografias
Dados Estatísticos
de Todos os Países
do Mundo

à venda!

**Indispensável elemento
de consulta para melhor
conhecer 3/4 da
Humanidade**

uma edição Tricontinental Editora
Calçada do Combro, 10-1.º
1200 LISBOA
PORTUGAL
Preço: 400\$00



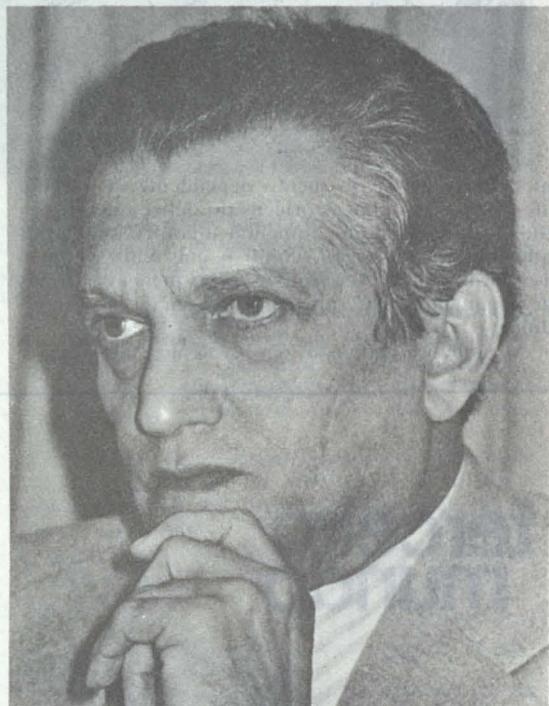
Celso Furtado explica-nos porque razão o Brasil não pode pagar a sua dívida externa e afirma: "há que declarar unilateralmente a moratória!"

O Brasil encontra-se nas primeiras páginas dos mais importantes jornais do mundo ocidental. Vão distantes os tempos do fastígio do café e empalideceram as glórias do futebol. Agora este país ganha um título pouco invejável: o de maior devedor do mundo. A sua dívida externa encontra-se em cerca de 100 mil milhões de dólares. É muito difícil para alguém que não seja economista, banqueiro internacional ou algo de semelhante conceber o que representa esta quantia. Daria para transformar o Nordeste semi-desértico numa terra florescente, ou para construir sete hidroeléctricas gigantescas, iguais a Itaipu. Equivale a mais de metade do orçamento militar dos Estados Unidos para 1984, com os seus 189 mil milhões de dólares destinados a financiar um imenso programa armamentista, incluindo mísseis.

Acompanham esta enorme dívida externa alguns fenômenos alarmantes que resultam da mesma política económica: uma inflação galopante, que ronda os 170% anuais, embora o ministro das Finanças, Ernani Galvães, no começo do ano, previsse modestamente apenas 70% ("O Estado de São Paulo", 5.2.1983); um número de desempregados que o ministro do Trabalho, Murilo Macedo, calcula em três milhões e que, segundo a mesma autoridade, poderá chegar a 13,5 milhões em 1985 — o que equivale a 27% da população economicamente activa do país, que nessa altura deverá ser de 50 milhões de pessoas ("O Globo", 16.9.1983).

Além destas consequências internas, o Brasil começou a viver uma etapa penosa nas suas relações internacionais, com as febris negociações com os bancos emprestadores, que pressionam para receber as amortizações e os juros crescentes, e o recurso ao Fundo Monetário Internacional. Os países em desenvolvimento, como o Brasil, que entram nessa voragem de humilhação, submetem-se a uma camisa-

"Moratória, um acto de soberania"



Celso Furtado: "Fazer prevalecer a soberania brasileira"

-de-forças que significa estagnação com inflação (estagflação) e renúncia aos sonhos de progresso, com a destruição do parque industrial já existente e todos os males contidos numa política de recessão segundo o duro receituário do FMI. A revista inglesa *The Economist* (6.8.1983) prevê que a crise levará a indústria brasileira ao colapso, e que a economia do país estará estagnada em 1984.

O governo brasileiro tem vindo a submeter-se com extrema docilidade à orientação recessãoista ditada pelos grandes centros financeiros internacionais. Um dos críticos mais consequentes e contundentes desta política tem sido o professor Celso Furtado. Paraibano de 63 anos, superintendente da Sudene de 1960 a 1964, ministro do Planeamento no governo de João Goulart, autor do Plano Trienal de Desenvolvimento, obrigado a exilar-se por ocasião do golpe militar de

64. Furtado é hoje o economista brasileiro de maior prestígio internacional. Recentemente, foi o principal autor do projecto apresentado pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) como alternativa à política económica do governo. O seu último livro — o vigésimo — sintetiza no título o pensamento do autor: "Não à recessão e ao desemprego".

No que se refere ao problema da dívida externa, Celso Furtado condena a posição adoptada pelos responsáveis do governo na área económica. Partindo da evidência de que é impossível pagar a dívida nas condições que o FMI e os bancos internacionais pretendem impor ao Brasil, Celso Furtado defende a tese de que o país deve pagar segundo os seus próprios termos.

O que muda nas perspectivas da economia brasileira com a terceira carta de intenções apresentada pelo governo ao Fundo Monetário Internacional?

A nova carta agrava a situação, porque é muito mais restritiva que as anteriores. Pretende reduzir drasticamente o défice do sector público, o que só pode ser conseguido através de uma recessão muito profunda. O propósito recessivo confirma-se, ainda, com a previsão de um saldo na balança comercial de nove mil milhões de dólares, com um nível de importações da ordem dos 16 mil milhões de dólares. Em 1982, o saldo comercial representava 4% do valor das importações; este ano, deverá andar próximo dos 40% e, em 1984, de 55%. Estas percentagens constituem uma clara indicação de que a política económica do governo é orientada no sentido de produzir dólares para os nossos credores, a qualquer custo. Não é pelo caminho da redução das importações que vamos sair da crise. A forte contracção exigida pelo FMI representa um preço excessivamente alto para nós.

E quanto a um nível de redução da inflação agora anunciamos?

A inflação é um sintoma. A ideia de a fazer descer dos actuais 170% para 55% reflecte nitidamente, uma vez mais, a pressão recessionista que será exercida sobre a economia brasileira. Os critérios do Fundo neste caso particular foram revelados por um documento interno que veio a público recentemente, onde se recomenda um corte substancial no rendimento da população brasileira. Os opções, para o FMI, são duas. A primeira, que eles consideram a melhor e que está em vias de ser aplicada no Brasil, consiste em fazer baixar o nível de vida da população reduzindo os salários. A segunda seria manter os níveis de salários e cortar ainda mais nos gastos e nos investimentos. Ambos os caminhos geram desemprego. Para o Fundo, apenas há que escolher entre os dois, sem qualquer outra alternativa. Porquê? Porque ele se baseia na sua doutrina clássica de que a inflação é de procura ou seja, decorre de um excesso de poder de compra, e é necessariamente um fenômeno de curto prazo. De facto, se houvesse apenas uma inflação de procura, seria fácil combatê-la. Bastava passar uma esponja, esfriar a economia, absorver a inflação e recomeçar. Mas acontece que a inflação brasileira — e isto eu tenho sustentado exaustivamente — não é de procura, não é de custos salariais, é de custos financeiros. É também causada pela desordem nos investimentos, que leva a produtividade

média a baixar.

Em que medida estão em causa problemas de política económica?

— Os problemas que enfrentamos não são propriamente de economia. Se fossem, tudo se tornaria mais simples — uma questão de definições, de redução a axiomas. Mas não é este tipo de problemas que o governo brasileiro e o FMI estão a discutir, e sim questões de política económica. Por exemplo, saber até que ponto o serviço da dívida externa representa um encargo insuportável para as finanças é um problema de política económica. Como também a questão da redistribuição — não voluntária, não consensual — do rendimento nacional que se encontra implícita no receituário do FMI. Estamos a ver que na actual situação, enquanto o produto entra em declínio, quem se apropria da maior parcela é o sector financeiro. A tal ponto que o negócio ideal, no Brasil de hoje, é ser intermediário financeiro... Corrigir esta situação é tipicamente um problema de política económica.

As alocuções do presidente Figueiredo na Assembleia-Geral da ONU e no encontro de Cancún, e o discurso do ministro Saraiva Guerreiro na reunião do SELA, em Cartagena, em Fevereiro deste ano, criticavam a política económica das grandes potências e preconizavam soluções globais para abrir perspectivas aos países em desenvolvimento. Isto tinha um sentido de crítica à doutrina do Fundo Monetário Internacional. E agora?

— O Brasil rompeu com a linha desses discursos. Há um quadro de total incoerência. Em particular, incoerência entre a política formulada pelo ministério das Relações Exteriores e aquela que é executada no plano internacional pelas autoridades da área económica. Isto comprova o que tenho vindo a afirmar: o grande problema do Brasil hoje em dia é o desgoverno em que o país se encontra. Não se trata de competência ou incompetência deste ou daquele ministro, mas de desgoverno mesmo, resultante da erosão dos instrumentos de política económica, monetária, fiscal, cambial, de distribuição de rendimento. Há um tremendo desgaste destes instrumentos, decorrendo da subordinação de tudo o mais à obrigação de pagar integralmente a dívida externa nos termos impostos pelo FMI. Isso exclui a possibilidade de aplicarmos uma política autónoma. O que é preciso, agora, é recuperar a liberdade de acção que nos levaram a perder. É fazer prevalecer a nossa soberania.

Como?

— Decretando unilateralmente a moratória. Entendo a moratória, essencialmente, como um acto de soberania nacional. A soberania é o grande trunfo de que o Brasil dispõe. Se se tratasse de um devedor privado, de uma empresa, não haveria escapatória possível. Nesse caso a solução seria pagar ou ser executado. Mas quando está em causa um país, um Estado soberano a coisa é diferente. Uma empresa desaparece, mas um país não se some do mapa. Um país funciona, interna e externamente, num contexto político. O que lhe permite estabelecer junto dos credores os pontos que não são negociáveis, oferecendo garantias muito maiores que as de um devedor particular. Pode dizer, por exemplo, que não aceita

renegociar os empréstimos a partir de taxas flutuantes de juros, que essas taxas devem ser fixas, subordinadas ao poder de compra determinado pelo valor das exportações do país em questões, às suas relações de troca, isto é, ao que ele obtém pelo que vende no mercado internacional. Assim ficariam estabelecidos, de saída, novos parâmetros de negociação.

Os bancos internacionais ficariam conformados com essas condições?

— Com a declaração unilateral da moratória, abrir-se-iam aos bancos novas opções. Normalmente, os directores de um banco são responsáveis pelas perdas perante os accionistas. São funcionários com atribuições limitadas, que temem perder os seus empregos e as altas comissões que o Brasil paga. Sentam-se à mesa para discutir os termos de um contrato ou a substituição desse contrato por um outro que compense o que o banco perdeu no primeiro. De momento, eles estão empenhados em que a moratória do Brasil não se oficialize de facto num acto judicial. Os empréstimos encontram-se ligados uns aos outros por cláusulas contratuais e se houver ruptura de um, todos os contratos correm risco. Além disso, eles estão interessados em que o Brasil obtenha empréstimos-ponte junto do Banco Central dos Estados Unidos, ou equivalentes noutros países, para poderem ganhar tempo. E assim vão atingindo os seus objectivos. Se um país do porte do Brasil declara moratória, isto poderia desencadear uma série de outras moratórias, o que levaria os bancos credores à insolvença. É o caso, notoriamente, do *Citibank*, que emprestou ao Brasil quase o equivalente do seu capital, cerca de 83%. Nestes casos, a dívida é tão alta que o devedor passa a ser uma espécie de associado, pois dele depende também o destino do credor.

Moratória unilateral

Mas então que saída haveria?

— A moratória unilateral é a única saída possível, por uma razão simples: o essencial da renegociação da dívida passaria ao âmbito dos governos, dos Bancos Centrais dos países credores. Quando há credores que são soberanos, eles podem negociar com autonomia, uma autonomia que falta às directórias dos bancos. Podem aceitar perdas sem o pavor da própria insolvência. A saída é, portanto, política.

Em que circunstâncias os bancos centrais entrariam em acção?

— Um acordo feito há pouco sob os auspícios do BIS, o Banco Internacional de Compensações, estipula que os bancos centrais intervirão em caso de insolvência dos bancos credores, e somente nesse caso. Então, quem aguenta a situação, em última instância, são os bancos centrais. O que eles menos querem, evidentemente, é a eclosão de uma crise internacional generalizada. Isso seria igualmente catastrófico para os países ricos. E essa perspectiva, assustadora para eles, funciona em benefício do Brasil no caso da moratória. Nestas circunstâncias, a moratória decretada pelo Brasil poderia ser seguida por outras, o que criaria condições para uma negociação global. Estaria então aberta a porta para um novo *Bretton Woods*¹.

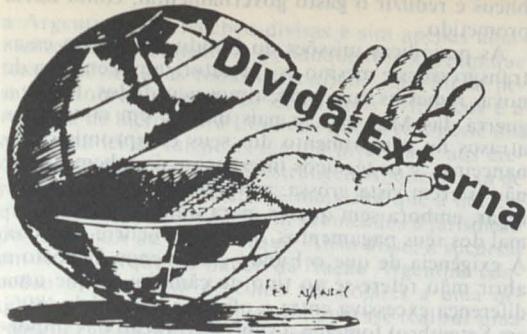


"A moratória decretada pelo Brasil poderia ser seguida por outras, o que criaria condições para uma negociação global..."

Seria esse o caminho para uma Nova Ordem Económica Internacional (NOEL), que o Terceiro Mundo vem reclamando há mais de duas décadas, especialmente nas reuniões do Grupo dos 77, e que ainda há pouco reiterou, sem sucesso, na VI UNCTAD, em Belgrado?

A tomada de posição do Brasil poderia ser um passo decisivo no sentido do atendimento a essa forte aspiração do Terceiro Mundo. Deve-se dizer, entretanto, que o Terceiro Mundo não tem tomado iniciativas concretas para tornar realidade a sua reivindicação. O mundo desenvolvido não manifesta, por seu lado, o desejo de a atender, com exceção da França, que vem defendendo, junto dos países ricos, desde a reunião de Williamsburg, a realização de uma conferência que estabeleça bases mais sãs para o sistema financeiro internacional, que permitam acabar com a enorme tutela actualmente exercida pelo dólar.

¹ Local onde foram assinados os acordos finais que criaram o FMI (27/12/1945) — Washington — EUA, e que concretizaram o ordenamento da economia mundial nos termos actuais.



O regime militar deixa aos seus sucessores o pagamento da conta da guerra das Malvinas

OS 43 mil milhões de dólares da dívida externa argentina divididos pelos 28 milhões de sobreviventes, representam um dos piores índices *per capita* do mundo. Cada ser humano que habita dentro dos 2,7 milhões de quilómetros quadrados do território argentino deve ao exterior mais de 1.500 dólares. Não importa que ele seja um dos dois milhões de desempregados, algum dos milhares de recém-nascidos que não completarão um ano de vida graças à desnutrição e em consequência de doenças que se julgavam erradicadas para sempre, ou que este devedor seja a mãe de um dos 30 mil desaparecidos por cujo destino as organizações de direitos humanos reclamam, um soldado adolescente mutilado na guerra com os ingleses, algum dos milhares de desalojados que estão a viver em colégios, quartéis, barracas ou vagões de comboios enquanto esperam que as águas baixem.

O ministro da Economia, Jorge Wehbe, anunciou no começo deste ano que os compromissos externos chegavam a 43 mil milhões de dólares, mas a força aérea contestou-o numa declaração oficial, cujos cálculos não passavam de 37,8 mil milhões. Wehbe esclareceu, sem constrangimento, que se tratava de um erro do seu ministério, onde se havia somado duas vezes uma quantia de cinco mil milhões de dólares. O tempo não deu razão a Wehbe, mas fez com que a dívida chegassem áqueles mesmos 43 mil milhões devido à simples acumulação de juros.

Num país onde o humor encobre tanto a resignação como a raiva, o ministro suportou com cara de palhaço este diálogo diante das câmaras de televisão:

Jornalista — Feliz aniversário, senhor ministro.
Ministro — Muito obrigado.
Jornalista — Está a completar quantos anos?
Ministro — 63 anos.
Jornalista — Tem a certeza?

Pouco depois desse primeiro choque com Wehbe, o comandante-em-chefe da força aérea anunciou que a sua arma não aumentaria a dívida externa num só

Argentina

A herança dos militares

dólar, que os aviadores compartilhariam das dificuldades da população e que o futuro governo é que decidiria sobre a renovação do equipamento.

Mas o que o brigadeiro Augusto Hughes tomou o cuidado de não revelar foi quanto, desses 43 mil milhões já endividados, corresponde a gastos militares, discrição compartilhada por outros membros da junta militar: o general Cristina Nicolaides e o almirante Rubén Franco.

Um instituto sueco de estudos estratégicos afirma que a fatia militar da dívida chegava a 15 mil milhões de dólares, isto é, mais de um terço. Esse dado está de acordo com a participação militar no orçamento, de cerca de 30%, e com a rubrica "Saida de divisas, somas não individualizadas" das balanças de pagamentos entre 1976 e 1982, que totaliza 17 mil milhões de dólares. Wehbe disse que a cifra do instituto sueco era "absurda", o que dá a entender que conhece a verdadeira, ainda que ela não tenha saído da sua boca. Segundo informações provenientes da imprensa, haviam sido dilapidados em armamento sete mil milhões de dólares, embora não tenha sido esclarecido em que período de tempo.

A dívida é uma doença monstruosa, qualquer que seja a variável económica com a qual a comparemos. Em 1975, a Argentina devia o equivalente a dois anos das suas exportações. Esse é o ponto considerado óptimo segundo a opinião defendida pela *Morgan Guaranty Trust Co.*, durante a última conferência dos grandes credores realizada em Nova Iorque para analisar as possibilidades de cobrar a dívida argentina. Hoje, a relação dívida/exportação é de 5 para 1.

Em 1975, o débito externo representava 10% do Produto Interno Bruto (PIB); agora atinge 40%. Oitenta e seis por cento da dívida são constituídos por empréstimos financeiros dos bancos internacionais e as obrigações superaram 12 vezes as reservas de divisas. Quase 60% do endividamento corresponde ao sector público, que desse modo subsidiou a fuga de capitais e a revalorização do peso, que estrangulou a produção nacional, favorecendo as importações.

Mais endividamento

Em 1982, o superavit comercial foi de dois mil, duzentos e cinquenta milhões de dólares, acumulado graças à diminuição das importações em 40%, no meio de uma prolongada recessão. Mas os serviços



Em cada 14 argentinos, um não encontra emprego

da dívida, sem incluir amortizações, chegaram a quatro mil e setecentos milhões. O pagamento desses serviços consumiu 61% das exportações, índice muito superior à já perigosa média internacional (serviços financeiros exportações: 40%). No primeiro trimestre deste ano, as importações desceram outros 27%, mas apesar disso, o superávit comercial de 1983 difficilmente atingirá os três mil milhões de dólares, contra vencimentos de juros que totalizam cinco mil milhões, o que já equivale a dois terços das exportações. A diferença será paga, este ano como no anterior, com mais endividamento, em operações de capitalização de juros.

A impotência diante dessa armadilha implacável pode ser exemplificada com dados concretos. Se se decidisse sacrificar integralmente o rebanho bovino e usar o arrecadado para o pagamento da dívida, apenas se conseguiriam recursos para cobrir os juros de um ano (sempre e quando houvesse comprador para tanta carne e os preços não caíssem). E cada vez que a Reserva Federal dos Estados Unidos aumenta em meio ponto a taxa de juros para que o *happy end* da recuperação da sua economia se livre das ameaças de um regresso à espiral inflacionária, a dívida argentina cresce 215 milhões de dólares, por decisão livre e soberana de Paul Volcker, secretário do Tesouro dos Estados Unidos.

A coexistência da crise económica com um processo eleitoral que deve pôr fim a oito anos de ditadura militar é uma particularidade do caso argentino que tem múltiplas consequências. Por exemplo, as metas do acordo assinado com o Fundo Monetário Internacional não são cumpridas devido à forte pressão social. Durante esses anos, os salários caíram em um terço do seu valor histórico, e agora que o regime militar agoniza, o sector laboral não se conforma com os 5% de aumento das remunerações acordados com o FMI. Mediante paralisações brutais e ameaças de greves gerais, os trabalhadores e as organizações sindicais obtêm melhores percentagens de um governo para o qual nada é mais importante do que deixar o poder sem graves explosões sociais. As mesmas razões políticas e sociais impedem o regime militar de aumentar as tarifas dos serviços pú-

blicos e reduzir o gasto governamental, como havia prometido.

As periódicas missões do Fundo constatam essas transgressões e mesmo assim autorizam a entrega de novas remessas dos empréstimos acordados. Desde a guerra das Malvinas, o país incorre em constantes atrasos no cumprimento dos seus compromissos financeiros, e os técnicos internacionais sabem que se não fizerem vista grossa, a Argentina poderá escorregar, embora sem querer, para uma suspensão formal dos seus pagamentos, que agora ocorre de facto. A exigência de que o Fundo está menos disposto a abrir mão refere-se ao tipo de câmbio, já que uma diferença excessiva entre o oficial e o paralelo (80% em Setembro) fomenta a sobrefacturação das importações e o subfacturamento das exportações. Isso evapora as divisas que os credores estão à espera com a boca seca e um nó na garganta.

O Fundo Monetário comprehendeu que embora os militares tenham empenhado o resto da autoridade que lhes resta para cumprir as exigências dos banqueiros internacionais, não poderiam impô-las a uma economia em profunda crise e a uma sociedade em plena efervescência. Por isso, olham para o outro lado, enquanto procuram estabelecer contactos com os partidos políticos que governarão a partir de 1984.

Seria um erro imaginar que esta debilidade do governo beneficia em alguma coisa o país nas suas negociações com o exterior. A atitude do Fundo é a de uma enfermeira que permite ao paciente muito doente que fume, sem o obrigar a tomar os remédios receitados porque sabe que o seu organismo já não tem cura. A posição dos bancos credores, por outro lado, consiste em sacar o que ainda resta ao moribundo e fazê-lo assinar, antes que morra, compromissos com os quais os seus descendentes terão que arcar.

A negociação do último empréstimo-ponte de mil e quinhentos milhões de dólares com um consórcio de 11 grandes bancos credores encabeçados pelo *Citibank*, é um bom exemplo: para concederem essa verba, na qual eram os principais interessados (já que

Alfonsín: "de acordo com os nossos interesses"



a Argentina não recebeu divisas e sim apenas adiamentos dos pagamentos), os banqueiros exigiram que fossem levantadas todas as restrições que ainda pesavam sobre a repartição de capitais britânicos e a remessa de lucros para Londres; que se revogasse um artigo da lei de falências que dá prioridade aos credores argentinos sobre os estrangeiros; que a taxa de juros a ser paga fosse 2,25% mais alta que a libra, e que todos os acordos ficassem submetidos à jurisdição dos tribunais de Nova Iorque. Além disso, a cursual em Nova Iorque do Banco da Nação Argentina concedeu um subsídio de cinco mil dólares a uma orquestra britânica para que esta pudesse realizar uma "tournée" pela França interpretando obras de Bach. Mas não se sabe se isso foi imposição ou cortesia.

No mesmo dia em que Wehbe assinou o acordo em Manhattan, o governo militar argentino começou a divulgar no país um filme publicitário com a palavra-de-ordem "Soberania nacional, patrimônio de todos". Se, como é previsível, o saldo comercial mais os empréstimos já negociados não conseguirem cobrir

os pagamentos que se vencem antes do fim do ano, Wehbe terá de voltar a passar a "bandeja" em Nova Iorque, e novas doses de adjetivos patrióticos completarão, nas televisões, o trabalho de deturpação dos factos, que este governo praticou com banal empêño.

As quantias são altas, mas o seu escalonamento é pior. As renegociações efectuadas pelo governo que está a sair, só fizeram adiar para um futuro próximo vencimentos no valor de cinco mil milhões de dólares; mas deixaram para 1984 compromissos de pé no valor de 14 mil milhões, dos quais mais de metade corresponde ao sector público. Desse montante, nove mil e quinhentos milhões por amortização e quatro mil e quinhentos milhões de dólares de juros.

A opinião dos políticos

Os partidos políticos evitaram reunir-se com as missões técnicas do Fundo Monetário Internacional, que tentaram arrancar deles a promessa de renovar os acordos vigentes. Em parte, porque não é político comprometer-se com o Fundo em plena campanha eleitoral, mas também porque todos estão de acordo no geral, e os que tinham mais hipóteses de chegar ao governo foram os que menos definiram os passos concretos a serem dados.

Chama a atenção o facto de que os principais partidos coincidam sobre a dívida: ninguém fala de não pagar, nem de entrar para um clube de devedores. Todos pensam em refinanciar, dilatando prazos e reduzindo taxas, para que uma parte das divisas geradas pelo comércio exterior seja aplicada no crescimento económico, sem o qual a crise argentina pode tornar-se definitivamente incontrolável.

O vencedor das eleições gerais do passado dia 30 de Outubro e futuro presidente da Argentina, o líder da União Cívica Radical, Raul Alfonsin, acredita que "por imprudente que tenha sido a política económica aplicada, o governo e as empresas públicas não podem fazer outra coisa senão arcar com a dívida contraída". Introduz, no entanto, um elemento novo ao especificar que só deve ser paga a "dívida legítima".

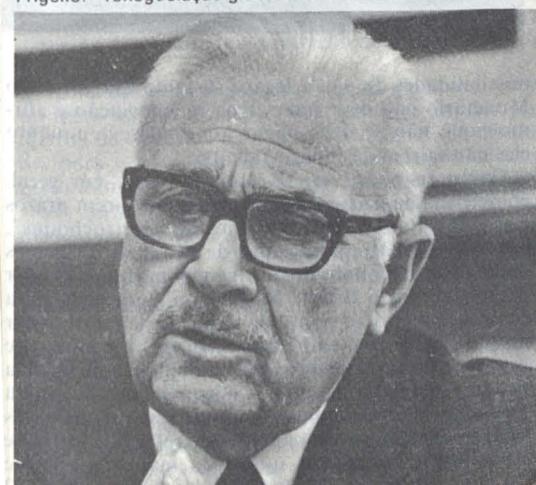
Embora não o tenha afirmado em público, Alfonsin pensa em recorrer ao Fundo Monetário com um programa económico no qual os objectivos fiscais, monetários e cambiais não se oponham a um plano de crescimento a médio prazo. Os radicais pensam que se poderia pedir uma trégua aos credores para refinanciar os juros, enquanto se negocia a dívida global.

Por seu lado, o grande derrotado das eleições gerais, o líder do Partido Justicialista — peronista — Italo Luder (que obteve apenas 40 por cento dos votos expressos, o pior resultado na história do partido) defende que a "Argentina deverá pagar os serviços da dívida externa não em função do seu valor nominal mas sim do *real*". Que o país deverá fazer o esforço de "pagar como juros a quantia que surja da aplicação de uma taxa de juros *real* às prestações, isto é, deduzida da inflação". O objectivo seria "manter um nível constante em termos reais da dívida, abonando os juros que excedam a taxa de inflação internacional." É óbvio que isso só seria con-



Luder: "só pagar a dívida legítima"

Frigelio: "renegociação global da dívida"



seguido com a imprescindível negociação com os credores.

Luder considera que devem ser esclarecidas as suspeitas de fraude e falsificação em alguns índices da dívida e declara que o futuro governo deveria elaborar "juntamente com os países com problemas parecidos com os nossos, uma proposta comum que sirva para o esboço de um novo ordenamento financeiro internacional, que permita a reactivação da economia mundial, uma melhoria dos termos de troca e torne viável um pagamento ordenado das dívidas".

Segundo Luder, o próximo governo terá a força necessária para negociar melhores condições, já que com os actuais prazos e juros "a dívida não deixa margem para o crescimento".

O desenvolvimentista Rogelio Frigerio (que obteve apenas 1% no sufrágio) considera que tanto um "clube de devedores" como uma moratória unilateral constituem uma "fantasia nociva" e assinala que até a União Soviética teve que cumprir os seus compromissos financeiros e aceitar as sanções económicas para poder reinserir-se nas relações económicas mundiais.

Frigerio acrescenta que o endividamento de países como o Brasil e o México ocorreu no contexto de expansões produtivas com taxas de crescimento da ordem de 8 a 9% ao ano, enquanto que "a espiral da dívida argentina foi crescendo num contexto de recessão sem precedentes. Foram subsidiadas importações que vieram substituir a produção nacional com uma queda artificial do tipo de câmbio, que fez com que a cotação das divisas ficasse próxima da metade do seu valor de paridade, enquanto se estimulava o endividamento. Esses recursos externos foram esbanjados na especulação e ao mesmo tempo que as actividades produtivas eram estranguladas, proliferava o desemprego e os salários foram drasticamente reduzidos".

Frigerio afirma que é indispensável recompor o mercado interno, começando pela restituição do poder aquisitivo do salário e impulsionar os investimentos, dentro de um plano que avance em direcção ao desenvolvimento e à integração da economia, a partir das indústrias básicas e da infra-estrutura de energia e comunicações, "como única via capaz de garantir a capacidade de fazer frente às obrigações externas". Ele acredita que a única opção "viável para os argentinos e propícia para os credores é a renegociação global da dívida no contexto de uma forte mobilização da riqueza nacional hoje desperdiçada, mediante acordos com o FMI, e com o apoio do Banco Mundial para o programa de investimentos. Também é imperioso refinanciar a maiores prazos e com taxas de juros mais razoáveis".

O candidato intransigente Oscar Alende (obteve 2% dos votos expressos) afirma que em cada caso deve ser averiguado se se trata de dívidas contraídas de boa-fé, "que um Estado honesto deve necessariamente assumir, ou se se trata de uma fraude, e nesse caso haverá que usar da capacidade e poder para impor, contornar ou aguentar represálias".

O comunista Rubens Iscaro também defendeu a ideia de uma investigação e "uma ampla moratória para o pagamento da dívida real, de acordo com as

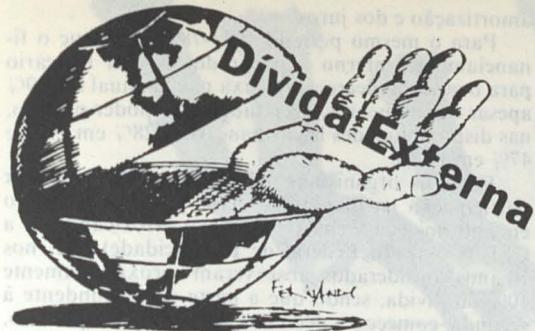


Os militares deixaram um pesadíssimo fardo. A inflação argentina pulveriza todos os recordes, numa espiral alucinante que mesmo as notas do Banco Central dificilmente conseguem acompanhar...



possibilidades do país". Iscaro sustenta que o Fundo Monetário não deve intervir na renegociação e afirmou que não se deve pagar aos ingleses enquanto eles não saírem das ilhas Malvinas.

Como se pode ver, os políticos têm, em geral, consciência da necessidade de se refinanciarem prazos e as taxas. Porém, após oito anos de "electrochoque", esta não é uma terapia capaz de produzir dirigentes audaciosos. Nenhum dos dirigentes partidários quer competir com o Brasil, México ou Venezuela para chegar primeiro ao ponto de parar de pagar ou pedir a sua filiação num clube de devedores. Em síntese, e isso só com carácter privado, iludem-se com a ideia de que a queda de algum dos outros pilares da dívida latino-americana venha a diminuir a voracidade dos credores, melhore as condições de refinanciamento e permita poupar alguns quilos da maltratada carne do povo argentino. (Horacio Verbitsky).



Foi o primeiro a privatizar a sua dívida externa e a pedir a moratória. Hoje, segue fielmente as exigências dos bancos internacionais

O México, país que acendeu o rastilho de uma bomba-relógio — a dívida externa do Terceiro Mundo —, e que fez tremer os principais centros financeiros do mundo em Agosto de 1982, aparece agora numa situação aparentemente mais tranquila do que o resto do conjunto de países latino-americanos, depois de quase se ter declarado insolvente, em relação ao pagamento de uma dívida à beira dos 85 milhões de dólares.

No mês de Agosto passado, o México pagou um empréstimo de mil oitocentos e cinquenta milhões de dólares, apenas duas semanas depois de ter renegociado onze mil e quatrocentos milhões de dólares da sua dívida pública. No entanto, isso não quer dizer que o país já tenha superado a sua crise, na medida em que se calcula que o seu produto bruto cairá para entre 3 e 5%, enquanto a inflação anual é de cerca de 90%.

Uma das especificidades da dívida mexicana reside no facto de que o país foi praticamente um dos primeiros da América Latina a privatizar a sua dívida. Se, para o conjunto dos países subdesenvolvidos, o predomínio das fontes privadas apareceu apenas em 1978, para a América Latina tinha começado em princípios dos anos 70 e o México, já em 1965, apresentava 55.8% da sua dívida pública externa como de componente privado. O país caracterizou-se também por uma intensificação muito maior do processo do que no resto do continente¹ e com uma dependência relativamente menor, por exemplo, do que o Brasil em relação às fontes oficiais e bilaterais de financiamento. O último dado significa que o Brasil pôde beneficiar de custos financeiros menores embora, como contrapartida, tenha tido de ceder diante de algumas das exigências que acompanham os empréstimos do Banco Mundial, FMI e BID.

México

O modelo do FMI

A evolução da dívida mexicana

A dívida pública externa do México evoluiu em quatro etapas perfeitamente delineadas. A primeira teve o seu início em 1823, com a contratação da Dívida de Londres, e terminou em 1914, com o restabelecimento da capacidade de pagamento do país; a segunda compreendeu o período que vai de 1941 a 1950, quando o recurso ao crédito externo, por parte do governo, esteve bastante limitado devido ao fortalecimento de uma política de perfil nacionalista por parte do regime cardenista (isto é, do presidente Lázaro Cárdenas — 1934 a 1940), que impôs a reforma agrária e nacionalizou a indústria do petróleo; a terceira etapa teve início em 1952, quando a economia foi aberta ao endividamento e ao investimento estrangeiro directo (IED). Os financiamentos externos foram considerados de tipo compensatório (para saquear a balança de pagamentos que, depois do *boom* da II Guerra Mundial, começou a enfrentar dificuldades sérias) e outros financiamentos considerados não inflacionários dirigidos a projectos de investimento público (inseridos no quadro da Aliança para o Progresso, que desempenhou um papel importante como agente legitimador do desenvolvimento). Finalmente, a quarta etapa, que começou em 1967 e continua até hoje e que é conhecida como o "círculo vicioso do endividamento", quando uma parte importante dos financiamentos obtidos se destina a pagar os compromissos adquiridos nos anos anteriores, na medida em que o incremento anual dos juros cobrados sobre os empréstimos são muito mais elevados que o fluxo líquido de recursos.

Muito bem, caberia perguntar as razões internas que levaram o país a esse "círculo vicioso" ou, o que dá no mesmo, por que aceitou ou teve necessidade de aceitar a "oferta" de recursos por parte dos bancos transnacionais.

Causas e consequências

Apesar de se reconhecer que o ano de 1967 é a data em que se inicia esse "endividamento vicioso", o incremento mais importante acontece, no entanto, de 1972 a 1973 data em que passou de 550 milhões para cerca de mil e quinhentos milhões de dólares o

montante do endividamento público externo mexicano. Na origem desse grande salto podem ser detectados vários factos novos que aparecem tanto na cena interna como na internacional, estreitamente relacionados entre si. A recessão das economias capitalistas mais desenvolvidas, como já dissemos antes, ao incidir sobre o comércio internacional, transferiu para os países periféricos grande parte dos seus males (inflação importada, pressão sobre as moedas locais, etc.) e o México, claro, não pode isolar-se daqueles efeitos que contribuíram, em grande parte, para que se modificassem as condições de estabilidade dos períodos anteriores.

O investimento privado mexicano, por influência do próprio sistema internacional em crise e também por causas internas relacionadas com o processo de acumulação local, tendeu à estagnação com relação ao período em questão (14% para o período 1965-70 e apenas 2,4% para 1971-77), ao mesmo tempo que algumas indústrias chaves (aço, petróleo, electricidade, etc.) começavam a apresentar um certo atraso relativo que ameaçava derivar em "engarrasamentos" que comprometiam a acumulação no seu conjunto (pública e privada). Isso aconteceu justamente no momento em que o sistema político também começava a apresentar algumas fissuras que obrigam a uma redefinição do modelo anterior. Segundo José Quijano², o Estado tentará recuperar a sua autonomia relativa, para o que deverá gastar relativamente mais, ou — o que dá no mesmo —, procurar novos recursos.

Dessa forma, vão-se conjugar as necessidades internas (grande procura de liquidez por parte do Estado) com uma grande oferta por parte dos bancos transnacionais e chegar-se-á ao facto de que "todo o sector público mexicano privatizará a sua dívida, e para fins de 1978 os bancos transnacionais de origem norte-americana serão responsáveis pelos 46% do total dos saldos bancários estrangeiros no México, seguidos pelos bancos transnacionais do Japão com 10%, do Canadá com 9,5%, da República Federal da Alemanha com 7,8%, da Inglaterra com 7,5% e da Suíça com 5,5%. Com exceção dos anos 1975 e 1978, o volume médio dos créditos aumentou constantemente a uma taxa de cerca de 30% anuais.

Um paliativo menor

Se, para 1970, a dívida externa representava 12,7% do Produto Interno Bruto (PIB) e o coeficiente de serviços (amortizações mais juros sobre receitas em conta corrente), 24,6%, para 1977, a primeira representava 30,9% e o segundo, 43,9%, sendo que, para 1979, o primeiro desce para 24,6% e o segundo continua a crescer vertiginosamente para 62,2% e chegamos à terrível constatação de que, embora aumente o fluxo líquido de recursos do exterior em 74,1% para o período 1973-79, o serviço da dívida se eleva em 672,6%. "Tenhamos em conta — diz Quijano — que para um sector público angustiado pela imperiosa necessidade de recursos, a dívida externa foi apenas um paliativo menor porque gerava um fluxo líquido ligeiramente em ascensão enquanto sujava quantidades crescentes de divisas através da

amortização e dos juros".

Para o mesmo período 1973-78, temos que o financiamento interno a partir do sistema bancário para o governo decresceu à taxa média anual de 5,9% apesar dos aumentos, decretados pelo poder público, nas disponibilidades legais bancárias (28% em 1972 e 47% em 1978).

Entre os organismos e ou empresas com maior participação na dívida do sector público mexicano encontram-se a *Pemex* (Petróleos Mexicanos) e a *CFE* (Comissão Federal de Electricidade) que, nos 10 anos considerados, absorveram aproximadamente 40% da dívida, sendo que a parte correspondente à segunda, começou a descrecer no final desse período, enquanto que a *Pemex* praticamente se elevou ao dobro. Até 1975, também foi crescente a participação das siderúrgicas ("Altos Fornos" e "Lázaro Cárdenas") para depois começar a cair, fenômeno que se repetiu também na empresa Telefones do México. O sector governamental manteve a sua percentagem de 20% em todo o período e as financeiras do sector público, que absorviam 11,5% em 1970, passaram a fazê-lo em 28,9% em 1979.

A situação agravou-se enormemente no último ano do governo de López Portillo, quando a desintermediação financeira chegou a limites quase insuportáveis para o país apesar de que, a partir de 1979, as receitas provenientes do petróleo deveriam ter permitido enfrentar os problemas. Nesse quadro, foram decretados a nacionalização dos bancos e o controlo de câmbios como uma tentativa de reprocessar a vida económica do país na direcção de um eixo mais nacional. Esse facto provocou, entretanto, quase o pânico da comunidade financeira internacional que imediatamente "apertou" as condições para continuar a conceder recursos ao México. Seguiu-se então um período em que o México viu desacreditada a sua categoria de país solvente.

Uma estratégia exemplar, diz o FMI

Hoje em dia, entretanto, o Fundo Monetário Internacional colocou o México como o exemplo a ser seguido pelos demais países em desenvolvimento com problemas financeiros, tanto pelo cumprimento do programa de ajuste económico na Carta de Intenções, como também pelos termos de renegociação da sua dívida externa, o que lhes está a permitir resolver os seus problemas económicos. O México, segundo aquela instituição, cumpriu todos os requisitos apontados nesse programa até Agosto do corrente ano e é considerado como modelo pela forma como pode renegociar 20 mil milhões de dólares da sua dívida externa. O FMI continuou, com particular interesse, com o cumprimento do programa de ajuste económico a curto prazo, cujos factos mais destacadáveis são: a balança comercial teve mais de seis mil milhões de dólares de superavit na primeira metade do corrente ano e o défice do sector público pode ser mantido dentro dos limites colocados, sendo actualmente 24% mais baixo que o do ano passado.

Dessa forma, encontramo-nos novamente perante o facto de que, se o México foi o primeiro a privatizar a sua dívida, também está a ser o primeiro país do



A riqueza petrolífera do México não evitou que o país caisse na "armadilha" da dívida externa

Terceiro Mundo a começar a resolver parcialmente os seus problemas com o exterior quanto aos financiamentos. Isso, entre muitas e complexas razões, parece dever-se a um sistema político muito especial que teria a flexibilidade e condução interna suficientes para conter os protestos que partem da sociedade civil. De facto, o México conta, na sua história, com uma revolução democrático-burguesa (a mais radical que teve lugar na América Latina), cujos legados institucionais e heranças idiossincráticas permitem que o Estado — em circunstâncias difíceis como as actuais — possa diminuir os benefícios sociais e conter em limites bastante manipuláveis as reivindicações e descontentamentos que partem daqueles sectores mais prejudicados pela recente política de austeridade imposta pelo governo do presidente Miguel de la Madrid.

Uma última consideração diz respeito, no entanto, a que muito dificilmente, tanto o México como o resto dos países do Terceiro Mundo, possam resolver ou continuar a resolver os seus problemas de liquidez e de pagamentos se não houver uma recuperação das economias dos países capitalistas avançados, condição essa considerada como imprescindível por organismos tais como o próprio FMI que, em diversas ocasiões e

em vários foros internacionais, solicitou aos governos — principalmente aos Estados Unidos — que orientem as suas políticas económicas no sentido de que baixem as taxas de juros e diminuam as medidas proteccionistas do comércio. Isso porque, mais que ninguém, o próprio FMI está consciente do grande paradoxo da dívida externa dos países dependentes, já que, se foram induzidos em endividamento, também necessitam colocar as suas mercadorias nos mercados internacionais para, desse modo, conseguirem as divisas necessárias para enfrentar os compromissos contraídos. Se os países com os quais nos endividámos se negam hoje a receber as nossas exportações, por inúmeras razões, também estão a negar-se a que possamos pagar aquilo que eles nos induziram a tomar emprestado.

Mas, ao mesmo tempo, estão a negar-se também a sair da sua própria crise que não é apenas sua mas do sistema no seu conjunto.

¹Segundo Rosario Green, economista mexicano especialista no tema da dívida externa mexicana.

²Quijano, José M., "México: Estado e bancos privados", Cide, 1981.



El Salvador - Segundo as previsões feitas pela Comissão Económica para a América Latina (CEPAL), a dívida externa salvadorenha deve aumentar entre 19 a 25% até ao final do ano, atingindo um total de quase três mil milhões de dólares. Isso é uma consequência directa dos novos créditos recebidos do FMI no valor de 87 milhões de dólares.



Quem deve o quê

O PNB (Produto Nacional Bruto) de El Salvador caiu, pelo quarto ano consecutivo, registando em 1982 o índice de -5,0%. Com isso, a produção interna bruta do país baixou 24% desde 1979, enquanto as despesas militares com a repressão à guerrilha aumentaram cerca de 200% nos últimos dois anos.

Colômbia - O presidente colombiano Belisario Betancur estimou em dez mil e quinhentos milhões de dólares a dívida externa colombiana, num discurso feito no início de Setembro. No ano passado, a Colômbia pagou 400 milhões de dólares de amortizações, mas este ano não terá condições para continuar a pagar sem novos empréstimos externos. Por isso, está a tentar renegociar débitos no valor de 600 milhões de dólares junto ao FMI e bancos internacionais.

Peru - O governo peruano começou a renegociar em Abril débitos no valor de mil e quatro centos milhões de dólares junto dos países socialistas. Só a União Soviética detém créditos no valor de mil milhões de dólares desse total. O país está também a tentar renegociar débitos num total de dois mil milhões de dólares com vencimento previsto para este ano. A dívida peruana está avaliada, segundo fontes extra-oficiais, em cerca de 13 mil milhões de dólares.

Venezuela - O país deve pagar um total de dezoito mil e seiscentos milhões de dólares até ao final de 1984. Até Dezembro, os débitos venezuelanos somam treze mil e setecentos milhões de dólares para os quais o governo está a tentar uma renegociação, sob pena de decretar a terceira moratória parcial consecutiva desde 1982. O plano de renegociação anunciado pelo ministro das Finanças, Arturo Sosa, prevê um refinanciamento com um prazo de oito anos e um período de carência até Junho de 1987. As mesmas condições são pedidas para os dois mil e seiscentos milhões de dólares que se vencem em 1984. Em Janeiro, a Venezuela conseguiu refinanciar débitos no valor de quinhentos mil milhões de dólares. Para obter os novos créditos externos e o aval do FMI, o país foi obrigado a criar um sistema triplô de câmbio, que implicou uma desvalorização de até 60% na cotação da moeda nacional. As reservas cambiais venezuelanas desceram 80% nos últimos 12 meses.

Bolívia A dívida global do país, atingiu, em Março de 83, o total de três mil e quatrocentos milhões de dólares. No mesmo mês, os bancos internacionais aceitaram renegociar débitos no valor de 460 milhões de dólares. O governo pediu também a renegociação de 300 milhões devidos à França. Até ao final do ano, o presidente Siles Suazo quer renegociar mais 300 milhões de dólares para poder reequilibrar a sua balança de pagamentos.

Chile A dívida externa chilena estava avaliada, no inicio de 83, em cerca de 18 mil milhões de dólares. Em Junho, o governo obteve um empréstimo-ponte de mil e trezentos milhões de dólares como parte do plano oficial de renegociar o pagamento dos juros para depois de 1985. Do total da dívida chilena, 42% correspondem ao sistema financeiro local. Em Maio de 83, as reservas cambiais do Chile desceram para apenas 700 milhões de dólares. Em Junho de 1983, o Chile entregou 17 toneladas de ouro como garantia de um empréstimo no valor de 118 milhões de dólares para pagar débitos vencidos. Há previsões

de que no final do ano, a dívida chilena possa chegar a 20 mil milhões de dólares.

Equador - Segundo o matutino conservador *El Tiempo*, a dívida externa do Equador é de nove mil e cinquenta milhões de dólares. Nos próximos dez meses, o país terá que gastar mil e quinhentos milhões de dólares com a amortização de débitos externos, o que provocará necessariamente uma série de reajustamentos internos. Até agora, o Equador conseguiu renegociar apenas 331 milhões de dólares do total das suas dívidas vencidas e um empréstimo *stand-by* do FMI no valor de 131 milhões de dólares. Vinte e sete por cento da dívida externa do Equador são formados por débitos contraídos pelo sector privado.

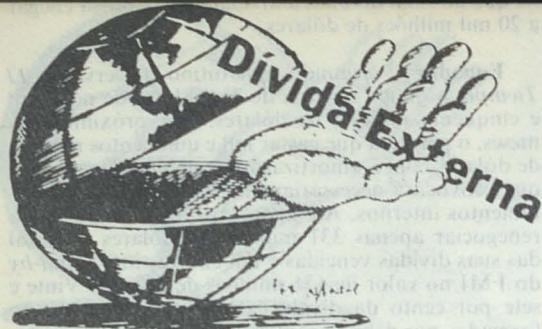
Uruguai - A dívida externa uruguaia está avaliada em 4 mil milhões de dólares. Em Março de 83, o governo pediu uma moratória de 90 dias no pagamento de débitos a curto prazo no valor de 570 milhões de dólares. Em Abril, o FMI concedeu um empréstimo *stand-by* no valor de 404 milhões de dólares.

Dívida Externa da América Latina

(em milhões de dólares)

Países	1979	1980	1981	1982
América Latina				
Exportadores de petróleo	169 186	207 102	255 188	274 000
Bolívia	74 804	92 496	121 721	127 780
Equador	2 585	2 442	2 851	2 910
México	3 754	4 798	6 823	7 700
Peru	37 746	50 216	73 737	78 000
Trindade-Tobago	7 116	7 901	8 502	10 100
Venezuela	525	645	860	970
	23 078	26 494	28 948	28 100
Não-exportadores				
de petróleo	94 382	114 606	133 467	146 220
Argentina	18 299	24 543	30 789	32 100
Bahamas	38	38	40	50
Barbados	89	121	150	250
Brasil	48 991	57 262	63 067	71 000
Colômbia	5 935	7 310	8 229	9 500
Costa Rica	1 690	2 124	2 577	2 600
Chile	7 491	9 544	12 447	13 600
El Salvador	798	846	1 010	1 200
Guatemala	983	1 120	1 159	1 350
Guiana	527	565	661	800
Haiti	226	269	321	470
Honduras	1 130	1 303	1 426	1 650
Jamaica	1 320	1 388	1 558	—
Nicarágua	1 453	1 660	2 173	2 400
Panamá	2 378	2 701	3 000	3 500
Paraguai	727	919	1 152	1 350
República Dominicana	1 170	1 548	1 780	2 100
Suriname	110	34	40	—
Uruguai	1 027	1 311	1 880	2 200

Fonte: Comissão Económica para América Latina (CEPAL)



Africa

O preço da dependência

Os números não mostram até que ponto a vulnerabilidade económica esgota os escassos recursos do continente

Adívida total da África junto dos financeiros internacionais ultrapassa a casa dos 100 mil milhões de dólares e continua a crescer; mas, considerando-se o baixíssimo nível de desenvolvimento económico, o impacto da recessão mundial e as políticas de "ajustamento" adoptadas pelo FMI e pelo Banco Mundial, o significado global da dívida africana é muito mais profundo e grave do que o seu peso quantitativo.

Segundo o dr. Cheryl Payer, autor do famoso livro *The Debt Trap: The IMF and the Third World* ("A armadilha da dívida: o FMI e o Terceiro Mundo"), "a finalidade do Banco Mundial e do FMI é manter os países do Terceiro Mundo abertos ao

Obras públicas vitais pararam por falta de verba



comércio e ao investimento com o mundo desenvolvido capitalista. Eles procuram evitar que as economias do Terceiro Mundo se isolem do sistema internacional".

Assim, a política do FMI na África não é necessariamente resolver a crise financeira com que se confrontam os países africanos, mas mantê-la a níveis tais que um país que tenha caído na armadilha da dívida possa continuar a produzir os bens necessários para exportação.

As condições impostas pelo FMI para a concessão de novos empréstimos destinados a ajudar um país do Terceiro Mundo a equilibrar a sua balança de pagamentos, ou seja, pagar o serviço de empréstimos vencidos em troca de novos empréstimos do FMI e dos banqueiros internacionais, seguem um roteiro padrão que hoje é já demasiadamente conhecido.

As condições do FMI visam quase sempre reduzir as importações, por mais essenciais que estas sejam, tais como alimentos ou peças de substituição, e aumentar as exportações. A fim de alcançar essas metas, o FMI exige que o país tomador dos empréstimos desvalorize a sua moeda, reduza os gastos com investimentos em bens de capital e serviços sociais, e aumente os preços dos produtos agrícolas.

A somatória das condições tende a aumentar o nível de empobrecimento do povo, uma vez que atinge principalmente o camponês e o trabalhador, causando-lhes dificuldades intransponíveis. Poderíamos citar muitos exemplos de tais políticas: quase sempre, são políticas que impõem "soluções" baseadas na intensificação da miséria e da marginalização dos sectores mais pobres da sociedade. Os casos da Tanzânia e do Gana servem muito bem para ilustrar este argumento.

O caso da Tanzânia

A Tanzânia, país da África Oriental conhecido pela sua política desenvolvimentista e progressista, enfrenta actualmente enormes dificuldades. Nos últimos anos, especialmente desde a crise do petróleo que começou em 1973, o padrão de vida real das massas deteriorou rapidamente.

As dificuldades económicas do país foram agravadas, em parte, devido à aguda crise económica do Ocidente, com a qual a Tanzânia mantém relações muito estreitas. O volume da produção agrícola de



Enquanto os bancos europeus apresentam lucros fabulosos, a fome atinge limites críticos em África

exportação declinou, na Tanzânia, em cerca de 40%, o que reflecte a resistência dos camponeses à transferência forçada para vilas colectivas, conhecidas como *ujamaa*, e à produção simplista de *commodities* (produtos básicos) a preços mundiais deflacionados. Oficialmente, a inflação situa-se em 33%, e as fábricas da Tanzânia estão a operar a 15-30% da sua capacidade. No entanto, a Tanzânia, ao contrário de muitos outros países africanos, é um dos maiores recebedores de ajuda externa.

Apesar da sua crise económica, a Tanzânia conseguiu dar grandes passos no sentido de aliviar as condições de vida dos seus cidadãos. Possui 40% mais médicos e enfermeiras *per capita* do que a maioria dos seus vizinhos de baixos rendimentos, cinco anos a mais de tempo de vida, e uma das taxas de alfabetização mais elevadas do continente.

Como já observou o presidente do país, Julius Nyerere, a actual crise da Tanzânia pode ser, em grande parte, atribuída à inflação mundial, que aumenta o custo das importações e faz com que as exportações rendam menos. Por exemplo, em 1975, uma tonelada de café da Tanzânia rendia o suficiente para que o país comprasse 147 barris de petróleo cru. Hoje, uma tonelada de café só dá para comprar 80 barris. O país, cuja dívida externa pendente ultrapassa os sete mil milhões, gastou mais de 50% da sua receita total de exportação de US\$ 532 milhões em 1979 para pagar o serviço da sua dívida internacional.

A solução apresentada pelo FMI para a crise da Tanzânia foi um "pacote-padrão de medidas" que incluía condições muito severas. O país solicitou ao

FMI, já em 1980, fundos no valor de até mil milhões de dólares. Em resposta, o FMI pediu que a Tanzânia estabelecesse um tecto para os aumentos salariais, eliminasse a regulamentação do controlo de preços, abolisse os subsídios sobre o consumo do milho, restringisse as importações e desvalorizasse a sua moeda até 70%.

O caso do Gana

O governo progressista de Accra, no Gana, vê-se a defrontar igualmente com condições muito severas impostas pelo FMI em virtude do seu pedido de uns meros 300 milhões de dólares de assistência financeira. Esse pequeno país da África Ocidental, com uma população de cerca de 11 milhões de pessoas, vê-se à beira de um colapso económico em consequência da má administração, corrupção, o declínio de preços do cacau (seu principal produto de exportação) e a insensibilidade das companhias transnacionais que operam no país.

Em Dezembro de 1981, um golpe militar restaurou o governo do tenente-aviador Jerry Rawlings, que subira ao poder com a promessa de que espera realizar nada menos que uma revolução a fim de salvar o país das suas dificuldades económicas. Contudo, as tentativas de reforma por parte desse regime militar progressista foram frustradas por muitos problemas, inclusive uma oposição apoiada pela CIA, uma inflação incontrolável e corrupção.

Este ano, o governo militar do Gana tentou negociar um empréstimo com o FMI e, ao fazê-lo, teve

de ceder as imposições severas daquela instituição. Em Maio deste ano, entraram em vigor a desvalorização da moeda, acentuados aumentos de preços e novos impostos sobre as importações.

Consequência da política do FMI

De um modo geral, as condições com as quais os países africanos são forçados a concordar pouco contribuem até para os objectivos declarados do FMI, que seriam aumentar a produção para permitir uma exportação de modo ao país poder ter recursos suficientes para pagar as suas obrigações externas. Frequentemente, acontece os países africanos terem de recorrer a novos empréstimos somente para pagarem o serviço das suas dívidas vencidas e para importar os materiais básicos que alimentam as suas indústrias.

"Nas palavras de Cheryl Payer, os problemas foram criados em grande parte por um excesso de dinheiro, tanto em termos de *como* o dinheiro é emprestado ou doado, como em termos do dinheiro em si. Há um efeito corruptor no sentido de que induz os países do Terceiro Mundo a dependerem de importações que não podem pagar".

Uma das consequências da política do FMI é muitos países africanos ficarem cada vez mais endividados nos últimos seis anos. A Nigéria, por exemplo, deve sete mil milhões de dólares a bancos internacionais, ou seja, 2.233,3% a mais do que devia em 1976. Outro importante país africano, a Argélia, tem uma dívida corrente de seis mil e quinhentos milhões de dólares com os bancos internacionais, o que representa um aumento de 282,4% sobre aquilo que devia em 1976.

África do Sul, a ajuda política

Enquanto quase todos os países do Terceiro Mundo enfrentam penosas negociações com o Fundo Monetário Internacional para renegociar débitos vencidos ou obter empréstimos de emergência, o governo da África do Sul obteve, no final do ano passado, em tempo recorde, um crédito de mil e cem milhões de dólares do FMI.

A verba foi concedida apesar dos protestos dos países africanos e árabes que participam nas deliberações do Fundo. Os opositores da ajuda financeira à África do Sul alegam que o dinheiro servirá para aliviar dificuldades financeiras do regime racista, num momento em que a grande maioria dos países das Nações Unidas tentam há vários anos impor sanções económicas contra o *apartheid*.

Apesar da oposição de quase 50 membros do congresso norte-americano, o empréstimo à África do Sul acabou por ser aprovado pela Câmara e pelo Senado dos EUA graças às pressões exercidas pela Casa Branca. Em menos de um mês, depois da aprovação pela direcção do FMI, o governo sul-africano já tinha à sua disposição os recursos necessários. O deputado democrata Julian Nixon e o Centro de Política Internacional alegaram que os mil e cem milhões de dólares equivalem à quantia gasta até agora pela África do Sul na guerra contra os nacionalistas da Namíbia, que lutam pela independência dessa ex-colónia alemã anexada pelos sul-africanos após a II Guerra Mundial.

Mas todas as resistências ao empréstimo acabaram por ser esmagadas pelo poder dos Estados Uni-

África

Os outros devedores

TREZE países africanos pediram novos empréstimos ou renegociaram débitos vencidos nos primeiros quatro meses deste ano. Além dos casos do Gana, Tanzânia, Zaire e Nigéria, os demais países que "bateram" às portas do FMI são os seguintes:

República Centro-Africana: Recebeu um crédito *stand-by* de 20 milhões de dólares, equivalente a 75 % das quotas do país no FMI.

Quénia: Recebeu empréstimos no valor de 193 milhões de dólares a serem fornecidos no prazo de 18 meses. O pedido foi feito em meados de 82 mas foi adiado pelo FMI até que o governo queniano desvalorizasse a moeda nacional em 15 %.

Malawi: Recebeu um financiamento compensatório no valor de 13,2 milhões de dólares para contrabalançar a queda das suas exportações.

Ilhas Maurício: O Fundo autorizou um crédito *stand-by* de 55 milhões de dólares vencido em Dezembro e que não havia sido usado.

Sudão: Um novo empréstimo no valor de 42,6 milhões de dólares foi autorizado este ano. O Sudão, que tem uma quota de 144 milhões de dólares no FMI, já tomou de empréstimo no Fundo 560 milhões de dólares, sem contar o empréstimo concedido este ano.

Uganda: O FMI assessorou directamente o Banco Central e o Ministério das Finanças do país. Foram os técnicos do Fundo que implantaram o sistema de leilões semanais de divisas ugandesas a cotações quase 100 % menores do que as oficiais.

Togo: Recebeu um crédito *stand-by* do FMI no valor de 23 milhões de dólares depois de ter concordado com exigências para cortar os gastos públicos em 220 milhões de dólares, reduzir os salários em 5 %, aumentar impostos em 10 % e reduzir os investimentos oficiais em 32 %.

Zâmbia: O FMI aprovou créditos *stand-by* no valor de 105 milhões de dólares depois de impor o seu receituário clássico para um programa de austeridade.

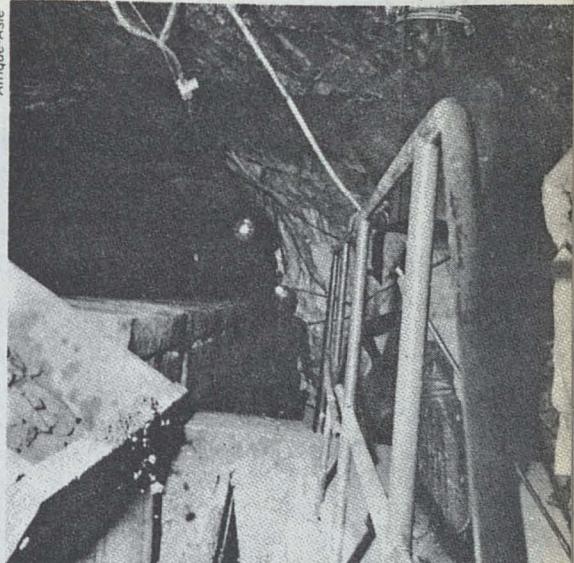
Zimbabwe: Recebeu empréstimos no valor de 390 milhões de dólares depois de ser obrigado a desvalorizar a moeda nacional em 20 %.



dos na junta de directores do FMI. Os votos nas decisões do Fundo são proporcionais às quotas de cada país, e os Estados Unidos são o maior sócio individual do FMI. Segundo uma minuta confidencial da reunião que aprovou o empréstimo para a África do Sul, o representante norte-americano Richard Erb defendeu a ajuda económica ao regime do *apartheid* com o apoio da Inglaterra, França e Alemanha. Os EUA têm 19,64% dos votos da junta de 22 directores do FMI. Com o apoio recebido dos alemães, franceses e ingleses, os créditos foram aprovados com 51,9% dos votos.

O documento secreto divulgado pela revista *Africa News* revelou que apenas o delegado saudita Yusulf Nimatallah recusou a medida quando ela foi apresentada ao grupo dos seis maiores accionistas do Fundo. Face às pressões dos governos europeus e dos EUA, o representante da Líbia, Mohamed Finaish, ainda tentou adiar a votação, com o apoio dos delegados da Guiné e do Niger, representantes dos países africanos membros do FMI.

O delegado norte-americano justificou a abertura de créditos ao regime racista alegando que as dificuldades enfrentadas pela África do Sul na sua balança de pagamentos eram devidas a "factores fora do controlo do país". A alegação foi, no entanto, refutada pelos representantes da Arábia Saudita e da Líbia que apresentaram documentos do próprio FMI mostrando que a África do Sul tem um superávit previsto para mil e seiscentos milhões de dólares até ao final de 83. Nem mesmo a afirmação de que a África do Sul teria todas as facilidades para obter créditos em bancos privados foi suficiente para quebrar as resistências dos EUA, Inglaterra e Alemanha Ocidental.



Devido à crise, a África vive já uma situação dramática, apesar da dívida global do continente ser pequena, se comparada com o resto do mundo

Os países negros afirmaram que os sul-africanos estavam a recorrer aos empréstimos do FMI para pagar juros menores do que os do sistema bancário privado internacional. E levantaram também, mais uma vez, as suspeitas de tratamento discriminatório, porque os países pobres são geralmente empurrados pelo FMI para os bancos privados, sob a alegação de que faltam recursos ao Fundo para atender a todos os governos em dificuldades financeiras.

Zaire: contabilidade caótica

O governo do general Mobutu Sese Seko, também conhecido como o "Grande Timoneiro", já renegociou pelo menos seis vezes a sua dívida externa de seis mil e quinhentos milhões de dólares. No final do ano passado, o Zaire pagou 250 milhões de dólares de um total de 946 milhões de dólares de débitos vencidos e não há a menor previsão de quando o restante será liquidado.

A dívida em si não chega a ser considerada grande, comparada com a de outros países da África e do Terceiro Mundo. O maior problema enfrentado pelos banqueiros internacionais para cobrar a dívida zairense é a enorme corrupção existente em todos os escalões do governo. Em 1978, o FMI enviou para Kinshasa um enviado especial para analisar as contas do Banco Central. Um ano depois, Erwin Blumenthal deixou o Zaire e no seu relatório ao Fundo Monetário disse, sem meias palavras, que a contabilidade oficial do presidente Mobutu é "simplesmente caótica", e que durante todo o tempo que fiscalizou as actividades do Banco Central do Zaire recebeu mais de cem propostas de suborno de todos os tipos.

Blumenthal disse também num relatório secreto que Mobutu dirige as finanças do país como se este fosse uma propriedade pessoal. O emissário do FMI disse também ter recolhido informações seguras de que a fortuna individual do "Grande Timoneiro" ultrapassa os quatro mil milhões de dólares, na sua



Dip

A dívida externa aumenta cada vez mais, mas os produtos agrícolas e matérias-primas africanas são cotados por preços cada vez menores nos mercados internacionais

maior parte distribuídos entre propriedades na Europa e depósitos em contas secretas na Suíça.

O Zaire é hoje o principal aliado dos Estados Unidos na África Central, além de ser um país cujas riquezas minerais são estratégicas para o Ocidente. □

A evolução da dívida africana

(em milhões de dólares)

Países	1975		1980		1982*	
	Total	Serviço (%)	Total	Serviço (%)	Total	Serviço (%)
Argélia	9.591	8,7	21.537	23,9	21.000	21
Camarões	693	5,3	2.485	8,0	2.100	10,4
Congo	507	12,7	1.086	9,4	1.200	—
Costa do Marfim	1.475	8,8	5.572	21,6	6.000	35,0
Egipto	7.254	22,5	17.385	18,9	22.000	—
Gabão	825	5,5	1.552	15,2	1.000	—
Gana	891	5,5	1.306	6,0	1.500	8,4
Guiné	965	14,9	1.734	24,6	—	—
Quénia	1.173	3,6	3.058	8,9	—	20,0
Madagascar	304	3,0	1.552	7,4	1.500	—
Marrocos	2.405	5,7	9.155	28,0	13.000	—
Nigéria	1.606	2,7	7.147	2,0	10.000	7,0
Senegal	525	5,7	1.530	29,0	1.500	—
Sudão	1.860	20,3	4.923	17,4	8.000	34,0
Tanzânia	1.217	5,9	2.228	7,3	2.500	—
Togo	170	9,7	1.026	34,0	1.000	35,0
Tunísia	1.730	6,9	4.607	11,8	5.500	17,5
Zaire	2.916	15,0	4.923	9,1	5.000	43,0
Zâmbia	1.664	10,0	2.631	24,4	2.000	—

Fonte: OCDE para 1975 e 1980

(*) Estimativa da revista "African Business".

A crise africana em números

O Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial divulgado recentemente pelo FMI afirma que os países subdesenvolvidos com um rendimento per capita de 410 dólares ou mais enfrentarão no ano que vem uma crise de liquidez ainda mais aguda do que a registada em 1983, devido à constante elevação das taxas de juros e à queda das exportações de produtos primários. O relatório afirma que para os países com rendimento per capita inferior a 410 dólares, a situação apresentar-se-á com características drásticas, com a ocorrência de fome em massa e elevados índices de desemprego.

O documento, de 214 páginas, diz que apenas nove países africanos têm um Produto Nacional Bruto (PNB) per capita superior a 1000 dólares. Treze nações têm um (PNB) per capita inferior a 300 dólares, enquanto que o Chade, Etiópia, Guiné Equatorial, Guiné-Bissau e Mali se ficam com menos de 200 dóla-

res. Apesar de quatro governos africanos registaram um crescimento económico de 5% ou mais, e quase doze outros países do continente tiveram índices negativos de crescimento.

O país que mais cresceu foi o Botswana, com 7,9%, seguindo-se o Lesoto, Gabão, Suazilândia, Tunísia e Líbia. Os que menos cresceram foram o Chade (-2,2%), Niger (-1,6%) e Gana (-1,1%). Existe apenas um país africano, o Chade, na lista dos cinco mais pobres do mundo (Bangladesh, Laos, Camboja e Butão são os outros), onde a menor rendimento per capita se quedou pelos 80 dólares por ano. Em comparação, os cinco mais ricos do mundo são a Dinamarca (13 300 dólares per capita, por ano), Alemanha Ocidental (13 450 dólares), Noruega (14 600 dólares), Suécia (14 870 dólares) e Suíça (17 430 dólares). O rendimento per capita nos Estados Unidos foi em 1983 de 12 820 dólares.

Ao analisar a dívida externa dos países africanos, o Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial revela que o Togo tem débitos no valor de 99,2% do seu PNB enquanto que a Mauritânia deve 122%. Os países com menor relação dívida/PNB são Gana (4%), Uganda (5,2%) e Nigéria (6,5%). (África News) □

Indicadores básicos do FMI

País	População milhões	PNB per capita (US\$)	Crescimento médio anual	Taxa de alfabetização	Esperança de vida (anos)	País	População milhões	PNB per capita (US\$)	Crescimento médio anual	Taxa de alfabetização	Esperança de vida (anos)	Inflação média 1970-81	
Chade	4.5	110	-2.2	15	43	7.4	Sudão	19.2	380	-0.3	32	47	15.9
Etiópia	32.0	140	1.4	15	46	4.1	Togo	2.7	380	2.5	—	54	8.9
Guiné Equatorial	0.3	180	3.7	—	48	—	Gana	11.8	400	-1.1	—	54	36.4
Guiné-Bissau	0.8	190	—	28	37	7.2	Quénia	17.4	420	2.9	47	56	10.2
Mali	6.9	190	1.3	10	45	9.7	Senegal	5.9	430	-0.3	10	44	7.9
Malawi	6.2	200	2.7	25	44	10.3	Mauritânia	1.6	460	1.5	17	44	9.0
Zaire	29.8	210	-0.1	55	50	35.3	Djibuti	0.4	480	—	10	45	12.6
Uganda	13.0	220	-0.6	52	48	41.2	Libéria	1.9	520	1.2	25	54	8.9
Burundi	4.2	230	2.4	25	45	11.6	Lesoto	1.4	540	7.0	52	52	10.5
Alto Volta	6.3	240	1.1	5	44	9.5	Zâmbia	5.8	600	0.0	44	51	8.4
Ruanda	5.3	250	1.7	50	46	13.4	Egipto	43.3	650	3.5	44	57	11.1
Somália	4.4	280	-0.2	60	39	12.6	Angola	7.8	—	—	42	—	—
Tanzânia	19.1	280	1.9	79	52	11.9	Suazilândia	0.6	760	5.5	65	54	11.5
Guiné	5.6	300	0.2	20	43	4.6	Marrocos	20.9	860	2.4	32	51	8.2
Benin	3.6	320	0.6	28	50	9.4	Nigéria	87.6	870	3.5	34	49	14.2
Comores	0.4	320	0.7	—	48	11.8	Zimbabwe	7.2	870	1.0	69	55	10.1
Serra Leoa	2.4	320	0.4	15	47	12.2	Camarões	8.7	880	2.8	—	50	10.6
República Centro-Africana	2.4	320	0.4	33	43	12.6	Botswana	0.9	1.010	7.9	35	57	11.6
Madagáscar	9.0	330	-0.5	50	48	10.6	Congo	1.7	1.110	1.0	—	60	11.8
Niger	5.7	330	-1.6	10	45	12.2	Costa Marfim	8.5	1.200	2.3	35	47	13.0
Cabo Verde	0.3	340	—	—	61	11.2	Maurício	0.9	1.270	2.1	85	65	15.0
Gâmbia	0.6	370	2.5	15	42	10.7	Tunísia	6.5	1.420	4.8	62	61	8.2
São Tomé e Príncipe	0.1	370	0.0	—	—	8.8	Seychelles	0.1	1.800	2.9	—	66	—
Moçambique	12.5	—	—	33	—	—	Argélia	19.6	2.140	3.2	35	56	13.4
							Gabão	0.6	3.740	6.3	—	48	19.5
							Libia	3.1	8.450	4.7	—	57	17.3



Após várias reuniões, os latino-americanos ainda não chegaram a um acordo quanto às fórmulas concretas para resolver o endividamento

DURANTE cinco dias, técnicos e políticos de todo o continente americano estiveram reunidos em Caracas num encontro patrocinado pela Organização de Estudos Americanos (OEA) para discutir a questão do endividamento externo na América Latina. O encontro rejeitou a ideia da criação de um "clube dos devedores", mas, por outro lado, conseguiu que o governo dos Estados Unidos reconhecesse que a questão da dívida não deve ser centralizada unicamente nas condições de pagamento.

A declaração final da reunião aprovada pela delegação norte-americana associa a questão da dívida com a da preservação do crescimento económico dos países devedores. Os países latino-americanos reiteraram a sua disposição de honrar os compromissos assumidos, mas salientaram a necessidade de que haja mais "justiça tanto no comércio internacional, como na distribuição dos encargos da crise gerada pelo endividamento".

Apesar do clima de diálogo criado pelos participantes da reunião em Caracas, ficaram claras as divergências entre os Estados Unidos e o resto do continente. Os norte-americanos recusaram-se a entrar em detalhes sobre a reforma do sistema comercial e negaram-se também a admitir alterações nas condições de pagamento adoptadas pelo FMI. A delegação dos Estados Unidos reconheceu que o problema da dívida é um problema global, mas insistiu em que a solução dependerá da recuperação das economias industrializadas e de ajustes internos nos países devedores.

A taxa da usura

Logo depois da reunião da OEA, foi a vez dos latino-americanos se reunirem também em Caracas, num encontro organizado pelo Sistema Económico

Encontro sobre a crise latino-americana

Como sair da crise

Latino-Americano (SELA), e que contou com a participação de Cuba. Ao abrir a reunião, o secretário-geral do SELA, Carlos Alzamora, disse que as condições de endividamento da América Latina são "irracionais". Revelou que dos 114 mil milhões de dólares pagos pelos países latino-americanos entre 79 e 82 como juros de dívida, cerca de 49 mil milhões foram devidos exclusivamente ao aumento das taxas provocado pela crise nos países industrializados. Disse também que se a esse total forem somados os empréstimos de emergência contraídos para contrabalançar a queda do valor das exportações continentais, chega-se à conclusão de que metade dos pagamentos efectuados pelos latino-americanos nos últimos quatro anos escaparam totalmente ao controlo dos governos devedores.

Alzamora afirmou que, no momento, os países latino-americanos estão a pagar uma taxa adicional de risco de 5 % sobre os empréstimos contraídos, o que representa uma sobrecarga anual de 15 mil milhões de dólares. O secretário do SELA disse que essa taxa de risco é injusta porque somente é cobrada nos empréstimos concedidos aos países devedores e não às empresas norte-americanas em dificuldades financeiras, ou ameaçadas de falência.

Além das duas reuniões em Caracas, foi realizada um seminário em Santa Cruz de la Sierra, na Bolívia, que reuniu quase 100 líderes políticos, técnicos e delegados oficiais de todo o continente. Em Buenos Aires, um encontro informal convocado para discutir a crise argentina, acabou por se transformar num debate sobre o problema da dívida na América Latina. Nessas duas últimas reuniões, surgiu a ideia de um encontro cimeiro de todos os presidentes latino-americanos para tomarem uma posição conjunta sobre o problema do endividamento externo do continente.

A fórmula electrónica

Os computadores electrónicos conseguiram, no entanto, descobrir a fórmula procurada por políticos e economistas. Trata-se de um modelo teórico sobre a maneira de pagar todas as dívidas dos países do continente sem a queda do crescimento económico e sem aumento do desemprego, desde que sejam observadas certas condições e tomadas as medidas convenientes.



O dinheiro especulativo foi aplicado nos bancos em vez de ser utilizado em benefício das regiões pobres



Os técnicos do SELA advertem que o modelo tem as suas limitações e não deve ser tomado ao pé da letra. Mas, segundo eles, serve para mostrar que matematicamente existe uma solução para o pagamento da dívida. Essa solução toma como base uma dívida total do continente no valor de 275 mil milhões de dólares, segundo dados oficiais de Dezembro de 1982, e prevê as seguintes condições:

1) todos os débitos vencidos entre 1983 e 1987 ficam suspensos até 1988, altura em que começam a ser pagos num prazo de dez anos, com taxas de juros vinculadas a *libor*, sem o pagamento de spreads ou comissões normalmente cobradas nos acordos de renegociação;

2) a renegociação dos pagamentos atrasados significará que os países devedores não precisarão contrair novos empréstimos junto dos bancos privados;

3) os países devedores continuarão a receber créditos de organismos financeiros públicos, num fluxo não inferior a 10% ao ano e com pagamento em 15 anos, após um período de carência de 4 anos;

4) os restantes créditos estarão sujeitos à taxa de exportações dos países devedores, com pagamento em sete anos e uma carência de dois anos;

5) o modelo teórico do SELA prevê que as taxas de juros serão elevadas no período 83/85 e depois baixarão;

6) o modelo prevê também que as exportações regionais podem aumentar em 6% ao ano até ao final da década de 80 e estabilizar-se em 8,5% a partir de 1990;

7) as importações regionais descerão a um ritmo de 10% ao ano até 1985, voltando a aumentar a uma

7) as importações regionais descerão a um ritmo de 10% ao ano até 1985, voltando a aumentar a uma taxa de 9% a partir de 1987;

8) se essas condições fossem atendidas, a partir de 1984, os países latino-americanos deixariam de ser deficitários na sua balança de pagamentos externos para registrar um superávit;

9) os países do continente poderiam acumular reservas cambiais num total de 62 mil milhões de dólares até 1988, quando começaria a ser pago o grosso da dívida renegociada, com uma perda de divisas da ordem de 19,716 milhões de dólares, considerada perfeitamente tolerável pelos técnicos do SELA;

10) em 1992, mantido o ritmo de importações e exportações dos artigos 6 e 7, a balança de pagamentos voltaria a ter superavit e, no ano 2002, a América Latina estaria livre do problema da dívida. □

A situação sob controlo

Adívida global dos países asiáticos representa um pouco menos do que a quarta parte da dívida da América Latina. O maior devedor asiático é a Coreia do Sul, cujos débitos, até ao final de 82, são avaliados em cerca de 36 mil milhões de dólares.

Segundo especialistas mundiais, foi a extrema pobreza que salvou países como o Bangladesh e a Índia da crise do endividamento que se abateu sobre outras partes do mundo, especialmente a América Latina. É que a maioria dos países asiáticos manteve sempre um controlo rígido sobre os empréstimos externos. A Indonésia, por exemplo, deve quase 20 mil milhões de dólares, mas tem reservas cambiais suficientes para cobrir todos os seus compromissos durante dois meses e meio, incluindo importações e amortizações. A relação dos juros com o total da dívida é de 15%, uma cifra considerada tolerável. As re-

servas brasileiras, por exemplo, não cobrem duas semanas e têm variado muito, havendo ocasiões em que o país ficou virtualmente a descoberto, isto é sem nada em caixa.

As Filipinas devem quase 10 mil milhões de dólares, mas mantêm a dívida sob controlo, na medida em que o pagamento dos juros da dívida externa não ultrapassa os 20% das amortizações. A Malásia e a Tailândia têm reservas cambiais suficientes para dois meses e meio, e uma relação juros/amortização de 10%. Nos casos de Singapura e Hong Kong, as dívidas são consideradas muito pequenas, com pagamentos de juros envolvendo apenas um por cento do total das amortizações. E, finalmente, o caso da China, considerada pelos meios financeiros ocidentais como o melhor pagador do mundo. O endividamento chinês com bancos privados é mínimo e todos os compromissos estão em dia.

Israel

A moratória permanente

ISRAEL tem a mais alta dívida externa *per capita* de todo o mundo. Cada israelita teria de desembolsar cinco mil dólares se o país resolvesse pagar imediatamente tudo o que deve. Em termos de comparação, cada brasileiro teria que pagar novecentos dólares, se o país resolvesse liquidar a dívida mais elevada do mundo.

Segundo o governador do Banco Central de Israel, Moshe Mandelbaum, o país deve cerca de 20 mil milhões de dólares a credores externos e não tem com que pagar esse débito. Na verdade, a economia israelita é "subsidiada" por doadores estrangeiros. Em 1983, o país recebeu dos Estados Unidos dois mil e quinhentos milhões de dólares, dos quais mil e setecentos milhões são créditos não reembolsáveis. Além disso, o governo norte-americano pagou dois mil e novecentos milhões de dólares como compensação pela retirada israelita do Líbano.

Mas apesar do constante fornecimento de dinheiro a fundo perdido por doadores inter-

nacionais, a economia israelita entrou em crise este ano com uma taxa de crescimento nula, pela primeira vez nos últimos 30 anos. A recessão económica provocou uma queda de 5% nas exportações e uma redução de 8% no crescimento industrial. Em compensação, o país gastou três mil milhões de dólares na invasão do Líbano. O sector económico terciário (comércio, finanças, serviços) ocupa metade da população israelita e enfrenta no momento uma aguda crise de desemprego.

No primeiro semestre deste ano, Israel teve de renegociar créditos vencidos no valor de dois mil e novecentos milhões de dólares (mil e oitocentos milhões em amortizações e mil e cem milhões em juros). Para enfrentar a crise, o governo decretou uma série de medidas de austeridade tais como um corte nos subsídios à alimentação, aumentos dos transportes, redução salarial de 4% e elevação de 14 para 15% do Imposto de Circulação de Mercadorias (ICM). Apesar de tudo isso, o economista israelita Joe Menuhin disse que o seu país "vive numa moratória permanente".



Algumas opiniões

Declaração de Santa Cruz — A realização imediata de uma reunião cimeira de presidentes latino-americanos, "perante as repercussões cada vez mais graves do endividamento externo", é o que sugere a "Declaração de Santa Cruz", assinada por cerca de uma centena de dirigentes políticos e economistas da região que participaram num seminário internacional na cidade boliviana de Santa Cruz de la Sierra.

O seminário sobre "Opções da América Latina perante a crise", realizado de 24 a 26 de Agosto nessa cidade, foi organizado pelo Instituto Latino-Americanano de Pesquisas Sociais (ILDIS), com sede em Quito (Equador), pela estatal, embora autónoma, Corporação de Desenvolvimento de Santa Cruz.

A "Declaração de Santa Cruz", aprovada por consenso depois de três dias de debates, começa por assinalar que "só o protagonismo dos povos, expresso num sistema democrático pluralista, permitirá superar a actual situação de crise latino-americana".

Propõe, também, que "a dívida deve ser refinanciada, distribuindo os custos entre devedores e credores". Dirigindo-se aos credores e aos organismos financeiros internacionais, a declaração adverte que "devem compreender que a dívida não pode ser paga à custa da lome dos nossos povos. Pela sua dimensão política, a renegociação deve ser feita de governo a governo e nós, latino-americanos, devemos definir, pelo menos, pautas de informação e consulta, segundo o espírito das recomendações da CEPAL e do SFIAT".

A "Declaração de Santa Cruz" salienta que "os países latino-americanos devem empreender políticas no sentido de modilicar substancialmente as condições do comércio e do sistema monetário mundial, lutando contra o protecionismo e a discriminação comercial por parte dos países centrais, e procurando uma maior penetração dos produtos latino-americanos nos seus mercados". Propõe também "um maior intercâmbio comercial entre os países latino-americanos", com a adopção de acordos sobre "compensação de pagamentos" e com a "ampliação das preferências aduaneiras". Quanto aos ajustes internos, "devem inscrever-se" sustenta a Declaração "numa perspectiva anti-inflacionária, adequar-se a uma política de receitas que reactive a procura

a partir do crescimento do salário real, racionalize os gastos públicos, reduzindo o superfluo e readministrando os recursos em termos produtivos".

O documento propõe a adopção de uma opção alternativa de desenvolvimento, "onde estejam impressos os novos objectivos definidos pelos sectores populares maioritários da sociedade e capazes de conduzir o processo de acordo com os interesses nacionais... para atingir um desenvolvimento nacional independente e socialmente equitativo".

No seminário de Santa Cruz, participaram ex-presidentes, ex-ministros e ministros de países latino-americanos, assim, como numerosas personalidades dos campos políticos e económicos do Continente. Entre eles, destacam-se o ex-presidente do México, Luis Echeverria, o secretário executivo da CEPAL, Enrique Iglesias, o ministro do Interior da República Dominicana, Hatuev de Camps, o ex-ministro de Saúde do Equador, Francisco Huerta Montalvo, e o dirigente político uruguaio Wilson Ferreira Aldunate.

Carlos Alzamora — Membro do Sistema Económico Latino-Americano (SELA) — "As modalidades de renegociação de créditos impostas aos países latino-americanos são iracionais e podem conduzir a uma situação insustentável. Trata-se de um problema que exige uma mudança urgente de rumos pois a crise actual terá um desfecho definitivamente político.

"Voltar as costas à realidade política do continente é cada dia mais arriscado da parte dos devedores e também dos credores. Trata-se de um grave erro continuar a impor aos países latino-americanos as mesmas condições de refinanciamento que foram impostas à Alemanha, depois da derrota nazi, na II Guerra Mundial.

"A Conferência sobre Financiamentos Externos promovida pela OIA em Caracas abriu uma possibilidade prudente e realista na busca de uma solução para o problema da dívida externa do Continente. Mas esse projecto de negociação com os Estados Unidos só terá, no entanto, resultados a curto prazo se forem feitas propostas concretas por ambas as partes.

"Os latino-americanos não aceitam o soltisma de que uma frente única dos credores é válida e correcta, mas que a união dos devedores é indigna e condenável. De nada vale o argumento de que é impossível uma união latino-americana por causa da diversidade das suas dívidas, porque entre os credores também existe essa diversidade e nem por isso eles deixaram de se unir ou agir coordenadamente.

“É necessário que os poderosos levem em conta o crescente movimento da opinião pública latino-americana no sentido de rejeitar as condições injustas e discriminatórias impostas pelos credores. É necessário afirmar também que se os devedores têm o compromisso de pagar o que devem, e nunca ninguém se negou a esse compromisso, por outro lado, existe a promessa formal das nações industrializadas de dedicarem um por cento do seu Produto Nacional Bruto (PNB) para ajudar os países em desenvolvimento a encontrarem formas mais justas de divisão do comércio mundial. E essa promessa dos credores não está a ser cumprida.”

Armando Hart — Ministro e dirigente do PC cubano — "Se examinarmos a situação de exploração e de miséria a que chegou o mundo dependente, deparamos com um quadro muito pior que o dos cálculos e das projeções formulados no século XIX. A dívida externa é um dos problemas mais graves: é imensa, continua a aumentar e ainda se não encontraram fórmulas adequadas para resolver a situação.

"E não se procuraram remédios para os diversos problemas provocados pela crise do capitalismo. Nesse sentido, ganha actualidade a análise feita por Fidel Castro em 1979, no seu relatório ao Movimento dos Não-Alinhados. Ali, ele afirma que as actividades do comércio internacional não poderiam expandir-se a menos que se impulsionasse o desenvolvimento do Terceiro Mundo.

"A situação é menos dura no nosso caso e uma das causas é que uma parte de nosso intercâmbio é realizado com os países socialistas e em primeiro lugar com a União Soviética.

"No entanto, embora tenhamos incrementado as nossas relações económicas com o campo socialista, uma parte do nosso comércio depende ainda dos mercados capitalistas e a crise actual atinge-nos nessa medida.

“É por isso que estamos a renegociar a nossa dívida externa. Além da diversificação das nossas relações económicas para enfrentar esses problemas. Pode-se expor esses assuntos à classe operária cubana em toda a sua dimensão e obter como resposta uma mobilização para enfrentá-los.

“Quando estudámos no Comité Central o plano de desenvolvimento para 1983, comprovámos que as contas não chegavam. Desta forma manifestaram-se no nosso país o baixo preço do açúcar e os reflexos da crise mundial. Por consequência, temos realizado diversos tipos de restrições para equilibrar o plano, sobretudo para conseguir economizar combustível. I. reduzimos as compras de tipo supérfluo nos países capitalistas.

Estamos a mobilizar-nos para superar os problemas.

blemas decorrentes da crise cuidando especialmente de que o nível de vida da população não seja atingido. As restrições não atingirão os investimentos, mas algumas aspirações que nós tínhamos, deveremos agora reconsiderá-las, embora não seja num grau elevado.

“Se não houvesse em Cuba um regime socialista estariamos em vésperas de uma revolução social. Hoje em dia os dados económicos são ainda piores que os correspondentes às mais graves crises conhecidas por Cuba, em 1930. Entretanto, as consequências sociais são muito diferentes, graças às profundas mudanças estruturais decorrentes da implantação do socialismo.

No âmbito da América Latina, coincidimos com outros países em que a realização de ações conjuntas, particularmente no sector económico, teria como resultado um fortalecimento da região. E por isso que não só apoiamos as iniciativas sobre a dívida externa como todas as propostas de colaboração conjunta

Cuba não precisa da OEA. Existe nessa organização uma limitação básica, pois ela reúne os Estados Unidos e os países da América Latina e das Caraíbas. O que nos faz falta é uma organização que reúna os países latino-americanos para que possamos enfrentar os nossos próprios problemas, incluindo os problemas que temos com os Estados Unidos."

Márcio Moreira Alves — Jornalista, membro do PMDB — "A reunião da OEA em Caracas, destinada a debater a dívida externa da América Latina e as suas consequências sobre o agravamento da miséria do continente, foi sabotada pelos Estados Unidos com a eficiente ajuda do governo do Brasil. A reusa dos governantes do maior credor e do maior devedor a encararem o problema não o elimina. Pelo contrário,



As riquezas minerais

agrava-o ao ponto de ser hoje a dívida externa o maior flagelo social que atinge os nossos povos, indiscriminadamente do Rio Grande à Patagônia. Essa noção está já generalizada, ultrapassando as barreiras das classes sociais e dos partidos políticos. Em consequência, já existe na América Latina terreno suficiente entre os nacionalistas e os democratas para tentarmos tomar posições em comum.

Os partidos políticos da Venezuela firmaram um pacto, antes das eleições presidenciais de 4 de Dezembro, a respeito da intervenção militar norte-americana na América Central. O apoio a uma solução política negociada, proposta pelo Grupo de Contadora, passou a ser uma unanimidade nacional, excluindo os debates contraditórios da campanha. Qualquer que seja o resultado do pleito, a Venezuela manterá a sua posição.

É possível que já exista entre os partidos democráticos da América Latina uma noção semelhante a respeito das políticas de recessão, de desindustrialização, de desnacionalização e de redução do poder de compra dos salários, políticas essas que o FMI invariavelmente impõe aos países com dificuldades na balança de pagamentos. Essa receita foi já aplicada mais de 60 vezes sem que dela resultasse uma melhoria dos padrões de vida dos povos que vitimou. Pior: nem sequer teve sucesso sistemático no combate a surtos inflacionários a prazo médio.

Só se verifica o consenso, pondo-o à prova. Sabemos, de antemão, que as ditaduras responsáveis pela publicação do formulário que os grandes bancos norte-americanos nos impõem, pela via dos funcionários do Fundo Monetário Internacional, não irão recuar. Comprometidos com o sistema financeiro internacional, buscando nele o apoio que as populações

lações lhes negam para permanecerem no poder. Logo, não é com eles que os povos poderão contar para retomarem o seu crescimento económico e reinserirem as suas economias nos fluxos normais do comércio internacional. Terão de contar com os seus representantes legítimos, que são os partidos democráticos.

Convocados por Aldo Ferrer e pelo Fórum da Empresa Nacional, alguns economistas e cientistas políticos brasileiros participaram em Buenos Aires numa conferência sobre a reconstrução da economia argentina dentro de um quadro democrático. Nessa ocasião, Celso Furtado espôs detalhadamente os motivos que tornam imperiosa, como manifestação de autodefesa do povo, a declaração da moratória da dívida do Brasil. Foi a primeira vez que a questão era debatida pelos economistas dos partidos que constituem a Multipartidaria. Em consequência, não se chegou a um consenso, mas houve simpatia e o desejo de um aprofundamento do debate. O próprio Raul Prebisch, embora reticente, manifestou-se favorável a um exame mais detalhado da tese. Os chilenos, que não puderam comparecer em virtude do agravamento da repressão em Santiago, teriam certamente a mesma posição.

A experiência do debate na Argentina indica a necessidade de convocarmos, com a possível brevidade, uma conferência continental sobre o tema. Essa necessidade já está a ser examinada pela Fundação Pedroso Horta, do PMDB, e é preciso que seja estudada também pelos demais partidos da oposição brasileira. Como um primeiro passo, deveremos convocar, para breve, uma reunião das equipes económicas dos partidos democráticos do Cone Sul. Dependendo do bom resultado do encontro, seria viável uma conferência maior, possivelmente numa Buenos Aires re-democratizada, para os primeiros meses de 1984." □

VOCÊS, BRASILEIROS, TÊM QUE APERTAR O CINTO



O FMI DIZ QUE VOCÊ TEM QUE APERTAR O CINTO



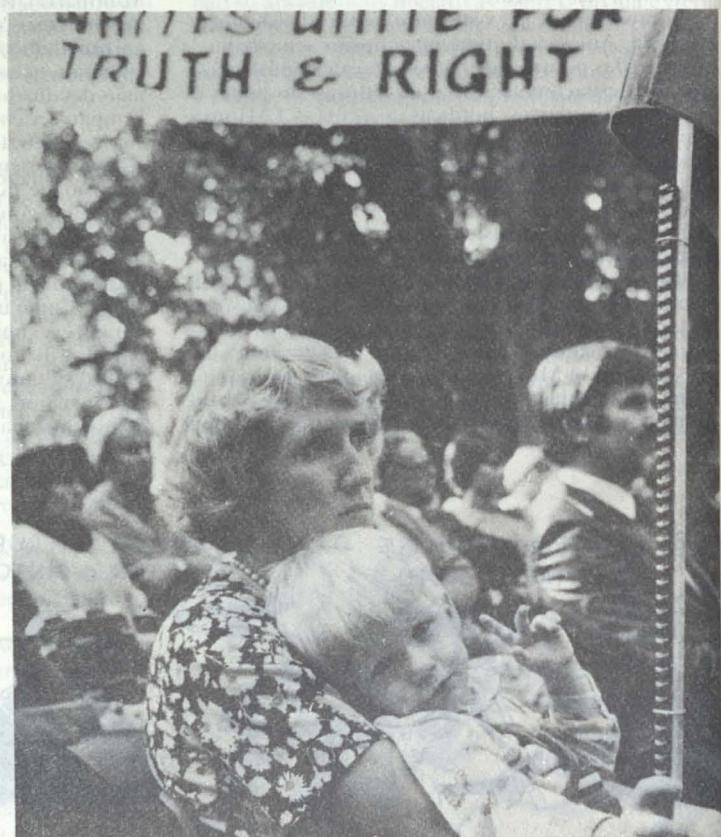
A crise no "apartheid"

O regime racista sul-africano não tem saídas. Por isso os brancos se dividem e o governo fala de mudanças

Carlos Castilho

NA última semana de Setembro, o jornal sul-africano *Rand Daily Mail* publicou, na sua primeira página, uma notícia que produziu um enorme impacto entre a população branca de Joanesburgo: um grupo de jovens brancos distribuía, numa das principais avenidas da cidade, panfletos a favor da reforma constitucional, que cria uma terceira câmara legislativa destinada aos mulatos e indianos, quando foi hostilizado por outro grupo de brancos defensores do *apartheid* da forma como ele existe desde 1948. Rapidamente, a discussão tornou-se violenta e acabou numa batalha campal de que resultaram dez feridos, um deles em estado grave. Tudo isso presenciado por uma multidão calculada em cerca de mil a mil e quinhentos negros, absolutamente silenciosos. Quando a polícia chegou, atacou primeiramente os espectadores e só depois foi apartar os contendores.

O facto pôs em evidência as graves divergências existentes entre os seis milhões de brancos sul-africanos sobre a proposta anunciada em 1982 de admitir a participação de não-brancos na administração pública. É esta a primeira vez que o regime racista admite que os indianos e mulatos possam ser eleitos para cargos legislativos, embora a hegemonia branca permaneça intocável e os 22 milhões de negros continuem totalmente marginalizados. A criação da terceira câmara legislativa, objecto de um plebiscito entre os eleitores brancos no dia 2 de Novembro, não veio alterar em nada a rígida estrutura de separação de raças vigente na África do Sul desde



O plebiscito de Novembro passado veio evidenciar até que ponto os brancos se mostram divididos quanto à participação dos mestiços e indianos

1948. A mudança tem como um dos principais objectivos dar a impressão à opinião pública mundial de que o *apartheid* está a modificar-se no sentido de uma liberalização.

Todavia, apesar das garantias do governo de que a posição da minoria branca não será afectada

nem o *apartheid* será atenuado, os brancos dividiram-se sobre a questão. O grupo mais radical, os *verkramptes* rompeu com o Primeiro-Ministro P. W. Botha, acusando-o de enfraquecer o princípio da separação de raças, ao admitir a possibilidade dos cinco milhões de indianos e mulatos virem a ter uma

participação periférica no poder. Os adversários da proposta oficial não hesitam em classificar P. W. Botha como traidor e estão a mobilizar a opinião pública racista em torno da manutenção daquilo a que chamam *volkseenheid* (união *afrikaaner*).

Os líderes de tendência radical são Andries Treuernicht, do Partido Conservador, e Jaap Marais, do *Herstigte Nasionale Party* (HNP). Os dois partidos têm aumentado a sua votação nas últimas eleições realizadas no país e ameaçam já a liderança do Partido Nacional (NP), principalmente entre os racistas mais ferrenhos, nas províncias de Orange e Transvaal. Tanto Treuernicht como Marais passaram ao terreno da confrontação quase aberta quando o Primeiro-Ministro Botha se aproximou dos sectores liberais de origem britânica, em busca de apoio para a terceira câmara legislativa. Os *afrikaaners* consideram-se herdeiros dos colonos *boers*, que conquistaram a ferro e fogo o interior da África do Sul, e que foram derrotados pela oligarquia britânica na guerra dos *boers* no início deste século.

“Reformar ou morrer”

A cega obstinação dos *verkramptes* baseia-se na presunção de que os problemas actualmente enfrentados pela minoria branca poderão ser resolvidos através dos mesmos recursos simplistas e violentos dos primitivos colonos *boers*. Preferem “enterrar a cabeça na areia” a aceitar o facto de que o complicado sistema de discriminação racial, vigente há 40 anos, entrou numa crise profunda, da qual provavelmente nunca recuperará.

Já os *verligte* (“iluminados”, na língua *afrikaaner*) acreditam que os brancos sul-africanos precisam “adaptar-se para não morrer”. Trata-se de uma frase pronunciada em 1978 por P. W. Botha, logo após a sua ascenção ao poder em substituição de John Vorster, num momento em que os brancos ainda estavam assustados com a rebelião de Soweto e sentiam a sua incapacidade para conter o crescimento dos protestos negros contra o *apartheid*, depois da independência

de Angola, Moçambique e, mais tarde, também do Zimbabwe.

Depois de Soweto e das mudanças políticas em países vizinhos na África Austral, as pressões externas sobre o *apartheid* cresceram muito. Botha resolveu então enfrentá-las usando um método já clássico entre a élite política branca de Pretória: prometer reformas, sem no entanto as pôr em prática. Falar em mudanças sempre que

A versão sul-africana para a mesma entrevista foi a de que “o plano para a criação dos bantustões para os vários grupos tribais não se mostrou viável em vários aspectos”. E o Ministro da Educação, Gerrit Viljoen, disse numa conferência que “a discriminação racial na África do Sul já não era encarada como um princípio, mas apenas como um método prático”. De volta a Joanesburgo, o ministro



Os movimentos racistas mais radicais exigem garantias de que o *apartheid* não será atenuado

possível, mas adiá-las constantemente.

Desde 1980, os ministros do governo sul-africano começaram a dizer uma coisa no exterior e outra no seu país, sem ter a mínima preocupação com a coerência. Piet Koornhof, Ministro da Cooperação e Desenvolvimento, declarou nos Estados Unidos que o “*apartheid* estava morto”. Semanas depois, em Pretória, ele disse que “na verdade a sua afirmação foi a de que o *apartheid*, na sua forma original, estava a morrer”. O mesmo ministro negou também uma declaração, feita a um jornal do Quénia, de que as “leis discriminatórias seriam derrubadas”. Koornhof disse aos jornalistas sul-africanos que havia mencionado apenas a “possibilidade das leis mais duras serem atenuadas”.

O mesmo jogo de desmentidos foi usado pelo Ministro das Finanças, Senator Horwood, que disse em Paris a um jornal económico que o “*apartheid* seria desactivado porque não funcionou”.

respondeu rindo para os repórteres que pediam uma confirmação da frase: “Por acaso, princípios e métodos não são a mesma coisa”?

O dilema fatal

Na verdade, o jogo dos desmentidos funcionou no exterior, mas deixou muita gente desiludida dentro da África do Sul, onde vários liberais admitiram, no final do ano passado, que toda a polémica sobre reformas havia sido sepultada pelo jogo da semântica. Chris Saunders, um dos directores da poderosa transnacional *Anglo-American* admitiu que o governo “na verdade não faz outra coisa senão enganar a opinião pública quando dá a impressão de que há um prazo ilimitado para reformar as leis de discriminação racial”.

O plebiscito, a terceira câmara legislativa e toda a polémica sobre reformas do *apartheid*, têm como objectivo principal mascarar o profundo dilema enfrentado pelo Primeiro-Ministro P. W. Botha em

relação ao futuro do sistema de hegemonia branca sobre a maioria negra do país. O dilema está materializado na necessidade de aliviar as enormes tensões políticas e raciais surgidas a partir do plano posto em prática pelo *apartheid* de deslocar em massa populações negras das áreas urbanas para os chamados bantustões.

Em 1977, o então Ministro de Assuntos Negros, Ferdie Hartzenberg, em declarações reproduzidas pela revista *South Africa Digest*, afirmou que o governo racista deveria deslocar em média mil negros por dia até ao ano 2000 com o objectivo de manter a actual taxa de 17,4% de brancos na população total. Se for mantido o ritmo actual de crescimento demográfico da população negra e continuar o êxodo dos habitantes dos bantustões em direcção às cidades, no final do século os brancos estarão reduzidos a menos de 10% de todos os habitantes da África do Sul.

Outras estimativas mencionadas pelo livro *South Africa: the method in the madness*, indicam que, nos próximos 15 anos, o número de negros nas cidades chegará a 30 milhões, enquanto que toda a população branca da África do Sul não chegará aos sete milhões. Esses números mostram como é vulnerável a posição da minoria racista e, por consequência, do próprio sistema que ela montou na esperança de que, criando uma sociedade dividida pela cor da pele, os seus privilégios poderiam ser mantidos indefinidamente.

Um preso em cada dois minutos

Essa perspectiva de um "esmagamento numérico" dos brancos por motivo de uma taxa de natalidade extremamente alta na população africana, está na base do projecto de remoção em massa dos negros para os bantustões. Trata-se de um plano baseado no uso da força. Entre 1960 e 1980, a transferência de negros fez com que a proporção de africanos a viverem nas cidades baixasse de 29 para 27%, mas os dados mais recentes indicam que essa proporção voltou a aumentar.

Nos bantustões, a situação da população negra está a tornar-se cada dia pior, pela acumulação de

gente em territórios sem a necessária estrutura económica para suportar uma população que, em alguns casos, chega já à elevadíssima densidade de 400 habitantes por quilómetro quadrado. A miséria e a falta de emprego nos bantustões obriga os negros a tentarem voltar às cidades brancas em busca de trabalho. No ano passado, a polícia branca prendeu mais de 200 mil trabalhadores negros que haviam regressado clandestinamente às cidades. Isso equivale a uma prisão em cada dois minutos e meio dentro do território reservado aos seis milhões de brancos, que por lei têm direito a 87% do 1,2 milhão de quadrados da África do Sul.

Neste momento existem apenas quatro bantustões declarados formalmente⁷ como autónomos, embora não tenham sido reconhecidos por nenhuma nação do mundo à parte a África do Sul. No Trans-

key, Ciskey, Bophutatswana e Venda, a dramática situação da aglomeração de gente tornou esses bantustões verdadeiros campos de concentração. Noutros, ainda sob o controlo total de Pretória como Lebowa e Qua Qua, o prestígio da administração racista chegou a um ponto crítico. Em Lebowa, nas eleições administrativas realizadas em Março, apenas 523 dos 30 mil negros com direito a voto compareceram nas urnas. A proporção foi mais baixa ainda em Bophutatswana, nas eleições do ano passado, em que votaram apenas 135 dos 60 mil negros autorizados a votar.

A simples estatística mostra que o projecto de segregar os 22 milhões de negros em apenas 13% do território da República, enquanto reserva os 87% restantes para seis milhões de brancos, está irremediavelmente destinado a um fracasso devido ao ritmo do crescimento demográfico actual. Mas os

"Nada de novo nas eleições brancas"

S ESENTA e seis por cento dos milhões de brancos que votaram no plebiscito do dia dois de Novembro aprovaram os planos do primeiro-ministro P. W. Botha para criar uma terceira câmara legislativa destinada aos mestiços e indianos. Foi uma vitória pessoal do chefe do governo racista sul-africano, que tenta introduzir reformas, no *apartheid* para impedir uma explosão racial no país.

Mas os resultados do escrutínio não chegaram a configurar um fortalecimento da tendência reformista, porque o voto pelo sim também pode ser interpretado como um novo voto à participação política dos negros, que continuam totalmente marginalizados e sem direito a participar no parlamento. Na verdade, Botha conseguiu uma vitória sobre o sector da extrema-direita, que pediu o *não* no plebiscito para tentar qualquer mudança no único sistema de discriminação racial com carácter oficial vigente no mundo.

O primeiro-ministro sul-africano conseguiu afastar, pelo menos temporariamente, a ameaça de um desafio frontal da extrema-direita. Mas nada garante que a terceira câmara legislativa terá qualquer efeito atenuador no racismo. Pelo contrário, Botha já anunciou que a concessão de direito de voto aos mestiços e indianos será acompanhada de um reforço do poder do governo para reprimir os negros que vêm para as cidades à procura de emprego e comida.

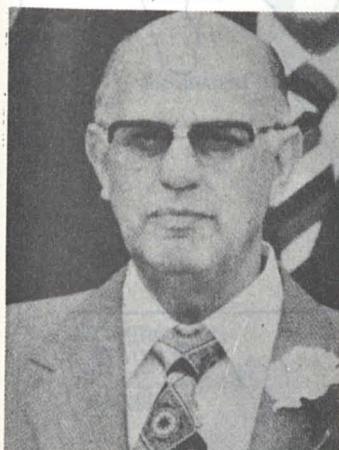
Ao votar pelo sim, os brancos liberais passaram a ser vistos com uma desconfiança ainda maior pela imensa maioria dos negros, que reagiram ao plebiscito promovendo nada menos que cinco atentados à bomba no dia anterior ao do referendo.

responsáveis do *apartheid* preferem não levar em conta a realidade e continuam a fazer planos. Um deles prevê estímulos especiais para que a população branca duplique a sua taxa de natalidade nos próximos dez anos, ao mesmo tempo que são concedidas facilidades especiais para que 30 mil emigrantes de origem europeia se estabeleçam no país no mesmo período. Segundo a administração branca, o índice de nascimentos na população negra deverá ser reduzido em 70% até 1995.

Mas ambas as metas esbarram em dificuldades aparentemente intransponíveis. A crise económica está a levar a população branca a ter cada vez menos filhos, ao mesmo tempo que a guerra contra os países vizinhos mantém a imigração estrangeira a níveis muito abaixo das expectativas oficiais. Simultaneamente, o projecto de reduzir a taxa de natalidade dos negros continua a basear-se exclusivamente no efeito da miséria ou do elevado índice de mortalidade das crianças negras (uma em cada quatro, não chega aos três anos de idade).

A criação da terceira câmara legislativa é uma consequência directa das tentativas de atenuar as tensões internas no *apartheid*. Os indianos e os mulatos, que até agora eram considerados, juntamente com os negros, cidadãos de segunda classe, vão passar a poder

P.W. Botha: acusado por uns e outros, obteve uma vitória para os seus planos de "cosmética" do *apartheid*



eleger deputados, se a proposta de P. W. Botha forposta em prática (ler caixa). Mas o seu poder político de impor mudanças reais é praticamente nulo porque todas as decisões da nova câmara terão de ser referendadas pelas duas outras, compostas unicamente de brancos e que, portanto, dificilmente aprovarão qualquer lei contrária aos seus interesses. Na melhor das hipóteses, surgirão conflitos entre os brancos e os indianos e mulatos. Os radicais do *apartheid* acham que esses conflitos são inevitáveis e que a melhor forma de anulá-los é simplesmente abandonar o projecto reformista. Quanto aos partidários do primeiro-ministro, acreditam que o estímulo à esperança de mudanças superficiais compensará possíveis atritos.

Os indianos e os mulatos estão divididos quanto ao projecto submetido ao segundo plebiscito



A elevada taxa de natalidade dos negros é motivo de preocupação para os racistas

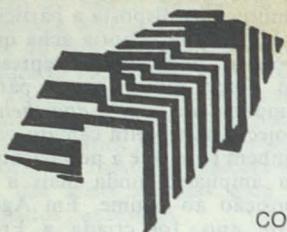


na história da África do Sul. Uma minoria está disposta a participar, mas a grande maioria acha que o apoio ao plano oficial representa um preço muito baixo para a cumplicidade com o *apartheid*. O projecto da terceira câmara serviu também para que a população negra ampliasse ainda mais a sua oposição ao regime. Em Agosto deste ano, foi criada a Frente Unida Democrática (UDF) reunindo mais de 300 sindicatos, grupos políticos, organismos cunitários e entidades desportivas contrárias ao *apartheid*.

A UDF conta com o apoio do Congresso Nacional Africano (ANC), a mais importante organização revolucionária do país, fundada há 70 anos, e também com a participação directa de organismos religiosos como a Aliança das Igrejas Luteranas, cujo presidente, Alan Boesak, foi um dos responsáveis pelo lançamento do movimento. O documento base da UDF é a Carta da Liberdade, um manifesto divulgado em 1955 e que até hoje constitui o programa principal de luta dos vários movimentos pluriraciais contra o *apartheid*. Vários políticos e militantes brancos participam na Frente, que no dia do seu lançamento público reuniu 12 mil pessoas num comício que desafiava as leis que proibem reuniões públicas contra o *apartheid*.

O aumento da efervescência política entre os negros levou também à criação do Comité do Foro Nacional (NFC) que não inclui os brancos anti-racistas e tem como principal apoio a Organização Popular da Azânia (Azapo), o movimento Consciência Negra e adeptos do Congresso Panafricano (PAC). O Foro adopta posições mais à esquerda do que a Frente mas, apesar das divergências, os dois organismos estão dispostos a estabelecer acções comuns contra o governo de minoria branca.

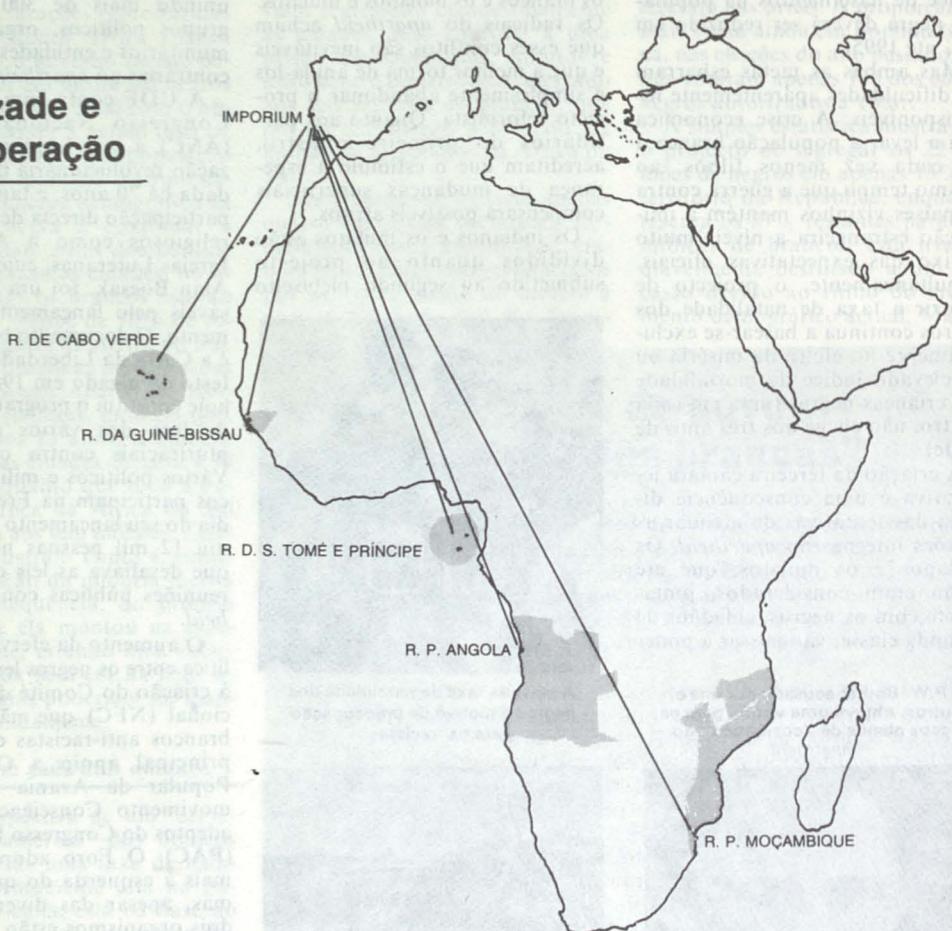
O aparecimento da Frente Unida Democrática e do Comité Nacional do Foro reflectem a ampliação dos sectores que exigem a extinção imediata do sistema de discriminação racial. Simultaneamente, os *verligtes* e *verkramptes* passaram a entender-se cada vez menos, no primeiro grande cisma do *apartheid* desde a guerra dos boers. □



IMPORIUM

COMÉRCIO DE REPRESENTAÇÕES, IMPORTAÇÕES E EXPORTAÇÃO, LDA

Amizade e Cooperação



International Trading

REPRESENTAÇÕES EXCLUSIVAS PARA TODA A ÁFRICA

Rua Keil do Amaral, loja 19 • 1900 LISBOA • Portugal
Tel. 851290/850098/850148 • Telex 43 448 P

O Rio de Janeiro é muito mais que um cartão postal do Brasil.

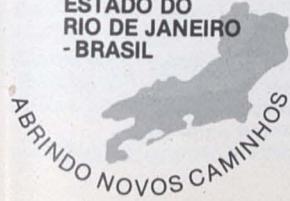


O Estado do Rio de Janeiro não é só feito de belezas naturais. É, acima de tudo, uma grande oficina de trabalho. Por isso, somos o segundo pôlo de desenvolvimento e o maior centro financeiro do Brasil.

Nossas empresas produzem, em escala de exportação, alimentos e bebidas, peles e manufaturas de couro, papel, produtos químicos, plásticos e têxteis, borracha natural e sintética, aparelhos elétricos, produtos metalúrgicos e muito mais. E, além de concentrar o maior número de empresas de consultoria de engenharia, o Rio de Janeiro tem o principal aeroporto e o segundo maior porto do Brasil.

O BD-Rio, como agência financeira de fomento, tem a função de trabalhar pelo desenvolvimento do Estado. Por isso, o BD-Rio deseja ser o laço entre nossas empresas exportadoras e os importadores em potencial de nossos produtos. Laço que há de unir povos amigos. Use o BD-Rio para fazer contatos com as empresas do Rio de Janeiro. O BD-Rio terá sempre a solução adequada para a sua expectativa.

GOVERNO DO
ESTADO DO
RIO DE JANEIRO
- BRASIL



BD-Rio

BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A.

Praia do Flamengo, 200 - 23º, 24º e 25º andares

Rio de Janeiro - Brasil - CEP.22210

Tel.: 205.5152 (PABX) - Telex (021) 22318

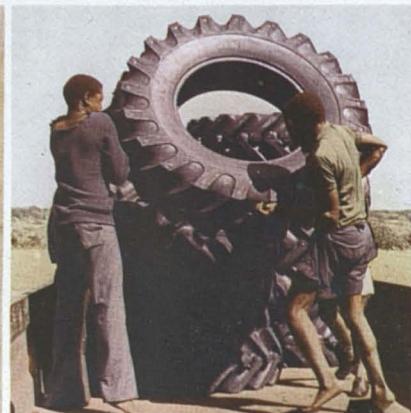
Filiado à Associação Brasileira de Bancos de Desenvolvimento - ABDE

MABOR DE MOÇAMBIQUE

tipos de pneus para exportação:	145 SR 10 Jet SPORT	9.00 - 20 S. EXPRESSWAY
175 R 15c Jet SPORT COMERCIAL	135 SR 12 "	10.00 - 20 "
7.00 - 14 POWER Jet COMERCIAL	155 SR 12 "	11.00 - 20 "
7.50 - 15 S.H.C.T.	145 SR 13 "	11.00 - 20 GT 100
6.00 - 16 "	155 SR 13 "	11.00 - 20 Jet TRAC
6.50 - 16 "	165 SR 13 "	12.00 - 20 "
7.50 - 16 "	175 SR 13 "	6.00 - 16 Tractor Frente
9.00 - 16 "	165 SR 14 "	7.50 - 16 "
7.50 - 18 "	175 SR 14 "	16.9/14 - 30*SPÉCIAL FARMER
8.25 - 20 "	145 SR 15 "	7.50 - 20 Traction Rib.
	165 SR 15 "	



Estrada Nacional N°1, km 13
C.P. 2341
Maputo
telex: 6-488 MABOR MO
teleg. MABOR
telef. 71 551/4



projectando a imagem de um moçambique novo



empresa moçâmbicana de
importação e exportação de
produtos pesqueiros, e. e.

telex: 6-409 pesca-mo
6-530 pesca-mo
telegrafo: Interpescom
caixa postal: 163 Maputo

exporta: camarão
lagosta
holotúrias

importa: peixe congelado
conservas e
farinha de peixe,
aprestos para pesca

república popular de moçambique

O regresso à democracia

Uma trágica herança e uma enorme expectativa popular são os elementos que vão marcar os primeiros tempos do novo governo radical

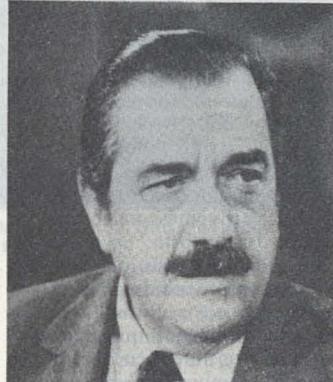
Horácio Verbitsky

COMO em 1958, com Arturo Frondizi, e em 1973 com Héctor Cámpora, a Argentina votou agora contra uma ditadura militar, contra a política económica antipopular e contra a repressão que a sustentou. E, mais uma vez, conduziu à presidência o candidato que mais claramente se diferenciou do regime militar que (assim como há dez e há 25 anos) convocou eleições de má vontade, não por convicção democrática mas por incapacidade de conservar o poder por mais tempo.

Sem dúvida alguma, foram as bases operárias peronistas, os seus delegados sindicais, militantes revolucionários, as principais vítimas dos quase oito anos de governo de generais, almirantes e brigadeiros. Foram eles que sofreram mais do que ninguém, com a destruição das fontes de trabalho, com a drástica redistribuição regressiva das receitas, com o aumento incontrolável dos índices de mortalidade, de doenças, de alcoolismo, analfabetismo, desnutrição e delinquência, pagando uma onerosa quota de presos e desaparecidos na sinistra contabilidade da dor e da morte.

Porque razão, então, o Partido Justicialista (PJ) não foi desta vez a opção obrigatória para canalizar o claro repúdio ao governo das forças armadas, cedendo este papel e a vitória à União Cívica Radical (UCR), partido que teve menos baixas do que funcionários no regime militar?

Um homem encurralado grita



Alfonsín, vitorioso

antes de morrer: "Viva Perón!". O executante responde-lhe, enquanto aperta o gatilho: "Viva Perón!". Esta cena estarrecedora do filme "Não haverá mais dores nem esquecimento", que estreou durante a campanha eleitoral, recordou a todo o país que no peronismo as vítimas e os carrascos coexistiram.

É verdade que estes episódios pertencem ao passado, mas foi o peronismo que escolheu o passado como campo da sua estratégia eleitoral, centrada quase exclusivamente na lembrança das conquistas sociais da década de 40 e nas figuras magnetizantes de Perón e Evita.

Isto permitiu ao dirigente radicalista, Raúl Alfonsín, perguntar durante o último acto da sua campanha: "O peronismo afirma que Perón vai ganhar as eleições depois de morto como o Cid

Campeador, mas se assim for, quem vai governar depois?". Antes de Alfonsín, um dedo anónimo tinha apontado na mesma direcção, ao acrescentar "já morreu" numa combativa palavra de ordem pintada num muro, que dizia "Perón ou morte".

O futuro de paz oferecido por Alfonsín foi mais atraente que a recordação de velhas batalhas, ganhas ou perdidas, sugerida pelo peronismo, principalmente para os cinco milhões de jovens menores de 28 anos que votaram pela primeira vez, e para as mulheres.

Os radicalistas meteram-se no assunto crucial das divisões internas do peronismo e da falta de liderança que delas surge. O peronismo deu a sua ajuda para isso, generosamente, durante as suas eleições internas e durante a campanha eleitoral, cenário de lutas intestinas ferozes. O primeiro vice-presidente do peronismo e chefe do seu ramo sindical, Lorenzo Miguel, foi vaiado e apupado durante o primeiro acto de massas da campanha, a ponto de não poder pronunciar o seu discurso, abstendo-se de tentar fazê-lo nos actos posteriores.

O pacto militar-sindical

Este foi um claro indicio de que Alfonsín tinha acertado num ponto nevrálgico ao centrar o seu proselitismo na denúncia de um pacto militar-sindical. Afirmou que o comandante-em-chefe do exército

e o chefe da Corporação I com sede em Buenos Aires, respectivamente, generais Cristina Nicolaiades e Juan Carlos Trimarco, tinham acordado favorecer o sector sindical de Miguel na reorganização dos sindicatos sob intervenção, em troca da impunidade durante o futuro governo peronista para os militares acusados de toda a espécie de delito.

Uma interpretação semelhante do papel da cúpula sindical tinha sido formulada a partir do peronismo revolucionário, 15 anos antes, pelo escritor Rodolfo Walsh, que em 1977 foi sequestrado e assassinado por fuzileiros da escola de Mecânica da Marinha de Guerra. Numa investigação sobre um tiroteio entre dirigentes da União Operária Metalúrgica e militantes peronistas de base, no qual houve vários mortos, Walsh sustentou a tese de que a burocracia sindical se mantinha nos seus cargos porque representava os interesses do regime militar diante dos trabalhadores, e não o contrário. Os seus artigos publicados pelo "Semanário CGT", editado pela facção dissidente dirigida por Raimundo Ongaro, foram desde então um estigma para o comando sindical e uma bandeira de luta para as bases.

O fracasso da guerrilha monto-nera cujos quadros foram exterminados pelos militares, e a posterior derrota dos sectores reformistas moderados nas eleições internas peronistas — aos quais nem mesmo uma representação minoritária foi concedida — deixaram o comando nas mãos de Miguel, que elogiou Mussolini numa reportagem do jornal peronista *"La Epoca"*, e de pessoas ainda mais à direita, como o candidato a governador de Buenos Aires, Hermínio Iglesias e o seu principal lugar-tenente, Norberto Imbelloni.

A 28 de Outubro, enquanto o peronismo preparava o acto de encerramento da sua campanha, no mesmo palco junto ao Obelisco onde Alfonsín tinha falado no dia anterior, Imbelloni declarou a uma rádio que agradecia a Deus a chuva bendita que tinha mandado, para desinfectar o palco. Iglesias não desmentiu a sua amizade pelo general Fernando Verplaetsen, um dos chefes da repressão ilegal, e

pediu conselho para compor o seu gabinete, ao bispo reaccionário António Plaza.

Houve quem interpretasse a vitória radical como uma reedição da velha animosidade, entre peronistas e antiperonistas e do gorilismo tradicional. Sem dúvida, boa parte dos votos para Alfonsín expressara repúdio de classe ao peronismo, mas a vitória do radicalismo ou a sua paridade de forças com o justicialismo nos distritos operários de Buenos Aires e Córdoba, em bairros clássicos do peronismo no anel industrial, como Avellaneda, Lanús, Quilmes, Lomas de Zamora ou Esteban Echeverría, de onde em 1945 saíram as massas de "descamisados" que ungiram Perón como seu líder no célebre 17 de Outubro, indica que aí as bases peronistas se pronunciaram contra a condução burocrática do movimento, que não expressa nem a sua história de luta nem a sua vocação popular. Da mesma forma, em quatro províncias onde o peronismo ganhou o governo, Alfonsín obteve maioria dos votos presidenciais, o que implica um repúdio a Luder e Miguel, dirigentes nacionais do Partido Justicialista.

Os radicalistas são os primeiros a serem surpreendidos com a sua penetração nos redutos justicialistas, e é de desejar que não confundam este autêntico apetite popular de democracia sindical com um mandato para destruir os sindicatos e deixar indefesos os tra-

balhadores, como tentaram em 1963, mas sim para propiciar neles uma expressão mais livre dos interesses operários. O que não significará, com certeza, a vitória de sindicalistas radicais, que quase não existem, e sim de sectores peronistas não-burocráticos e da esquerda marxista.

Um líder civil

O ex-subsecretário dos Negócios Estrangeiros de Cámpora, Jorge Vásquez, disse que Alfonsín é o primeiro civil a organizar um movimento popular a partir das bases e a levá-lo à vitória, nos últimos 50 anos. O sentido de oportunidade caracterizou a sua campanha. Alfonsín foi o primeiro a compreender que a queda de Puerto Argentino em mãos britânicas marcava o derrube da ditadura, e apenas duas semanas depois reuniu uma multidão num ginásio coberto para exigir o afastamento dos militares e a designação de um governo civil de transição que organizasse a solução eleitoral.

Não conseguiu o seu objectivo, mas adiantou-se vigorosamente em relação aos seus oponentes internos da UCR, o sector "balbinista" (seguidores do velho líder recentemente falecido, Ricardo Balbin) que se opunha ao debate das candidaturas e tácticas eleitorais, enquanto Alfonsín se lançava a percorrer todo o país pronunciando discursos simples e directos nos

Bignone: o último dos militares que conhecem uma retirada sem glória e pela porta das trazeiras





Em 1975, Italo Luder (à esquerda) felicitava Isabelita Peron. Oito anos depois, o mesmo Luder, candidato justicialista, teria

o pior resultado eleitoral jamais alcançado pelo peronismo

quais prometeu tudo o que os assistentes desejavam ouvir: paz, democracia, bem-estar, justiça social, desenvolvimento.

Os dois meses de vantagem com que arrancou na sua corrida interna, reflectiram-se numa vitória pela surpreendente proporção de 4 a 1, frente a dirigentes sem mérito que repetiam mecanicamente o anacrônico discurso radical.

Imediatamente se lançou à luta pela presidência, com mais de um mês de avanço em relação ao peronismo, cujas eleições internas foram complicadas até ao último momento pela incerteza acerca da atitude de Isabelita Perón. A ex-presidente não recebeu qualquer dirigente peronista em Madrid, mas entrevistou-se com o ex-comandante-em-chefe da Marinha e membro da Junta Militar que a derrubou, almirante Emílio Eduardo Massera.

O almirante e os generais

O almirante acabava de negociar na capital espanhola o apoio de Isabel ao seu projecto político.

quando um juiz federal ordenou a sua prisão por um intrincado caso que envolve o desaparecimento do marido da sua amante. Massera passou na prisão o resto da campanha eleitoral, que foi pródigo em revelações sobre o aparelho repressivo da ditadura.

A filiação dos generais Adel Vilas e Ramón Juan Alberto Camps no justicialismo não melhorou as coisas para o seu candidato presidencial, Italo Argentino Luder. Vilas foi o chefe da "operação independência", com a qual os militares começaram a guerra interna em Tucumán, em 1975, e Luder, o presidente interino que assinou o decreto ordenando às forças armadas o "aniquilamento" dos guerrilheiros do ERP (Exército Revolucionário do Povo) e dos Montoneros. Camps foi o chefe de polícia de Buenos Aires durante 1976 e 1977, acusado pelo famoso jornalista Jacobo Timmerman no seu livro "Prisioneiro sem nome, cela sem número" de ser o chefe de um bando nazi das forças armadas. Os dois generais reivindicam publicamente os métodos do

sequestro e assassinato de prisioneiros que outros colegas seus com maior hipocrisia utilizaram mas não reconhecem.

Além disso, Camps é sócio de Filipe Romeo, um ex-colaborador de López Pega e ex-diretor da revista da ultradireita peronista *El Caudillo*, que foi o porta-voz da Tríplice A (AAA — Aliança Anti-Comunista Argentina) através de cujas páginas propunha que o bairro judeu de Buenos Aires fosse arrasado, como solução para os problemas argentinos.

Os livros de Camps, transcrevendo as declarações que conseguiu de Timmerman sob tortura, e a sua investigação sobre o banqueiro David Gravier, que manipulavam os investimentos dos Montoneros no exterior e supostamente morreu num acidente aéreo no México, foram editados pela firmas Roca, sigla dos sobrenomes Romeo e Camps. A mesma editora Roca imprimiu cartazes contra o candidato radicalista, nos quais o sobrenome Alfonsín era escrito com as letras do logotipo da Coca-Cola e o acento agudo

sobre o "i" era substituído pela estrela de David.

A polarização

A polarização eleitoral superou todos os precedentes e chegou a 92%: 52% para Alfonsin e 40% para Luder. Apesar da vigência de um sistema de representação proporcional e de haver doze partidos nacionais que apresentaram candidatos à presidência, o eleitorado preferiu criar um sistema bipartidário.

Radical e peronistas apagaram do mapa eleitoral o restante das forças políticas, com mínimas exceções: o Partido Intransigente de Oscar Alende, cujas propostas nacionalistas e anti-imperialistas atraíram apenas 2,4% do eleitorado e o Movimento de Integração e Desenvolvimento, do ex-presidente Arturo Frondizi e do ideólogo Rogelio Frigerio, que conseguiu 1,2% apoiando a sua plataforma de expansão das forças produtivas por meio de investimentos estrangeiros e reconstrução da relação com o campo capitalista liderado pelos Estados Unidos.

Em três províncias de fronteira, foram os partidos provinciais de tipo populista-conservador que conseguiram o governo. Os radicais impuseram-se nas províncias de maior desenvolvimento e de grandes concentrações urbanas. O peronismo venceu, em compensação, nas províncias pobres do interior, nas áreas rurais e de menor densidade populacional. Esta pauta sociológica contradiz a história do peronismo e aponta para o risco que ele corre de se tornar um partido conservador tradicional, muito diferente das suas origens, quando da expressão das classes sociais e das atitudes políticas mais progressistas e dinâmicas.

Na capital federal, apenas foram eleitos quatro deputados à margem da polarização: dois direitistas da União de Centro Democrático, do ex-ministro liberal Alvaro Also-garay, um do partido Intransigente e o líder do Humanismo e Liberação Democrata-Cristão, Augusto Conte. Pai de um sequestrado e militante das organizações de direitos humanos, Conte baseou a sua campanha exclusivamente neste assunto, prometendo inves-

tigar e castigar os culpados, no que coincide com o Partido Intransigente.

Um caso especial são os partidos de esquerda. O Partido Comunista, que em 1946 alinhou com os radicais e conservadores na União Democrática que se opôs ao coronel Juan D. Perón e à irrupção das massas operárias na cena política, apoiou agora o peronismo burocrático no seu declínio. Os Montoneros, que em 1974, ano em que Perón morreu, decretaram que o peronismo estava esgotado e criaram o seu próprio Movimento Montoneros, e apoiaram igualmente, a candidatura de Luder.

Uma vez que a candidatura de Luder, assim, não conseguiu a vitória, os partidos que apoiaram a candidatura de Luder tentaram assim saldar os respectivos erros históricos, que os primeiros pagaram com a inimizade da classe operária à qual pretendiam representar, e os segundos com o isolamento do movimento popular que favoreceu o seu extermínio pelos militares, ordenado por Luder.

Agora na derrota, procurarão capitalizar a sua solidariedade na arregimentação ou na organização das bases peronistas. Os comunistas sofreram igualmente uma revolta dos seus militantes, muitos dos quais não cumpriram a ordem de votar em Luder e preferiram Alfonsín.

E agora?

A vitória de Alfonsín, simpático à social-democracia europeia, pode ser considerada como um passo em frente relativamente à ditadura militar que termina. Desta vez ninguém grita como em 1973, "Se van y nunca volverán", porque existe uma consciência dos graves problemas de improvável solução que assomam num futuro imediato. Entre eles, o salário real na metade do seu nível histórico, a dívida externa de 45 mil milhões de dólares, a inflação de 500% ao ano e as investigações pendentes sobre os 7 mil a 30 mil desaparecidos, aparecem como os mais inquietantes.

Da última vez que governou, há duas décadas, o radicalismo apostou nas boas chuvas e nas grandes colheitas. O programa com que hoje regressa, inclui como novidade uma longa lista de sedutoras promessas de suprimir a fome, me-

Ihlar a educação e a saúde e dar habitação a todos, mas esta louvável sensibilidade social não poderá tornar-se realidade apenas confiando nas exportações agropecuárias. Alfonsín promete paz, mas as reivindicações legítimas acumuladas de todos os sectores, se não forem pelo menos parcialmente satisfeitas dentro de um processo de crescimento, podem criar o caos na sociedade.

Um processo militar que desindustrializou o país, que reduziu em 30% o proletariado e que semeou a morte como ferramenta e ideologia, não era a base propícia para uma saída mais progressista. O voto popular castigou dirigentes que não interpretaram os interesses das suas bases operárias, que atemorizaram os seus simpatizantes das classes médias com o avanço da burocracia sindical sobre o aparelho político, e que não geraram uma liderança atraente que fizesse esquecer a ausência de Perón. A figura cinzenta de Luder, que em 1945 foi candidato a deputado pelo radicalismo e posteriormente director de instituições penais, isto é, administrador de todas as prisões do país, e que em plena campanha reiterou que não vacilaria em encorajar novamente aos militares tarefas de polícia interna, diante de um eventual renascimento guerrilheiro, simboliza tanto quanto Lorenzo Miguel ou Herminio Iglesias, o esvaziamento do peronismo dos seus conteúdos populares.

A luta interna entre a direita e a esquerda peronista prosseguirá agora com novas características. Tanto os verticalistas de Isabélita como os activistas do Intransigência e Mobilização, disputarão com os centristas de Robledo ou Cañiero, um maior espaço na futura condução de um peronismo, cuja única figura sindical ilesa 24 horas depois do naufrágio, era o líder da CGT, Saúl Ubaldini.

Completamente diferente do que aconteceu na década de 70, estas lutas acontecerão longe do aparelho do Estado, a quem dificilmente contagiarião com a crise da sua decomposição.

A Argentina tem pela frente um futuro muito difícil e de expectativas mínimas, mas, pela primeira vez numa década, tem um futuro.

Por dentro da guerrilha

Um relato revelador sobre
as formas de organização da
resistência armada ao regime de Marcos

Toshio Murayama

EMBOA o governo filipino negue a existência de áreas sob o controlo da guerrilha, elas não só sobrevivem à ação do exército regular, como vêm aumentando a sua influência. Toshio Murayama, uma japonesa especialista em acupunctura, esteve de visita à região controlada pelo Novo Exército Popular. Eis o seu depoimento:

O carro deixou-nos diante do mercado de certa cidade local e recebi ordens para esperar. O movimento era muito grande. Uma multidão de pessoas entrava e saía do mercado, embora já passasse do meio-dia; e, de repente, um rapaz de 16 ou 17 anos aproximou-se e dirigiu-nos a palavra.

Trajando apenas camiseta e jeans, tinha vindo ali para nos levar até "à montanha". Nunca o tínhamos visto antes, e não sabemos como ele nos reconheceu.

"A montanha" é o nome secreto de uma base armada a partir da qual o Novo Exército Popular (NPA) vem desencadeando as suas operações de guerrilha. Tomámos lugar no veículo a que ele nos conduziu — uma motocicleta com side-car — e saímos da cidade, passando por campos de arroz recém-semeados, até atingirmos a estrada que nos levaria à montanha.

Depois de atravessarmos várias aldeias e morros, descessmos da motocicleta. Um pouco adiante, subindo por um carro, avistámos vários búfalos da Índia transportando no dorso cargas de frutas. No fundo de um vale, surgiu então, diante de nós, um belo lugarejo serrano. Ao todo,

havia ali umas trinta casinhas de bambu.

Atingimos a aldeia através de um caminho estreito que contornava os arrozais. Cinco ou seis lavradores de pés descalços aguardavam-nos em frente de uma das casas. Um deles, bastante jovem, dirigiu-nos uma saudação e apontou-nos uma pistola coberta por um saco de linhagem.

Foi então que comprehendi que já me encontrava na "zona vermelha". Fiquei surpresa, pois havia imaginado uma base guerrilheira situada em algum lugar inexpugnável no recésso das montanhas. Não conhecendo as Filipinas, chegara a pensar que a base ficaria em qualquer lugar no fundo de uma selva. Os guerrilheiros, ali, não tinham maneira de se defender, caso fossem cercados pelo exército de Marcos. Daí as precauções de quem age na clandestinidade sob o próprio nariz do inimigo. Por

fora, a aparência era a de um lugarejo pobre e pacato, como centenas de outros nas Filipinas.

Já começava a escurecer, mas algumas crianças e adultos espreitavam pelas janelas, examinando a desconhecida visitante. Quando os saudei com algumas palavras mal pronunciadas na língua local, dirigiram-me um sorriso tímido para depois sorrirem entre eles.

Os lavradores conduziram-me até um pequeno chalé, construído em bambu entrancado, no alto de uma colina. Encostadas à parede, estavam duas espingardas M16. Num pequeno aposento, cerca de dez rapazes e raparigas estavam reunidos em volta de uma mesa, sobre a qual havia uma máquina de escrever. Todos me receberam com um firme aperto de mão. Eram os membros do NPA.

Mais tarde, dir-me-iam, entre risos:

— Tivemos medo de que você

Os guerrilheiros do Novo Exército Popular (NPA) durante uma operação de emboscada



resolvesse ir-se embora depois de ver as espingardas na tarde em que chegou aqui.

Lições de acupunctura

No Verão passado, passei dois meses nas Filipinas. Como sindicalista militante japonesa, a minha finalidade principal era conhecer um país do Terceiro Mundo. A minha visita, porém, assumiu um carácter inesperado depois que vim a conhecer uma activista chamada O, em Manila. Eu tinha estudado acupunctura no Japão durante oito anos. Não quero dizer com isso que tivesse frequentado qualquer escola especializada no assunto. Mas, durante oito anos, eu e outras pessoas inteiramente inexperientes, vínhamos procurando aprender aquela técnica por nossa própria conta, como parte da nossa actividade de "auto-protecção corporal". Quando O soube disso, quis saber se eu estaria disposta a ir até "à montanha" para dar lições de acupunctura. Disse-lhe prontamente que sim.

O acampamento do NPA ficava numa elevação coberta de bananais e palmeiras, situada por detrás da aldeia. Alguns quilómetros adiante, atrás de uma serra, fica outra vila semelhante, onde várias dúzias de casas se aconchegam num pequeno vale. As aldeias são ligadas por trilhas secretas, que os guerrilheiros percorrem afastando arbustos duas vezes mais altos do

que eles.

Num barracão de tábuas do acampamento, realizámos um seminário de acupunctura. Os participantes eram cinco soldados escondidos entre as fileiras do NPA e 16 agricultores, mais de metade dos quais eram mulheres. Alguns dos agricultores tinham mais de 40 anos de idade.

Falávamos em inglês, o que não era necessariamente fácil. Eles riam, dizendo que tinham de fazer "exercícios mentais" quando falavam comigo. Eu fazia o possível para transmitir as minhas ideias no meu inglês ajaponesado; quanto a eles, procuravam primeiro formar uma ideia mental do que eu estava a tentar dizer e, em seguida, respondiam-me por meio de gestos, o que provocava um certo alvoroço. Achava, no entanto, os "exercícios" relaxantes. Eles mostravam-se, aliás, pacientes comigo: pareciam gostar das aulas e estavam sempre a procurar fazer-me partidas.

O seminário consistiu numa série de sessões práticas de treino, de mais de oito horas por dia, e só chegou até ao fim dado o enorme entusiasmo deles.

Foi um seminário alegre, frequentado pelos tipos mais variados de pessoas: soldados que se queixavam ao aplicar as agulhas, que era "preferível lutar no campo de batalha do que esperarem-se daquela forma"; agricultores que aplicavam as agulhas sem soltar um ai, por mais que aquilo doesse; e mulheres que soltavam gritinhos

logo à primeira espetadela.

Durante essas reuniões, à noite eu ensinava acupressura (*Do-In*) e tratamento com ventosas, à luz de candeeiros, enquanto trocava com os meus alunos informações sobre ervas medicinais. A flora medicinal tem sido estudada e amplamente aplicada pelos combatentes, utilizando as tradições locais de medicina popular das várias regiões do país. A troca de informações sobre ervas medicinais foi muito importante. Tendo sabido que existia na região um tipo de losna especial (*Artemisia indica*), ensinei-os a preparar *moxa*, uma espécie de cataplasma à qual se larga fogo para cauterização das feridas. Ensinei-lhes ainda a preparar um antípirético a partir de minhocas e, tendo encontrado alguns pés de figueira-brava, ensinei-os a fazer chá de estramónio. Por sua vez, eles ensinaram-me muitas coisas, inclusivamente o facto de que o líquido extraído do bambu é muito bom para os rins. Isto dava-nos o prazer de descobrir remédios novos feitos de plantas que já conheciamos.

Durante o seminário, aprendemos a fazer as nossas próprias agulhas. Caso houvesse escassez delas, poderíamos fazer agulhas tão boas como as verdadeiras, utilizando fio de cobre ou de aço inoxidável usado para pescar.

Certa vez, falámos sobre as diferenças de atitude em relação à acupunctura. O assunto veio à baila devido à pergunta de um agricultor: "Porque é que vocês praticam a acupunctura num país tão rico como o Japão, onde existem tantos hospitais?"

A pergunta era natural, vinda de uma pessoa que estava a tentar aprender acupunctura pelo facto de não ter acesso, dada a sua extrema pobreza, a quaisquer cuidados médicos. Salientei a importância de podermos prestar serviços médicos a nós próprios, e descrevi, em pormenor, a estrutura da sociedade japonesa, altamente controlada, na qual o povo depende dos hospitais, tornando-se assim fácil de ser controlado e governado.

Isso levou-nos a discutir, também, a estrutura do imperialismo japonês que explora o povo das Filipinas e o força a viver na pobreza, ao mesmo tempo que con-

A oposição, quer legal quer clandestina, ao regime de Marcos mostra-se cada vez mais forte



trola o povo japonês, tornando-o dependente da "assistência médica" e dos "serviços sociais" resultantes da prosperidade construída à base do imperialismo.

A minha vida no campo do NPA começou e terminou com o ensino da acupunctura e com o tratamento de doentes através da acupunctura. No fim de cada dia, eu sentia-me exausta, mas com a sensação de ter realizado alguma coisa. Em parte, isso devia-se à alegria de compartilhar com eles as técnicas populares que eu havia aprendido com os soldados e agricultores japoneses. Tivemos ali oportunidade para transmitir os nossos sentimentos através de algo concreto como a acupunctura, que é necessária à nossa luta comum.

"Arroz arroz, arroz, peixe..."

Naquele campo do NPA, havia 28 guerrilheiros, incluindo três mulheres. Sete deles tinham sido activistas de movimentos estudantis e operários nas cidades, e haviam sido enviados para lá pelo Partido Comunista das Filipinas, que lidera o Novo Exército Popular. Os 20 restantes, jovens de 15 a 28 anos de idade, eram camponeses pobres, recrutados em vários lugarejos vizinhos.

Muitos dos que hoje ocupam posições de liderança participaram no movimento estudantil. São pessoas que lutaram em 1971, no auge desse movimento, altura em que passaram à clandestinidade em virtude da lei marcial imposta no ano seguinte, tendo-se juntado ao NPA e organizado as massas operárias. Sucessivas etapas da luta — a reconstrução do partido em 1968, a formação do NPA, o início da luta armada em 1969, bem como o aparecimento do movimento estudantil — levou-os a recorrer ao esforço armado revolucionário.

Enquanto permaneci naquela base do NPA, partihei da vida dos soldados. Pela manhã, fazia exercício com eles, comia refeições simples feitas de milho, arroz e peixe seco, nadava um pouco, cantava e dormia com uma arma a servir de travesseiro.

Constituem um exército de agricultores pobres. Não usam



O exército guerrilheiro recebe um grande apoio dos camponeses pobres

uniformes, apenas camisetas e calças surradas. Como agricultores, andam de pés descalços. Ao marcar, não marcam o tempo dizendo "um, dois, um, dois", mas sim "arroz, arroz, arroz, peixe. Arroz, arroz, arroz, peixe".

Levam uma vida alegre e bem-humurada. Durante um treino para um combate com o inimigo, todos se atiraram ao chão, a um sinal dos respectivos chefes. Um bando simulava um ataque aos gritos de "Dadadada..." enquanto outros fingiam morrer, com gestos exagerados das pernas e dos pés sujos. Ao assistir águilo em companhia de alguns dos camponeses, quase morria de tanto rir.

Apesar de toda a forte tensão militar, sentia-me feliz ao lado deles. Há neles, sem dúvida, algo que tem a ver com a liberdade.

Quanto à morte que eles enfrentam diariamente, a sua atitude é muito simples. Um soldado-agricultor, que eu vim a conhecer através das lições de acupunctura, costumava dizer-me: "Haverá uma porção de batalhas no ano que

vem, e eu morrerei", fazendo um gesto de quem corta o pescoço. E acrescentava, brincando: "Mesmo que eu morra no campo de batalha, não morrerei de todo."

Queria dizer com isso que, mesmo que morresse fisicamente, continuaria a viver no coração de todos — de todos os seus colegas agricultores e combatentes. É assim que pensam todos. Não se trata de uma afeição unilateral dos combatentes pelos camponeses, mas sim de uma relação mútua, pois os camponeses apoiam os guerreiros e sentem-se muito ligados a eles.

Os agricultores e o NPA

Os alimentos consumidos pelo NPA são fornecidos pelos agricultores que eles treinaram e organizaram.

Fiquei impressionada com os rostos sorridentes e despreocupados dos camponeses que traziam arroz para o acampamento, as camisas rasgadas pingando suor. Depois de subirem até ao acam-

pamento demoravam-se geralmente um pouco mais para conversar ou ajudar a cozinhar as refeições; só depois voltavam a descer. Embora mal disponham do suficiente para alimentar as suas famílias, dividem os seus alimentos com o NPA.

O NPA instalou-se nessa região há coisa de seis anos. Um combatente de 23 anos, filho de uma família de agricultores muito pobres, contou-me a sua experiência enquanto eu aplicava acupunctura no seu braço, ferido em combate: "Costumávamos dormir nos bosques — disse ele — mas agora que 20 aldeias se encontram organizadas, podemos ficar nas casas dos camponeses".

Estes pareciam, sem dúvida, prestar todo o tipo de assistência ao NPA. Os agricultores traziam mensagens e informações ao acampamento, e a "secretaria", equipada com uma máquina de escrever, onde eu fora levada ao chegar, pertencia a um agricultor.

Como surgiu entre eles um relacionamento tão forte? Como vim a saber, o NPA organizou primeiramente os camponeses, cuja principal função é exigir que os donos das terras cobrem menos aluguer. Nessa região, os agricultores cultivam arroz, milho, bananas e cocos. Setenta por cento deles são agricultores muito pobres sem terra. A maioria dos outros são pequenos agricultores com menos de meio hectare de terra. Somente 1% deles são donos das suas próprias terras. Os agricultores pobres tomam de aluguer a terra (1,5 a 2 hectares) aos latifundiários. Nem sequer os agricultores menores podem viver com o pouco de terra que possuem e são forçados a alugar um pouco mais. Antigamente, tinham de pagar um terço ou metade do que produziam sob a forma de aluguer aos latifundiários — e resignar-se a viver com o resto. Agora, conseguiram reduzir o aluguer a um quarto. Sempre que possível, essas reduções de aluguer foram obtidas através de negociações entre latifundiários e agricultores, porém, de facto, os primeiros não podiam deixar de aceitar certas exigências desses últimos, agora organizados e armados pelo NPA. O latifundiário que insistia em explorar o camponês poderá ser morto.

Além disso, o NPA faz com que

os camponeses se ajudem mutuamente através de cooperativas. Em certa região, os agricultores cultivavam legumes num terreno comum, cujo lucro é destinado ao NPA ou para um fundo de empréstimos a agricultores — sem juros. Assim, o NPA atende às necessidades diárias dos agricultores e contribui para a sua organização.

Ao mesmo tempo, dedicava grande atenção à assistência médica. É muito importante atender às necessidades médicas dos campone- ses, desprezados pelo establishment assistencial das Filipinas, espe- cialmente através de contactos diretos, levando-lhes algo como o tratamento pela acupunctura. O seminário em que participei fazia parte dessas actividades. O NPA não faz isso apenas para prestar um serviço; fá-lo também para salientar a necessidade dos agricultores aprenderem a fazer coisas por eles próprios.

Simultaneamente com esse tipo de organização, o NPA ajuda os agricultores a compreenderem, mediante actividades educativas tais como seminários sobre análise social e sistemas de classes, o motivo pelo qual eles são pobres e quem são os seus verdadeiros inimigos. Eles explicam aos agricultores os objectivos da reforma agrária, que é um dos fundamentos da revolução democrática nacional que o NPA promove.

Certo dia, indaguei de um agricultor de meia-idade o motivo pelo qual ele apoiava o NPA. Respondeu-me que "o NPA é o nosso exército".

A luta aberta de um povo oprimido

Enquanto estive no acampamento, houve uma operação de guerrilha em pequena escala.

Quatro soldados saquearam uma vila, e o NPA decidiu atacá-los. O plano foi elaborado depois de um jovem camponês (que tinha assistido às minhas aulas) e uma jovem combatente do NPA terem passado dois dias a investigar a situação na vila onde se encontrava o destacamento do exército.

A noite, depois das aulas, cantámos canções revolucionárias até tarde. Às 11 horas, começou a mobilização. Até então, não sabia

que uma operação militar estava planeada para aquela noite. Oito soldados do NPA formaram uma fileira em frente do acampamento. Dois eram mulheres que, juntamente com um jovem soldado, estavam armados apenas com pistolas. Os outros levavam ao ombro as suas espingardas M16. Um deles disse-me em mau inglês: "Guntai (exército) de Marcos a dormir".

E acrescentou que, uma vez que estavam a dormir, seria fácil atacá-los. Em seguida, perguntou, meio a brincar, se eu gostaria de participar no assalto. E desapareceram na escuridão, em fila indiana, de mãos dadas.

Por volta das 6 horas da manhã seguinte, regressaram com as armas e os alimentos que haviam capturado. Os soldados inimigos não estavam a dormir, mas a operação fora bem sucedida. Não houve feridos do nosso lado. É uma coisa que me surpreendeu: depois de matarem os quatro soldados, um bando de camponeses juntou-se aos guerrilheiros. Voltaram para o acampamento depois de comemorarem a vitória com os camponeses, cantando e banqueteando-se com galinhas abatidas especialmente para a ocasião.

A luta armada está a alastrar rapidamente nas Filipinas. O NPA, formado em 1969 por pouco mais de 20 pessoas em algumas áreas isoladas de Luzon central, conta hoje milhares de adesões em todo o país. Cada acampamento possui uma milícia, e vários desses acampamentos surgiram de frentes regionais da guerrilha. Muitas vezes, uma única operação é lançada simultaneamente por várias frentes. Consta que existem mais de 26 frentes da guerrilha em todo o país.

As operações são geralmente levadas a cabo em regiões nas quais o exército de Marcos cometeu atrocidades: massacres, saques ou estupros a fim de "dar uma lição" aos camponeses. Tomar as armas ao inimigo é uma das finalidades mais importantes das escaramuças — e, assim, a tática mais utilizada é a emboscada.

Lembro-me de ter ouvido um agricultor activista dizer, num distrito desarmado: "Precisamos de armas!" A luta armada nas Filipinas atingiria certamente proporções incriveis se houvesse armas em nú-

mero suficiente.

Uma vez que a luta guerrilheira implica necessariamente a cooperação de toda uma aldeia de agricultores, o exército de Marcos tem respondido aos ataques com uma repressão brutal. Logo que descobrem que o NPA mantém um certo relacionamento com alguma vila, massacram os moradores, queimam-lhes as casas e apossam-se das suas terras. São actos que vêm cometendo de forma repetida e insensata. Há um número sem conta de massacres, prisões e tortura de pessoas suspeitas de manterem relações com o NPA. Um padre foi assassinado enquanto almoçava. A família de um líder activista de certa cidade foi atacada quando a mulher amamentava o filho — o exército matou todos, incluindo o marido e atirou os corpos para uma plantação de bananas. Uma professora foi encarcerada, nua, numa caverna cheia de lagartos e cobras. Encontra-se desde então internada, pois tal experiência levou-a à loucura.

Como podem os guerrilheiros manter as suas bases armadas no meio de tamanha repressão por parte do exército? Foi essa a primeira pergunta que fiz no dia em que cheguei.

As Filipinas são um arquipélago. O país não é tão vasto como a China, nem existe nele qualquer reduto inexpugnável. É difícil manter uma base armada sob a forma de área libertada sem armamentos pesados. Assim, nesta fase, quando ainda não possui equipamento pesado, o NPA tem sido forçado a adoptar o método de dispersar as tropas de Marcos mediante a instalação de um grande número de pequenas bases guerrilheiras clandestinas em todo o país. Estas atacam sem cessar as unidades de vanguarda do exército de Marcos, isolando-as das suas bases de abastecimento.

Manter essas bases clandestinas em aldeias montanhosas exige confiança na equipa humana sob todos os aspectos. A traição de um levaria ao colapso de toda uma base.

Desde a nossa primeira noite naquele acampamento, eu e todos os agricultores que desejavam participar no seminário fomos considerados parte da unidade rebelde.



**Marcos e Reagan:
aliados na política de
contenção do movimento popular**

Ensinar-nos senhas e disseram-nos que devíamos "procurar refúgio em casa de qualquer agricultor, caso a unidade tivesse de debandar". Como toda a região já estava organizada, os agricultores dar-nos-iam abrigo. E podiam dizer isso porque tinham confiança nas massas. A ordem não era correr para as montanhas, caso a unidade de dispersasse, mas sim "correr para as casas dos agricultores". A base do NPA é a massa — o imenso mar que é o povo.

Os agricultores ajudam o NPA por toda a forma possível, o que inclui não só o que é feito na base, tal como o fornecimento de alimentos, informações, serviços de ligação, alojamento e reabastecimento para longos períodos de batalha, mas também a sua participação na luta como parte da milícia.

Como é natural, as bases empregam vários recursos engenhosos para não serem descobertas pelo inimigo. Uma das vilas, por exemplo, comporta-se de tal modo que passa por ser um reduto de adeptos de Marcos. E, assim, em pacatas cidadezinhas do interior, de aparência bastante comum, começa a surgir um novo estilo de vida para os camponeses.

"Avaliação mútua"

Na luta das Filipinas, ouve-se

com muita frequência a palavra "avaliação". Dá-se grande importância a reuniões para "avaliação". No decorrer do meu seminário de acupunctura, havia reuniões de avaliação imediatamente a seguir a cada período de aulas. O método de avaliação incluia a análise das atitudes dos participantes durante as aulas, o seu modo de vida (refeições, alojamento, limpeza), as várias relações entre os participantes, eu própria, o NPA e a aldeia, sendo cada problema apresentado sistematicamente.

Primeiro os participantes avaliam-se a si próprios, dizendo: "Fizemos barulho" ou "Alguém demonstrou medo das agulhas". Em seguida, eu avaliá-los, dizendo que "todos tinham feito uma boa aprendizagem, embora o treino tivesse sido intensivo, condensado num período de tempo muito pequeno. Ninguém deve usar uma agulha nos outros se tem medo de usá-la em si próprio. Não se deve praticar acupunctura fazendo uso das massas como cobaias para fins de experiência". Em seguida eles diziam, avaliando-me: "Os seus ensinamentos foram bem administrados; houve um problema de idioma" ou "você soube transmitir-nos muito bem a técnica da acupunctura".

Desta forma eles corrigem as suas atitudes, relações mútuas e solidariedade através da crítica e da autocritica. O que me impressionou foi ser a avaliação feita, não somente com vista ao aspecto político da acupunctura, mas também com vista às atitudes, especialmente em relação à casa utilizada para as refeições e para o seminário. Acho que isso prova que a luta dos filipinos é travada em íntima relação com a vida diária de cada um.

Pouco antes de partir da base dos guerrilheiros, vim a conhecer vários líderes do NPA. Durante a reunião, avaliamos o seminário de acupunctura e discutimos as particularidades da luta no Japão e nas Filipinas. Elogiaram a minha participação na luta das Filipinas em termos mais generosos do que eu merecia.

Um deles disse: "Estamos a travar uma luta armada. Precisamos de armas. Você não nos trouxe nenhuma pistola, mas trouxe uma

arma chamada acupunctura.

Onde quer que eu fosse, as pessoas, logo que descobriam que eu era japonesa, brincavam comigo dizendo: "Eu sei falar japonês: Toyota, Nissan, Ajinomoto, Honda, Seiko..." E um dos militantes dos bairros de lata transformou essas palavras numa canção.

De inicio, eu sentia-me constrangida, sem saber se estavam a zombar de mim. Mas, depois, ao notar a abundância de produtos japoneses nas cidades, comprehendi que era muito natural que eles tivessem uma concepção do Japão à base daqueles produtos. E comprehendi também que é diferente o significado da expressão "imperialismo japonês", quando utilizada pelo povo filipino, e quando usada ideologicamente no Japão. Aqui, a palavra imperialismo é uma palavra muito viva e actuante, resultante da sua experiência diária.

Um dos motivos pelos quais a análise de classe é tão vividamente convincente nas Filipinas é que a estrutura de classes ai reinante é altamente visível em toda a sociedade. Nas cidades, as áreas residenciais das classes elevadas e os bairros de lata exibem um claro contraste: dois mundos completamente separados e opostos. Nas áreas rurais, os agricultores pobres que pagam um terço das suas colheitas como aluguer da terra, sentem a estrutura na sua vida diária. Os militares apontam as espingardas ao povo a fim de manterem a sua supremacia e a estrutura reinante. Quem vive em tais situações, quando exposto à análise de classes, não pode deixar de reconhecer a posição em que se encontra em relação ao resto da estrutura.

Outra coisa que senti nitidamente nas Filipinas foi que o povo estava vivo. O espírito revolucionário do povo em luta exerceu sobre mim um efeito especialmente refrescante e emocionante. Eu sabia que havia uma revolução nas Filipinas, mas senti essa revolução sob um novo ângulo depois de entrar em contacto com ela. Nas bases rurais, nos bairros de lata e nas fábricas, cada esforço individual está vinculado ao esforço comum — um caldo de cultura para a revolução democrática nacional. □

Paquistão

Momentos decisivos

O crescendo dos protestos mostram a força da oposição e criam um impasse quase insulável para o regime do general Zia

M. Venugopala Rao



Manifestação oposicionista nas ruas de Karachi

O esforço decisivo para a re-democratização pode estar muito próximo, dois meses depois do lançamento de uma aliança de oito partidos oposicionistas, que desencadeou uma vasta campanha de resistência civil. No entanto, a curíssimo prazo, os avanços poderão ser difíceis.

Os partidos oposicionistas ameaçam com protestos ainda mais amplos se o presidente Zia não concretizar os planos para a realização de eleições gerais segundo a Constituição de 1973, que de momento está suspensa. O establishment militar não mostra, no entanto, interesse em acelerar o processo de redemocratização. Um dos motivos dessa demora parece ser o recente acordo de cooperação

militar firmado com os Estados Unidos, no começo de Outubro.

Outro motivo mais importante está ligado a questões domésticas. Fora da região de Sindh, que é controlada pela Oposição, os políticos do Governo não têm conseguido mobilizar as populações do Baluquistão e Punjab, em apoio ao general Zia. Em Sindh, está localizada a principal base do Partido Popular do Paquistão, fundado pelo ex-presidente Ali Bhutto, e que é ainda considerado o maior partido do país, além de ser o responsável directo pelas principais dores de cabeça do regime militar.

A situação fica ainda mais complicada se levarmos em conta os anos de exploração e miséria que fizeram surgir no sector agrá-

rio um movimento político de esquerda muito forte.

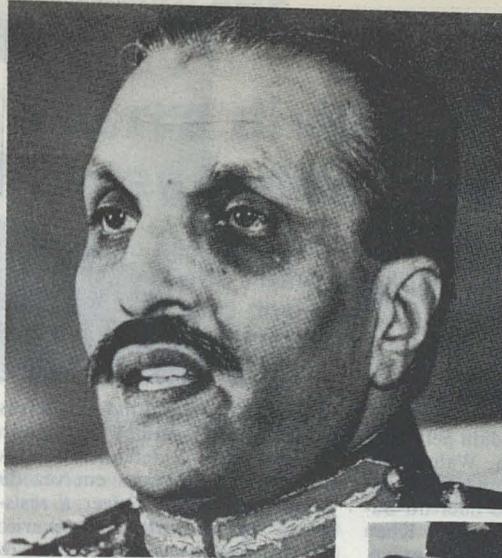
A crise paquistanesa entrou em ebulição em 12 de Agosto passado, quando o presidente Zia ul-Haq anuncioou o plano de implantar um regime presidencialista após as eleições que, segundo o governante paquistanês, deveriam ser realizadas em 23 de Março de 1985. O anúncio do plano inclui a realização de eleições em duas etapas: a primeira a nível municipal, sem participação de partidos e com data prevista para Setembro de 84; a segunda etapa prevê a eleição de assembleias provinciais, a assembleia nacional e o senado, em Março de 85. Nessa segunda etapa o Governo omitiu qualquer referência específica aos partidos políticos.

O plano apresentado pelo general Zia estabelece que o Presidente da República assumirá também os cargos de comandante supremo das forças armadas, devendo indicar ainda os governadores provinciais e o comissário-chefe do processo eleitoral. O presidente nomeará o primeiro-ministro, que deve obter um voto de confiança do Congresso 60 dias após a sua indicação.

Será formado um conselho de segurança nacional, composto por 16 membros, que não ficarão sujeitos ao Parlamento e terão o poder de decretar o estado de emergência, e poderão fazer emendas à Constituição de 1973.

A Oposição

Quase todos os partidos políticos, incluindo o MRD (Movimento de Restauração da Democracia) rejeitaram o plano governamental, exigindo em troca a anulação imediata da lei marcial e a plena restauração da Constituição de 1973. O MRD e os demais partidos afirmam que nenhuma emenda constitucional pode ser imposta pelo governo actual, e que só uma assembleia constituinte tem autoridade para aprovar alterações dessa natureza. Esse objectivo foi unanimemente aprovado por todos os partidos do MRD, desde o Partido Popular do Paquistão (fundado por Bhutto e actualmente dirigido pela mulher e a filha dele), até ao Partido Democrático Nacional, liderado por Khan Abdul



O general Zia (ao lado) quer um regime presidencialista. Mas os partidos oposicionistas — incluindo o Popular, fundado por Bhutto (em baixo) — opõem-se a tal pretensão e exigem eleições gerais

Wali Khan.

A frente de partidos afirmou também que uma vez alcançada a extinção da lei marcial, eles conorrão independentemente às eleições, tanto regionais como nacionais. O acordo final foi adiado anteriormente várias vezes, devido à posição hegemônica do PPP, de Zulfiqar Ali Bhutto. Mas desde que o partido se declarou a favor da autonomia regional completa, as resistências desapareceram, permitindo a umião oposicionista, forjada na resistência à repressão governamental.

Não existem estimativos sobre o número de pessoas detidas ou mortas pelo regime militar. As cifras oficiais indicam no entanto que o número de presos monta a dois mil e o de mortes chega a 30. Os dois números são rejeitados pela oposição como muito menores do que a realidade. Fontes do MRD, em Londres, afirmam que nada menos de cinco mil oposicionistas paquistaneses foram para a prisão e que não menos de 100 foram eliminados pelos serviços de segurança do general Zia.

A maioria das vítimas é da região de Sindh, onde o movimento oposicionista ganhou uma força tão grande que chegou a surpreender até os mais experientes observadores da política paquistanesa. Nem o carisma da família Bhutto, nem o velho nacionalismo sindhi são suficientes



para explicar a amplitude do fenômeno. Um artigo publicado recentemente pelo jornal *Muslim*, de Karachi, apontou a organização Sindhi Awami Tehrik, liderada pelo intelectual de esquerda Rasul Bux Palejo, como o principal núcleo da oposição em Sindh.

A nova esquerda

Preso por vários anos durante o regime de Bhutto, Palejo rejeitou o nacionalismo sindhi do venerável G. M. Syed e a "velha esquerda", como sendo pró-norte-americanos e desinteressados numa mudança radical das estruturas socio-económicas do país. Defendendo incondicionalmente o federalismo unitário do Paquistão, o grupo de Palejo é muito activo entre os camponeses, e mais de 1.200 militantes da organização foram já detidos pela polícia, segundo o *Muslim*.

Nas cidades, a liderança do PPP mostrou-se extremamente activa, como demonstram os ataques realizados contra propriedades governamentais e instalações policiais. Na região de Punjab, relativamente calma até às últimas semanas, milhares de profissionais liberais deram um apoio aberto ao movimento. Apesar disso, a região tem poucas hipóteses de se rebelar contra o regime devido à presença maciça de guarnições do exército e dos serviços de segurança do governo. A única possibilidade é que o general Zia acabe por contrariar os interesses de Punjab, o que é pouco provável.

Essa visão é defendida pelo líder da área da fronteira, Wali Khan, filho do legendário Khan Abdul Ghafar Khan, e pelo líder do Baluquistão, Sardar Ataullah Khan "Mengal", actualmente no exílio. Wali voltou ao Paquistão na primeira semana de Outubro depois de se submeter a um tratamento médico em Londres e foi imediatamente preso. Seu pai e sua mulher foram também detidos.

Khan disse, pouco antes de deixar a capital inglesa, que o Paquistão somente sobreviverá se a democracia for restaurada, com as populações dos quatro estados a gozarem da maior autonomia provincial possível, e se, ao mesmo tempo, os norte-americanos abandonarem o país. Admitiu que as regiões da fronteira sofreram muito na época de Bhutto, mas reconheceu que o antigo líder do PPP fez o que os dirigentes do Punjab queriam que ele fizesse.

A última batalha

Sardar Mengal, falando num grande comício em Londres, em Setembro passado, afirmou que o povo do Baluquistão travará em breve "a sua última batalha por um Paquistão independente e unitário" juntamente com os sindhi. "Durante mais de 30 anos — disse Mengal — os baluqui e os sindhi soterraram os efeitos da dominação do Punjab na política interna do País". O dirigente baluqui, exilado desde 1977, é o chefe dos mengal, uma das quatro grandes etnias da região. As outras três são os bugti, os bezen e os marri.

Como no tempo de Bhutto, Zia

Weinberger:
"estreitas
ligações"



responsabilizou os donos das terras pelos protestos actuais, afirmando que eles estão a defender os seus interesses económicos em vez da democracia. Para vencer a resistência oposicionista, o governo iniciou uma investigação sobre os bens dos grandes latifundiários que, segundo a versão oficial, "dezem milhões de rúpias (moeda nacional) aos bancos comerciais, e possuem grandes quantidades de terras, violando os dispositivos da reforma agrária" conforme revelou o *Pakistan Times*.

Simultaneamente foi lançado um programa de desenvolvimento do Baluquistão, num montante de 125 milhões de dólares durante o ano fiscal em curso. Mas essa medida não parece ser suficiente para conter o movimento oposicionista na região. Os políticos de Punjab mostram-se muito preocupados com o nível de protestos e estão a planejar uma série de medidas adicionais para tentar neutralizar a rebelião, antes que ela se torne incontrolável.

Prolongadas reuniões militares tiveram lugar nos primeiros dias de Outubro, ao mesmo tempo em que surgiram informações de que os aliados ocidentais estão a estimular o general Zia a oferecer concessões aos políticos. Se isso não funcionar, a cúpula militar poderá voltar-se para uma tentativa de substituir o general Zia por um outro oficial da mesma patente, com um passado menos comprometido.

As especulações ganharam força depois da visita do secretário da Defesa dos Estados Unidos, Gaspar Weinberger, a Islamabad, na primeira semana de Outubro. O

emissário de Ronald Reagan disse, após longas conversas com os militares paquistaneses, que os protestos anti-norte-americanos não interferirão nas "estreitas ligações entre os Estados Unidos e o Paquistão". Disse também que "os dois países têm muita coisa em comum na defesa da democracia e da liberdade".

O regime de Zia vai provavelmente usar esse apoio externo para ignorar os partidos envolvidos na actual onda de protestos e procurar um acordo com grupos da direita como a Liga Muçulmana e o *Jamiat-ul-ulema-I-Pakistan*. Há rumores de que o governo espera com isso convencer alguns sectores do MRD a negociar. Mas existem posições bastante fortes, dentro do próprio regime, contrárias a um isolamento completo dos grupos oposicionistas ou contra a tentativa de destruir-los.

O ex-homem forte do exército, o general da reserva Faiz Ali Chisti advertiu os responsáveis pela lei marcial para não excluirem o PPP de qualquer tipo de diálogo político. O general Chisti, que abandonou o governo de Zia em Março de 80, disse que o partido de Bhutto ainda é o maior do país. Afirmou que a Liga Muçulmana e os grupos Jamaat, que estão a negociar com o governo, não têm a representatividade necessária para assegurar uma normalização política do Paquistão.

Mas, aceitar contactos com o PPP, abandonando os grupos oposicionistas do Baluquistão e Sindh, poderá ser uma ameaça ainda mais séria para a frágil unidade e estabilidade interna do país.

A guerra divide os militares indonésios

Após a aceitação de um cessar-fogo, o exército indonésio volta atrás. A guerra intensifica-se. Mas as divergências nos altos comandos militares tornaram-se públicas

Etevaldo Hipólito

NÃO há dúvida de que o regime militar da Indonésia perdeu uma excelente oportunidade de encontrar uma saída honrosa para o confronto com a República Democrática de Timor Leste. A notícia da realização de conversações em áreas libertadas pela Fretilin (Frente de Libertação de Timor Leste) e da vigência do cessar-fogo em todo o território maubere chegou a ser saudada como um dos mais importantes acontecimentos já verificados na área, desde o fim da guerra de agressão contra o Vietname. O sentimento experimentado no momento era de que, finalmente, o bom senso tinha-se imposto no seio da equipa governamental do general Suharto. Ao reconhecer a situação existente e procurar o diálogo, os invasores teriam concluído pela possibilidade de retirar-se a tempo do atoleiro em que pouco a pouco as forças armadas indonésias se foram metendo.

Mas isso não se deu. Em resposta ao documento encaminhado pelo comandante Kay Rala Xanana ao presidente indonésio, (ver *cadernos do terceiro mundo* n.º 55) o que foi tornado público equivale a algo mais que um ultimato para a rendição incondicional. No dia 8 de Agosto passado, o general Beny Murdani, chefe do Estado-Maior da Indonésia, anunciaava "que desta vez não haverá misericórdia. As forças armadas usarão todos os meios que possuem na operação de limpeza".

Quando este militar fala em misericórdia, não deixa de soar macabro, pois as tropas do seu país já liquidaram o correspondente a um quarto de toda a população maubere. O que na realidade ele adianta é que a nova operação em curso deverá ser muito mais impressionante que a levada a cabo por ocasião da invasão de 7 de Dezembro de 1975.

Cinco meses após o encontro em Lari Guto entre o comandante Kay Rala Xanana e o coronel Purwanto, torna-se patente a existência de uma luta surda entre o grupo defensor do prosseguimento da invasão e os sectores que defendem uma solução negociada para o conflito. Numa primeira interpretação, a entrada em cena

de novos contingentes poderia parecer uma vitória decisiva da linha militarista. Mas o aumento do número de unidades que se recusam a combater, principalmente a partir de 1 de Setembro passado, demonstra que a rejeição à guerra é um facto concreto que emprende dia a dia os planos traçados em Jacarta.

À parte as considerações de ordem estratégica, existem outros motivos que ditam o recomeço das operações e que acirram, evidentemente, o confronto entre as duas tendências. Já são mais que conhecidos os atritos que opõem os chamados operacionais aos responsáveis pela logística. Estes últimos vêm no prosseguimento da guerra uma forma de enriqueci-

As tropas indonésias já liquidaram cerca de um quarto da população maubere



mento, pois a compra de material bélico, o controlo sobre as folhas de pagamento e o manejo de verbas especiais proporcionam aos responsáveis directos e à sua rede a oportunidade de robustecer as suas contas bancárias. E tudo isso sem arriscar a pele nos combates contra os guerrilheiros da Fretilin. Os primeiros sentem na própria carne a dureza de uma luta que já lhes custou milhares de mortos e mutilados, sem oferecer nenhuma perspectiva humana ou politicamente justificável.

Operação rapina

Um exemplo de enriquecimento fácil e das suas consequências imediatas na guerra encontra-se sintetizado na figura do general Beny Murdani. Pertencendo, embora, a um corpo de operacionais, é hoje um dos principais porta-vozes da "linha dura" indonésia. Essa posição não pode ser explicada somente pelo facto de ele não se encontrar no campo de batalha mas num gabinete em Jacarta. É claro que, para ele, a guerra e todos os seus horrores resumem-se a mapas desdobrados sobre as mesas de um bem montado escritório. O motivo principal reside no verdadeiro assalto feito contra numerosas propriedades rurais. Os antigos donos que não quiseram compreender o que se passava com a invasão de Timor Leste ou que não tiveram tempo de fugir, foram fuzilados.

Dessa forma, nasce a empresa *PT Denock Hernandez International* para controlar a comercialização de todo o café produzido em Timor Leste. Tendo como época provável de introdução na ilha o século XVIII, esse produto tornou-se a partir de 1865 num dos principais artigos da exportação colonial. Internacionalmente conseguiu ser colocado pela Organização Mundial do Café entre as espécies de mais alta cotação. Quando os indonésios desencadearam a invasão, Murdani proibiu, nas áreas sob o seu controlo, que os mauberes transportassem, ainda que fosse apenas um pequeno pacote, de um distrito para outro. Os seus agentes recolhem o produto a 25 centavos de dólar norte-americano (cerca de 32 es-

culos portugueses) o quilo e a empresa do general exporta-o a 20 dólares (2560 escudos portugueses).

Logo que invadiram o território maubere, os indonésios promoveram uma meticulosa perseguição contra a comunidade chinesa, obrigando os seus 40 mil membros a fugir ou a passar para a resistência armada. O objectivo da repressão era afastar competidores na área do comércio exportador e importador, além de estabelecer um controlo sobre a rede de comercialização por eles montada em todo o país. A cada nova operação militar irá corresponder um projeto económico específico. Assim, não será estranha a introdução do trabalho forçado nas regiões onde os inimigos conseguiram estabelecer-se. Num dos numerosos relatos enviados clandestinamente de Timor Leste, um missionário denuncia que, enquanto os invasores recorrem à fome como arma de guerra, "em lugares escondidos, as mulheres são obrigadas a passar a noite fora de casa limpando tenebradas de arroz para serem comercializadas pelos dominadores".

Mas nem só da ganância de uma meia dúzia de generais indonésios se alimenta a agressão contra Timor Leste. Ela seria, quando muito, a motivação mais visível e imediata. A posição estratégica da ilha e a riqueza comprovada em petróleo no território maubere, dão uma dimensão mais ampla a essa desastrosa aventura militar. Na realidade, Timor Leste é mais rico do que se diz, e a imprensa capitalista pouco ou nada esclarece sobre o valor da sua localização geográfica.

No que diz respeito à riqueza mineral, a sua existência despertou o interesse, no final do século XIX, de homens de negócios estrangeiros estabelecidos em Hong Kong e Singapura. Até então, o que o país tinha de mais conhecido era o sândalo, que a predição colonial quase levou à extinção. Ouro, cobre, galena, cromite e manganês seriam algumas dessas jazidas mais importantes que viriam motivar a organização de grupos de pesquisa nas décadas seguintes.

Foi ao petróleo, no entanto, que se dedicou a maior atenção, apesar de, na prática, o governo colonial não ter avançado na pesquisa e

exploração desse combustível. A sua existência e utilização em Timor Leste já vem de longa data, pensando-se que Lacluta seria a região de maior concentração. De forma rudimentar, era recolhido pelos mauberes nas zonas pantanosas, refinado e empregado na iluminação. Segundo estudos divulgados pela Agência Geral de Ultramar, em 1956, foram encontrados vestígios petrolíferos nas áreas de Bobonaro, Barique, Debos, Cribas e Aliambata. Neste último local, constatou-se a existência de petróleo a, apenas, 60, 90 e 140 metros de profundidade (1).

Num extenso artigo publicado na revista *Funu*, o jornalista australiano Denis Freney detalhou a forma como a CIA norte-americana utilizou a companhia petrolífera *Oceania Exploration* para influir na situação política de Timor Leste, logo após a queda da ditadura portuguesa em 1974. A obtenção de um contrato para a exploração do mar de Timor dava-lhe cobertura adequada para outras actividades paralelas. Numa primeira constatação, verificou-se que, à medida que J. B. Bakken, o seu tesoureiro-geral, se torna mais presente em Dili, as posições da UDT (2) vão evoluindo do rompimento com a Fretilin até à sangrenta tentativa de golpe, em Agosto de 1975. Um papel de destaque em toda essa trama — de acordo com o mesmo artigo — foi desempenhado por Jaime Santos, membro influente da organização direitista e representante da *Oceania* em Dili. Por seu intermédio, entraram no território os armamentos a serem utilizados na intentona golpista.

Outro dado igualmente relevante indica que os contra-revolucionários foram orientados a partir do exterior. As mensagens interceptadas e gravadas que partiam do aeroporto de Baucau, em poder da UDT, continham pedidos de mais ajuda militar. Em Sydney, Austrália, as mensagens eram recebidas por Roger Ruddock, piloto australiano que participou nos bombardeamentos contra posições da Fretilin. "Pede-se à base de comando para contactar Guam", solicitavam os golpistas em dada altura.

Envolvimento norte-americano

A menção feita à base militar dos EUA reforçou as suspeitas de que o governo norte-americano também esteve envolvido de forma directa na fracassada tentativa para tirar a Fretilin da cena. A presença de conselheiros militares no campo de batalha foi diversas vezes denunciada pela emissora oficial do governo maubere, entre 1977 e 1978. Além de orientarem as tropas indonésias durante os combates, os conselheiros norte-americanos estabeleceram campos de treino em Aileu e Laklubar.

Desde o primeiro momento da invasão, o presidente Gerald Ford e Henry Kissinger evitaram qualquer tipo de comentário sobre a posição dos EUA. O silêncio oficial foi acompanhado de medidas tomadas nas Nações Unidas para reduzir a agressão a um segundo plano, eliminando-a, se possível, da agenda de trabalho. Através do embaixador Daniel P. Moynihan, e segundo as suas próprias palavras, o Departamento de Estado norte-americano manobrou para que a ONU se mantivesse completamente neutralizada, incapaz de concretizar qualquer decisão tomada.

Todo o trabalho de sabotagem então desenvolvido tinha como finalidade evitar denúncias e debates em torno não só da presença de militares norte-americanos em território maubere — pilotos inclusivos — como ainda sobre as remessas de armas para as tropas invasoras. O cerco estabelecido pela Indonésia contra Timor Leste, em 1975, foi feito com navios de guerra, aviões de combate e outro equipamento fornecido pelos EUA. Quando Ford e Kissinger visitaram Jacarta, no dia 6 de Dezembro, nas vésperas da invasão, a única objecção que apresentaram a Suharto referia-se ao facto de a operação ir ter lugar enquanto eles se encontravam em território indonésio. O governo de Jacarta retardou, então, a agressão o tempo suficiente para que ambos chegassem a Hawaí.

O governo norte-americano considera de extrema importância que os estreitos de Ombai-Wettar, situados no norte de Timor Leste,



estejam nas mãos dos seus aliados. Segundo especialistas militares, a sua importância reside em que se encontra ali a única passagem de águas profundas entre os oceanos Índico e Pacífico. E isso permite a travessia, tranquila e despercebida, de submarinos nucleares dos Estados Unidos.

A própria divulgação da notícia sobre a existência de um cessar-fogo não deixou de levantar especulações quanto ao seu real significado. O despacho original saiu de Jacarta e não foi precedido de nenhum comunicado oficial ou algo semelhante. Chama, pois, a atenção o facto de um acontecimento tão importante, delicado e normalmente sujeito a uma série de restrições, ser posto a circular sem problemas aparentes. Os mecanismos habituais de censura do governo não funcionaram, o que parece evidenciar que havia interesse na sua publicação.

Para alguns analistas das questões políticas da área, o mais provável é que a "filtragem" tenha sido obra de altos escalões militares pouco entusiasmados com o prosseguimento da guerra e muito menos com o regime de Suharto. O objectivo dessa manobra seria duplo: demonstrar que há uma alternativa viável para a resolução do conflito e procurar junto da opinião pública internacional senão apoio pelo menos simpatia para uma ofensiva visando derrubar o



Gerald Ford: sem comentários

governo. Apesar do retrocesso sofrido, a simples existência de uma corrente militar partidária dessa linha de ação tem o seu mérito. Demonstra que a resistência maubere constitui uma ameaça concreta para a estabilidade do palácio presidencial de Jacarta. Romper unilateralmente as conversações e violar o acordo de cessar-fogo equivale, para os indonésios, a afundar-se ainda mais no atoleiro em que caíram quando, em Dezembro de 1975, resolveram lançar os primeiros contingentes de pára-quedistas sobre Timor Leste. □

(1) "Timor Português", Hélio A. Esteves Felgas, Lisboa, 1956.

(2) UDT — União Democrática de Timor, grupo conservador, partidário da manutenção dos laços com Portugal, apoiou a invasão indonésia, em 1975.

arnaud

desde 1870

EM QUALQUER PONTO QUE PRECISE

CARGA AÉREA
FRETAMENTOS
GRUPAGENS
DESPACHOS
CONTENTORES
CAMIÕES TIR

PORUGAL

LISBOA

ESCRITÓRIOS

Av. 24 de Julho, 2-2.º D
Telef. 361391/2/3/4/5
Telex 12704 ARNAU P
1200 LISBOA

REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA

LUANDA

Av. 4 de Fevereiro
Edifício Presidente, SALA 441, 4.º Andar
Caixa Postal 2271
Tel. 71788/71483/71518
TELEX 3159 ARNAUD AN
LUANDA

PORUGAL

PORTO

ESCRITÓRIOS

Rua Infante D. Henrique, 83-2.º
Telef. 315511
Telex 22200 ARNOPO P
4000 PORTO

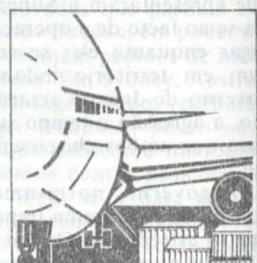
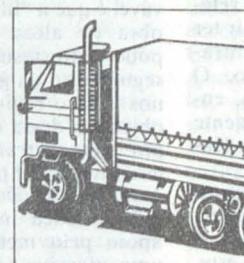
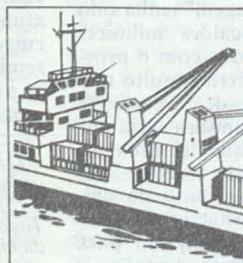
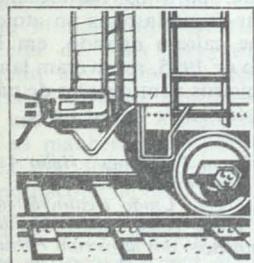
REPÚBLICA POPULAR DE MOÇAMBIQUE

MAPUTO

Av. Armando Tivane, 494
Tel. 741143
Telex 6528 COFIN MO
MAPUTO

TERCEIRO

MARINHA GRANDE • AÇORES • MADEIRA





Brasil-África do Sul As relações não declaradas

Minucioso levantamento da crescente
ingerência de capitais sul-africanos na
economia brasileira traz à tona o estreito
relacionamento entre os dois países

David Sig

A principal companhia sul-africana interessada em expandir as suas actividades ao território brasileiro foi a gigantesca *Anglo American Corporation of South Africa Limited* (ANGLO). Fundada em 1917 por Ernest Oppenheimer, um avaliador de diamantes, com o apoio financeiro de J. P. Morgan e de interesses britânicos, a companhia tornou-se a maior firma de mineração de ouro do mundo, além de engolir a *De Beers Consolidated Mines*, uma grande produtora de diamantes que controlava o monopólio do comércio de diamantes do mundo. Entre 1957 e 1982, a ANGLO foi presidida pelo filho de Ernest, Harry Oppenheimer¹.

A actividade básica da ANGLO é a mineração. Além de ouro e diamantes, produz carvão mineral, urâno, cobre, níquel, estanho, asbestos, minério de ferro, chumbo, zinco, potassa, volfrâmio (tungsténio), nióbio e platina. Entretanto, diversificou as suas actividades, passando para os campos da siderurgia, produtos químicos, engenharia pesada, produção de veículos, construção, papel, produtos têxteis, seguro e bancos. Adquiriu experiência e especializou-se em explosivos, equipamentos de perfuração, sondagem e serviços geológicos.

Na sua globalidade, as diferentes actividades da ANGLO na África do Sul fazem dela a companhia privada mais poderosa do país. As acções das companhias e sociedades anónimas por ela controladas constituem metade do total de acções negociadas na Bolsa de Valores de Joanesburgo². Mas a ANGLO nunca se limitou exclusivamente à África do Sul, e tem interesses consideráveis em qualquer dos seis continentes. Um exemplo: através da sua associada Minorco, com sede nas Bermudas, ela é hoje o maior investidor estrangeiro nos Estados Unidos da América.

O impeto de diversificação da ANGLO foi estimulado por vários factores, o principal dos quais consistiu no preço constante do ouro (1934-69), que limitou os lucros potenciais e reduziu drasticamente a vida económica em potencial das suas minas de ouro. Isto levou a uma diversificação para outros campos



O sector extractivo brasileiro tem sido o alvo preferencial dos interesses sul-africanos

que não o ouro, a partir da década de 60. Outro factor foi a situação política instável no país sede da firma, a África do Sul.

As duas últimas décadas foram marcadas por uma violenta repressão estatal, greves importantes, além da revolta do Soweto e das suas consequências. Oppenheimer, fundador do Partido Progressista (hoje parte do Partido Federal Progressista, que é a "oposição oficial"), de orientação liberal pró-capitalista, sempre defendeu a necessidade da transformação social como garantia da sobrevivência do capital monopolista na África do Sul. Contudo, como as mudanças ocorriam com demasiada lentidão, a companhia tomou medidas estratégicas no sentido de usar outras regiões do mundo como base para o número crescente das suas operações.

Desembarque no Brasil

O Brasil foi ignorado até 1973, altura em que esta firma criou uma subsidiária no Rio de Janeiro, a Anglo American Corporation do Brasil — Administração, Participação e Comércio em Empreendimentos Mineiros Limitada (AMBRÁS), que iria tornar-se no *holding* para a maioria dos activos do grupo neste país. Oppenheimer procurou tirar o máximo proveito da política do governo brasileiro de desnacionalização do sector mineiro. Além disso, beneficiou de um privilégio legal, através do qual os cidadãos portugueses gozavam dos mesmos direitos que os brasileiros no sector comercial, colocando o dr. Mário Ferreira, cidadão português, na presidência da AMBRÁS.

Ferreira chefia anteriormente as operações da ANGLO na então colónia portuguesa de Moçambique, na época em que a firma participava num consórcio internacional para construir a barragem de Cabo Bassa, no rio Zambeze, em fins da década de 60. Na ocasião, o projecto foi criticado como parte de um plano estratégico de colonização promovido pelo governo português a fim de atrair imigrantes brancos³. Constava ainda que Ferreira tinha íntima ligação com Jorge Jardim, comerciante de Moçambique, profundamente ligado ao regime fascista de Salazar-Caetano e colaboracionista da PIDE, a famosa polícia política portuguesa, extinta com o 25 de Abril, que, até à sua recente morte financiou e coordenou, sob o comando da África do Sul, operações terroristas contra o regime daquele país africano.

A mina de Morro Velho

Na sua preocupação com o ouro e diamantes, a AMBRÁS demonstrou interesse na exploração e aquisição de investimentos mineiros. Na época, a mineração de ouro no Brasil atravessava uma fase de depressão. A principal mina de ouro, Morro Velho, localizada em Nova Lima, próximo da capital de Minas Gerais, tivera uma história turbulenta sob o controlo inglês, entre 1830 e 1960, altura em que foi adquirida por três brasileiros pela quantia simbólica de um dólar⁴.

A figura principal desta operação foi Walter Moreira Salles, dono da União dos Bancos (hoje Unibanco), ex-embaixador e ex-ministro brasileiro.

O investimento causou enormes problemas a Moreira Salles e sócios. A mina estava em péssimas condições, com equipamento obsoleto, um extenso contingente de mão-de-obra e graves problemas técnicos. Era a mais profunda da América Latina, atingindo 2.450 metros, e os seus níveis inferiores, superaquecidos, tornavam impossível a perfuração. O preço constante do ouro tornava proibitivo qualquer novo investimento substancial. Moreira Salles contava com generosos subsídios do governo a fim de manter a operação, cuja produção e produtividade eram mínimas, e cuja mão-de-obra sofria condições de trabalho perigosas e insalubres, sendo objecto de frequentes denúncias na imprensa local.

O ex-superintendente de Morro Velho, Guido Jacques Penido, mencionou a gravidade da situação em Setembro de 1968, ao declarar durante a XX



Harry Oppenheimer: a estender as suas actividades para o Brasil

Semana de Estudos de mineração e Metalurgia: "A recuperação é o primeiro passo para garantir a manutenção da contribuição da mina, que constitui 25% da actual produção brasileira (de ouro). O problema é tão grave que requer medidas imediatas, uma vez que, nos quatro anos necessários para a reconstrução, a mina ficou virtualmente paralisada do ponto de vista económico, e é humanamente impossível continuar a explorá-la"⁵.

Assim, a oferta do grupo Oppenheimer — de comprar a substancial minoria de 49% do capital da Morro Velho — foi bem recebida por Moreira Salles, que viu assim a oportunidade de utilizar a capacidade tecnológica da ANGLO, o seu vasto acesso ao capital e o seu desejo em se diversificar geograficamente, estendendo-se para fora da África do Sul.

A transacção conquistou o apoio do então ministro Mário Henrique Simonsen, a tal ponto que a sua Companhia Bozzano Simonsen esteve inicialmente muito interessada em comprar metade das ações da Oppenheimer. Contudo, o grupo Simonsen nada fez até que Mário Henrique Simonsen deixou o cargo de ministro, há já algum tempo. (Ele tinha sido acusado, quando ainda no cargo, de fazer concessões fiscais à Souza Cruz, uma empresa de tabacos de propriedade inglesa, e constava que tinha sido recompensado com ações da companhia.)⁶

O depoimento desaparecido

Mas o entusiasmo do governo em relação ao advento da ANGLO em território brasileiro era contrabalançado pela apreensão de um bom número de políticos. Duas comissões parlamentares de inquérito foram criadas na Câmara dos Deputados, uma para examinar a política brasileira de mineração e a outra, o papel do capital estrangeiro no país⁷.

As duas comissões eram competentes para examinar a transacção de Morro Velho, e a comissão da política de mineração convocou Moreira Salles para prestar declarações. Estranhamente — e infelizmente para os historiadores —, a parte que continha os seus depoimentos, referentes especificamente à transacção, foi omitida na publicação, do relatório final⁸.

O resultado foi o de não ter havido qualquer crítica séria contra a transacção, apesar das intenções de alguns deputados nacionalistas que constituíam a comissão.

De forma semelhante e apesar do cerrado interrogatório feito às testemunhas, a comissão sobre as transacionais não conseguiu esclarecer totalmente a questão da entrada de capital sul-africano no Brasil.

O então ministro das Minas e Energia, Shigeaki Ueki, foi inquirido a respeito da transacção, tendo apresentado o imperativo tecnológico como argumento para aceitar a nova presença sul-africana: "Na verdade, só a ANGLO American tem o melhor *know-how* para a exploração do ouro a tal profundidade (...), daí que este grupo nacional (Moreira Salles e sócios) tenha considerado conveniente a associação. Esperamos que, com ela aumente a produção de ouro. O negócio foi fechado há um ano (1975). Penso que o grupo nacional fechou a transacção em condições excelentes, pois, de lá para cá, o preço do ouro caiu de 200 para 130 dólares"⁹.

O depoimento de Ueki, ao invés de ter sido profundamente dissecado, foi incluído, aos pedaços, no relatório final da comissão pelo seu presidente Herbert Levy, como parte do resumo geral da situação e como se fosse a opinião ponderada de toda a comissão¹⁰.

Porque razão tal aconteceu? Em primeiro lugar, porque havia no Brasil considerável ignorância sobre a natureza da ANGLO American e do papel que a firma desempenhava nas economias sul-africana e

mundial. Os deputados, embora criticassem a situação, recuaram facilmente ante o pretexto tecnológico, aprovando a admissão da ANGLO nas áreas mais promissoras da mineração brasileira e deixando de lado as implicações políticas. Em segundo lugar, porque Harry Oppenheimer tinha visitado o Brasil, sendo recebido pelo então presidente Geisel¹¹. A importânsia desta audiência num Brasil totalitário significava a aceitação da transacção.

Ela iria constituir o trampolim para novos investimentos da ANGLO, no Brasil. A firma conseguiu ainda comprar, ao senador Nélson Carneiro, do antigo MDB, uma vasta extensão de terras no interior da Bahia, próximo da cidade de Jacobina. Esta propriedade foi mais tarde incorporada na companhia Morro Velho, uma vez que era rica em ouro. O capital investido em ambas as explorações de ouro (Morro Velho e Jacobina) alcançará o total de 306 milhões de dólares, em fins de 1988 (ver Quadro I).

Simonsen por dentro

Em Março de 1980, a AMBRÁS adquiriu 49% da Companhia Siderúrgica Hime S/A, que pertencia ao grupo Bozzano Simonsen. O órgão de informação interna da ANGLO, *Optima*, publicou um brilhante elogio a Mário Henrique Simonsen nas suas páginas e a firma passou a declarar nos seus relatórios anuais uma crescente participação acionista no banco de Simonsen e no seu grupo industrial. Os dividendos pagos à AMBRÁS atingiram 0,7 milhões (Março

QUADRO I

PLANOS DE EXPANSÃO DE MORRO VELHO EM TERMOS DE INVESTIMENTOS

Projecto/Área	Investimento em US\$ milhões			
	Passado		Futuro	
	Período	Valor	Período	Valor
A. Projecto de Pesquisa Geológica	1978/82	4,9	1983/85	6,3
B. Reequipamento e Modernização	1978/82	6,2	1983/85	1,6
B.1 Mineração	1978/82	2,3	1983/85	0,6
B.2 Metalurgia	1978/82	4,0	1983/85	1,7
B.3 Engenharia	1978/82	2,9	1983/85	1,1
B.4 Administração	1978/82	5,9		
C. Projecto de Defesa Ecológica	1978/82	0,8	1983/85	0,3
D. Projectos de Propriedades e Habitação	1980/82	70,0		
E. Projecto Jacobina (Bahia)				
F. Projecto Cuiabá-Raposos	1981/82	1,2		
F.1 Engenharia de processos e estudo de viabilidade			1983/85	124,6
F.2 Implementação — Fase 1			1985/88	73,0
F.3 Implementação — Fase 2				
Total	1978/82	98,2	1983/88	208,6
Total Geral			US\$ 306.800,00	

Fonte: Juvenil T. Félix, "Ouro: um bom mineral que se confunde com a história do Brasil. Os 150 anos de Mineração Morro Velho — estágio actual e programa de expansão em curso", Maio, 1983.

1982) e 1,6 milhões de dólares (Março de 1983).

O objectivo alegado para a aquisição da Hime consistia em estender os interesses da AMBRÁS à área da metalurgia e possuir uma base de pesquisas para a exploração de metais não-ferrosos. Mas a Hime era dona de 1% do capital da Morro Velho e, no mesmo ano, comprou a Companhia Valença de Participações, de Moreira Salles, que detinha os restantes 50% do capital do grupo Morro Velho.

A nova distribuição de accionistas reforçou o controlo da ANGLO sobre Morro Velho, com uma participação directa de 49% e uma indirecta de mais 25% (49% de 51%). A participação do grupo Bozzano Simonsen foi reduzida para 25% (51% de 51%). Subsequentemente, a Valença foi absorvida e deixou de existir.

As objecções práticas a esta situação que, de facto, equivalia à completa desnacionalização, forçaram a associação Simonsen-ANGLO a disfarçar ainda mais a natureza da propriedade do seu capital. Em Novembro de 1982, anunciou-se que a Morro Velho procurava financiamento para cobrir 60% dos seus gastos com engenharia básica, tecnologia e compra de equipamentos junto do BDMG (Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais), FINAME (órgão do BNDES, Banco Nacional de Desenvolvimento Económico e Social), e FINEP (Financiamento de Estudos e Projectos, órgão do ministério do Planeamento).¹²

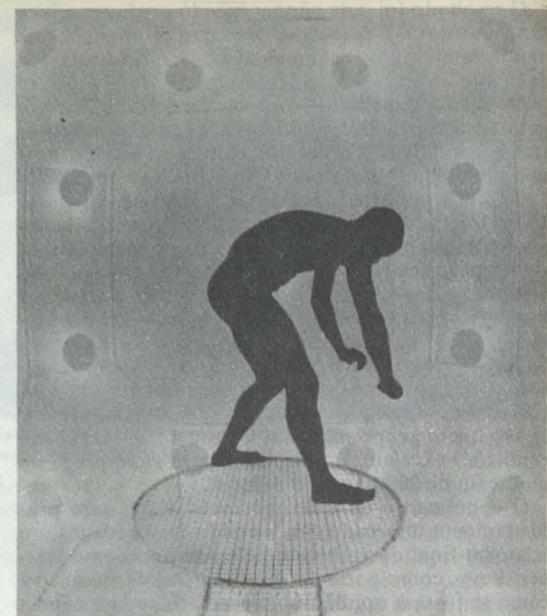
A informação foi rapidamente negada pelo FINEP, alegando que, a 14 de Outubro de 1982, tinha unanimemente rejeitado a solicitação da companhia porque o BDMG informara que, apesar de 51% do capital da Morro Velho ser propriedade de cidadãos brasileiros, o controlo efectivo da firma estava nas mãos de uma companhia estrangeira. Por este motivo, a Morro Velho deixou de receber financiamento oficial.¹³

De lá para cá, a propriedade do capital da firma sofreu certas mudanças na sua estrutura, a fim de parecer, pelo menos no papel, mais claramente sob controlo nacional. A estrutura actual parece reduzir ainda mais a participação da AMBRÁS, mas as participações cruzadas equivalem a uma percentagem de 45,4% no papel. Isto, porém, deixa de ter em conta o facto de a MINORCO, holding da ANGLO para as Américas, através de outras subsidiárias na Libéria, ser dona de significativas e crescentes percentagens do capital da Bozzano Simonsen e do seu banco.

De onde sai o ouro

A partir de estatísticas oficiais, fica evidente que o grupo Morro Velho é, de longe, a fonte mais importante de ouro extraído do subsolo brasileiro, fornecendo 97% do total, o que equivale a 17,4% da produção brasileira global de ouro em 1981. Na década de 1980, a produção dos garimpos começou a ganhar terreno sobre a produção do subsolo como fonte principal de ouro no Brasil.

Não obstante, embora a importância relativa da Morro Velho tenha declinado, a questão do ouro assumiu importância estratégica para a economia do país. O governo brasileiro, disposto a adquirir ouro



Para se adaptar às duras condições da mina, o trabalhador passa antes por um período de aclimatação a altas temperaturas

e a evitar que este seja contrabandeado, paga aos produtores preços superiores aos cotados no mercado oficial de Londres. O debate sobre a necessidade de se ter uma política nacional do ouro foi reaberto, tendo o assunto sido levado à baila no Senado brasileiro por Gabriel Hermes, (PMDB-Pará) presidente da Comissão de Minas e Energia, e ventilado na imprensa nacional.¹⁴ O teor do debate é de crítica à participação e controlo estrangeiros sobre a produção de ouro (que provavelmente aumentará substancialmente quando for iniciado o projecto na Serra dos Carajás), e favorável à criação de um Instituto Brasileiro do Ouro. Há também substancial interesse na criação de um órgão nacional de regulamentação do ouro — a Ourobrás. Caso estas sugestões venham a tornar-se realidade, a expansão da ANGLO em novas áreas de produção no Brasil será provavelmente detida.

Na sequência de tais acontecimentos, disseminar os seus investimentos noutras áreas da mineração e da indústria, bem como no sector bancário, como já atrás mencionámos.

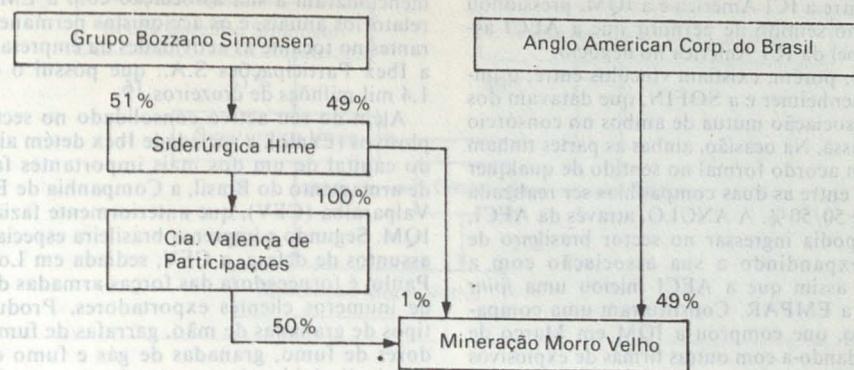
Também nos explosivos

Uma das principais aquisições foi a obtenção de significativa participação no sector de explosivos no Brasil, área de evidente interesse para a segurança nacional brasileira.

Em fins da década de 60, o perfil do sector de explosivos no Brasil, por participação no mercado, era o seguinte:

DIAGRAMA 1

ACCIONISTAS DA MINERAÇÃO MORRO VELHO, FINS DE 1980



Indústria bética brasileira (Imbel), estatal 30%
 Du Pont e outras firmas estrangeiras mais de 40%
 Companhias particulares brasileiras menos de 30%

As companhias particulares estavam a sofrer cada vez mais a pressão crescente da obsolescência da tecnologia, dificuldades de acesso ao financiamento e acirrada competição de preços da Du Pont e dos militares.

Além disso, os militares estavam ansiosos por controlar melhor a produção de explosivos e tinham meios de proibir quaisquer novas incursões no mercado mediante o sistema de licenciamento. Devido a estas pressões, várias companhias nacionais produtoras de explosivos foram vendidas a quem lhes pagasse o melhor preço, ou venderam as suas instalações de fabrico de explosivos de modo a financiar a diversificação noutras áreas da produção de produtos químicos.

Um dos principais compradores era a Sociedade Financeira Portuguesa (SOFIN), chefiada pelo professor Teixeira Pinto, ex-ministro das finanças no

governo salazarista de Portugal. Através da sua subsidiária brasileira, EMPAR, a SOFIN adquiriu várias companhias brasileiras em situação difícil, incluindo três fabricantes de explosivos: a Cobrex, a Rupturita e a Broca Meirelles, todas elas pertença de capitais particulares brasileiros e em decadência ou em dificuldades financeiras.

Outro importante fabricante de explosivos, a Indústria Química Mantiqueira (IQM), desejava igualmente encontrar uma forma de receber participação estrangeira, num esforço de sobreviver à concorrência representada pela Du Pont e pela Imbel. Em 1973, entrou em contacto com a ICI América, subsidiária norte-americana da *Imperial Chemical Industries Limited*, a maior companhia de capital privado do Reino Unido. Na ocasião, porém, a ICI América debatia-se com os seus próprios problemas na administração de investimentos nos Estados Unidos, México e Brasil.

A sede inglesa da companhia envolvera-se, há muitos anos, numa *joint venture* com a *De Beers*, da África do Sul, com a qual participava equitativamente (43%) na companhia que detinha o monopólio de explosivos, a AECI Ltda., (originalmente *African Explosives and Chemical Industries Limited*). A

QUADRO II

PRODUÇÃO BRASILEIRA DE OURO, 1978-1982 (toneladas)

Ano	Total	Morro Velho	Garimpos	Outros
1978	8,6	3,8	4,5	0,3
1979	4,3	3,1	0,9	0,3
1980	13,8	4,0	9,6	0,2
1981	24,1	4,2	19,7	0,2
1982	33,8	4,2	29,3	0,3

AECI produz explosivos para toda a indústria de mineração sul-africana, é a maior produtora comercial de explosivos do mundo e participa com uma parcela substancial dos lucros da ICI (UK)¹⁵. Assim, quando Oppenheimer soube da possibilidade de uma transacção entre a ICI América e a IQM, pressionou a ICI (UK) no sentido de permitir que a AECI assumisse o papel da ICI América no negócio.

Além disso, porém, existiam vínculos entre, o im-pério de Oppenheimer e a SOFIN, que datavam dos tempos da associação mútua de ambos no consórcio de Cabora Bassa. Na ocasião, ambas as partes tinham chegado a um acordo formal no sentido de qualquer *joint venture* entre as duas companhias ser realizada numa base de 50/50%. A ANGLO, através da AECI, pensou que podia ingressar no sector brasileiro de explosivos expandindo a sua associação com a SOFIN. Foi assim que a AECI iniciou uma *joint venture* com a EMPAR. Constituiram uma companhia, a Explo, que comprou a IQM em Março de 1974, consolidando-a com outras firmas de explosivos que a EMPAR adquirira anteriormente. A participação da AECI foi inicialmente limitada a 30%, e apenas em Maio de 1979 a EMPAR honrou o compromisso de 50/50%, presumivelmente vendendo os 20% adicionais à AECI pelo valor declarado de cinco milhões de dólares.

Enquanto isso, a revolução portuguesa de 25 de Abril de 1974 tornava-se uma ameaça para Teixeira Pinto. Antes que o governo pudesse nacionalizar a SOFIN, transferiu as suas operações para o Luxemburgo e para a Suíça. A EMPAR passou normalmente para o controlo dos seus directores brasileiros, mas continua a ter um importante e misterioso aliado suíço sob a forma de uma companhia conhecida pelo nome de *Dex Holdings*, que se pensa ser apenas uma cobertura para as operações de Teixeira Pinto.

Entre os directores da EMPAR encontram-se Gustavo Capanema (advogado de Teixeira Pinto e filho do ex-ministro da Educação do Brasil) e Franco Torresy (um italo-americano que mantém íntimas ligações com Oppenheimer através da associação numa firma de celulose em Angola, a Celangol).

Suspeitas justificadas

Posteriormente, o governo português, processou Teixeira Pinto por ter vendido a participação da SOFIN na EMPAR a um preço muito abaixo do valor do mercado. Em várias entrevistas, pescadores e empresários expressaram a opinião de que nem Caparema nem Torresy têm capital suficiente para realizar as suas numerosas transacções financeiras, e, consideraram que provavelmente, continuam a actuar em benefício de Teixeira Pinto.

Esta opinião foi partilhada pelo governo brasileiro, que se recusou a vender, durante a fase de descolonização, a sua Companhia Federal de Seguros ao grupo de Caparema, alegando que este último estava comprometido com financiadores estrangeiros. Depois de Caparema ter feito vários reajustamentos para eliminar a aparência de apoio financeiro estrangeiro, a sua companhia, a Carmo (que detém 21% do capital da EMPAR) conseguiu adquirir a Federal de Se-

guros numa segunda concorrência.

Assim, no sector de explosivos, os aliados da ANGLO são vistos com muita suspeita por vários sectores da comunidade comercial brasileira, bem como pelo governo português. Jamais a ANGLO e a AECI mencionaram a sua associação com a EMPAR nos relatórios anuais, e os accionistas permanecem ignorantes no tocante às actividades da empresa conjunta, a Ibex Participações S.A., que possui o capital de 1,4 mil milhões de cruzeiros.¹⁶

Além do seu activo consolidado no sector de explosivos (Explo), a sociedade Ibex detém ainda 100% do capital de um dos mais importantes fabricantes de armamento do Brasil, a Companhia de Explosivos Valparaíba (CEV), que anteriormente fazia parte da IQM. Segundo a imprensa brasileira especializada em assuntos de defesa, a CEV, sediada em Lorena, São Paulo, é fornecedora das forças armadas do Brasil e de inúmeros clientes exportadores. Produz "vários tipos de granadas de mão, garrafas de fumo, marcadóis de fumo, granadas de gás e fumo e para reprimir distúrbios de rua, espoletas para vários tipos de munição pesada, foguetes para lançadores de tipo bazuca, foguetes antiaéreos de diferentes tipos", além da submetralhadora M1 a ser lançada brevemente.¹⁷

Persiste até hoje a ideia de que a companhia é de capital 100% brasileiro, mas a análise que temos vindo a fazer demonstra que assim não é. As implicações da participação de companhias sul-africanas no fabrico de armamentos no Brasil são especialmente graves dada a natureza dos produtos fabricados (armas antidesurbios, entre outras) e em virtude do facto de a CEV utilizar a lógica de "motivos de segurança" para não divulgar os nomes dos países aos quais fornece os seus produtos.

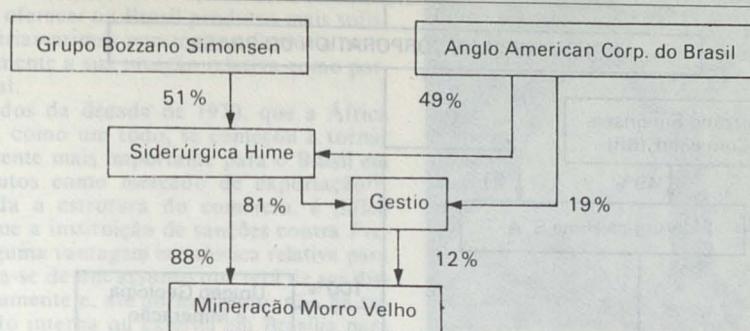
Em Dezembro de 1981, foram feitas novas incursões na indústria brasileira de mineração, quando a ANGLO e as suas associadas compraram uma participação de 40% nas Empresas Sudamericanas Consolidadas S.A. holding de todos os haveres sul-americanos do grupo *Hochschild*, com sede no Panamá. Só no Brasil, as operações da ESC incluem o projecto ferro-níquel da Codemir em Goiás (no qual a AMBRÁS já tem uma participação de 35%), produção de nióbio e tungsténio e fabrico de fornos industriais. Recentemente, a ESC adquiriu 69,7% das acções da Copebrás, importante produtor brasileiro de fertilizantes, fosfatos industriais e gesso.

Até castanha-de-caju

Através da AMBRÁS, a ANGLO detém também a maioria do capital da Iracema, firma processadora de castanha-de-caju em Fortaleza, Ceará. Este investimento não é tão curioso quanto parece, uma vez que a ANGLO, no passado, detinha substanciais investimentos na indústria de caju de Moçambique, e pode estar a utilizar o investimento como forma de transferência de tecnologia ou de pressão económica sobre aquele país. Em 1982, a firma exportou 350 toneladas de produtos de caju para a África do Sul, no valor de 1,45 milhões de dólares. No seu relatório anual para esse mesmo ano, a ANGLO registava dividendos pagos pela Iracema no valor de 250 mil dólares e o

DIAGRAMA 2

ACCIONISTAS DA MINERAÇÃO MORRO VELHO, 1983



pagamento de 1,9 milhões de dólares de dívidas externas da companhia. Os produtos Iracema podem ser encontrados em quase todos os supermercados brasileiros.

Convém mencionar que duas outras companhias de financiamento de mineração da África do Sul, a *Barlow Rand* e a *Gencor*, estabeleceram operações no Brasil, oferecendo capital a companhias de mineração e prospecção. Além disso, a *Gold Fields of South Africa* (de cuja sede no Reino Unido, a *Consolidated Gold Fields PLC*, a ANGLO detém 28,9% do capital) também marcou a sua presença no Brasil. Estas três companhias não parecem ver o Brasil do mesmo ponto de vista estratégico que a ANGLO American, nem contam com o mesmo grau de aprovação oficial ou acesso a interesses bancários brasileiros. É provável que os seus investimentos se mantenham numa escala modesta.

A ANGLO, ao contrário, está extremamente ansiosa por manter e expandir os seus investimentos no Brasil. Num curto período de tempo, transformou-se num dos principais grupos de mineração do Brasil, com participações substanciais e interesses muito diversificados. Tem fornecido conhecimentos técnicos, recuperando as agonizantes minas de ouro de Morro Velho, tornando-as novamente produtivas, e investindo na abertura de várias outras minas. Vinculou as suas operações ao poderoso grupo Bozzano Simonsen e multinacionais como a *Hochschild*, a *Schlenk, AG*, da Alemanha Ocidental, e a *Banque de l'Indochine*. Com isto, conseguiu neutralizar qualquer possível hostilidade por parte do governo brasileiro, garantindo assim, para si mesma, um papel permanente e estratégico na economia brasileira e, além disso, assegurando a durabilidade das conexões comerciais sul-africanas com o Brasil.

No tocante ao comércio externo, a vantagem esteve, de modo geral, ao lado da África do Sul nos últimos dez anos, passando a favorecer o Brasil apenas em 1975 e nos últimos dois anos. O Quadro 3 mostra a tendência geral.

O comércio com a África do Sul

O rápido declínio das importações do Brasil a partir de 1980 deve-se a limitações impostas pela crise da dívida externa do país, e não são específicas do comércio do Brasil com a África do Sul. Este declínio tem poucos fundamentos políticos, reflectindo principalmente a queda da procura de ácido fosfórico importado, que constituía a principal exportação da África do Sul para o Brasil em fins da década de 1970. A indústria brasileira de fertilizantes produz actualmente o seu próprio ácido fosfórico em quantidades suficientes para eliminar grande parte da procura das importações, sendo outro factor do declínio o excesso de capacidade da indústria de fertilizantes.

Mina de Morro Velho:
agora com capital da África do Sul

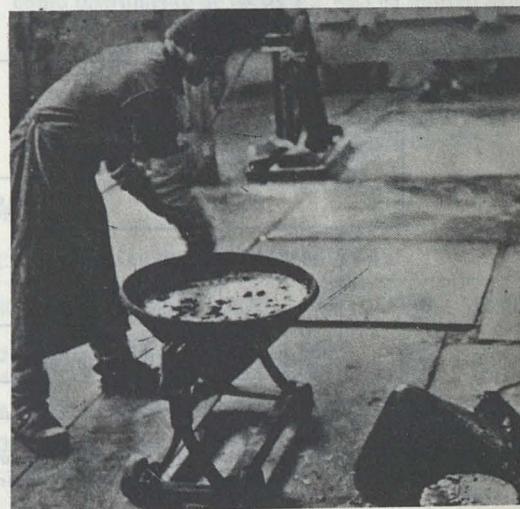
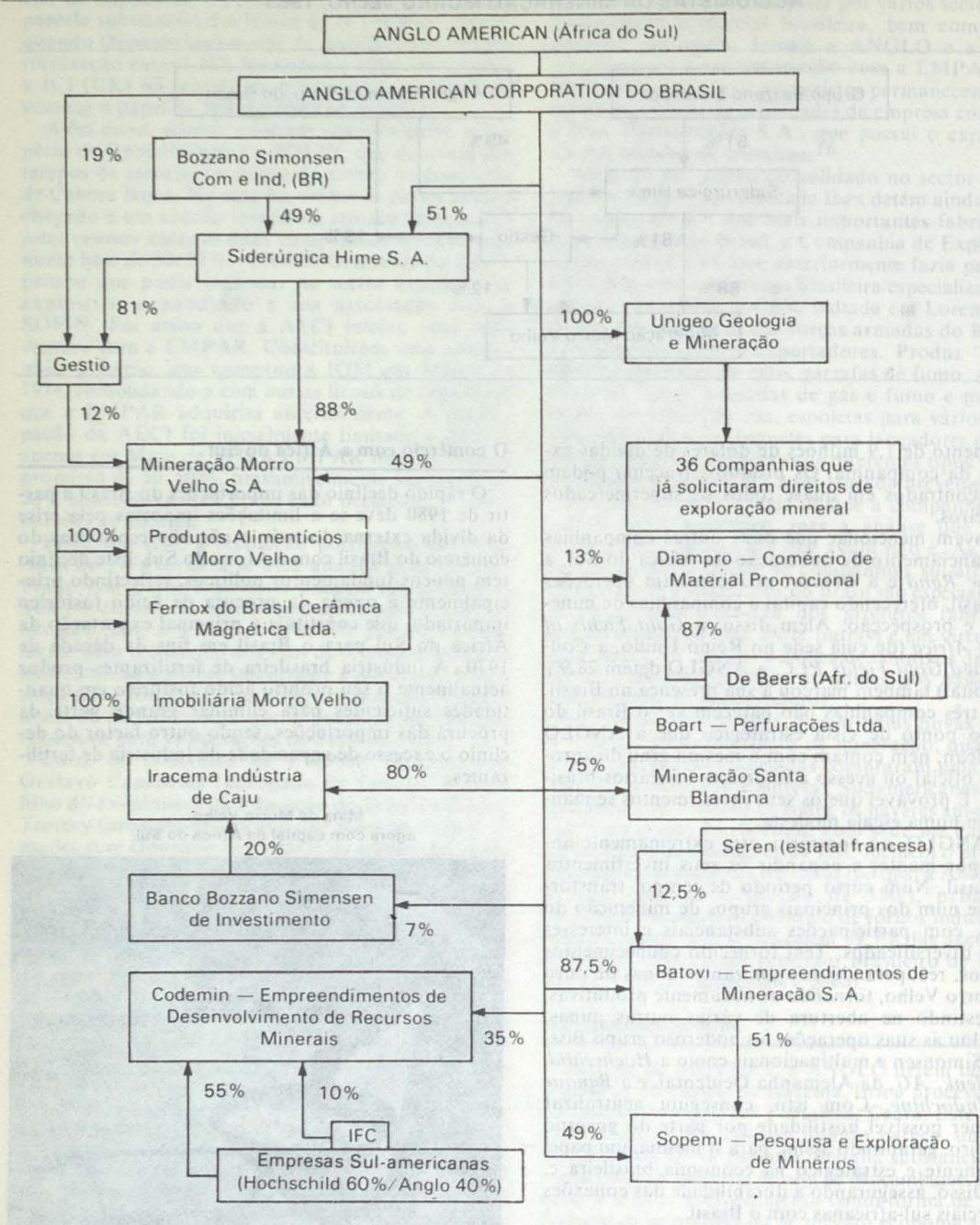


DIAGRAMA 3
ESTRUTURA DA AMBRÁS, 1983



Fonte: O diagrama acima baseia-se no organograma encontrado em Francisco R. Chaves (coordenador), Os maiores mineradores do Brasil: Perfil empresarial do sector mineral brasileiro, CNPq/Coordenação Editorial, Brasília, 1982, p. 505.

Ao mesmo tempo, o comércio brasileiro com o resto da África tende a registar um forte declínio em virtude da actual crise, e a queda dos preços do petróleo significa que mesmo os melhores clientes têm menos condições para absorver as exportações brasileiras¹⁸. Devido ao facto de a África do Sul tender no sentido de oferecer ao Brasil produtos mais sofisticados e matérias-primas estratégicas, Pretória manterá provavelmente a sua posição relativa como parceiro comercial.

Desde meados da década de 1970, que a África independente, como um todo, se começou a tornar significativamente mais importante para o Brasil em termos absolutos como mercado de exportação¹⁹. Contudo, dada a estrutura do comércio, é difícil demonstrar que a instituição de sanções contra Pretória traria alguma vantagem económica relativa para o Brasil. Trata-se de um assunto que terá de ser discutido politicamente e, até ao momento, não há suficiente pressão interna ou externa em Brasília para levar a cabo a implementação de sanções.

A Nigéria, o melhor cliente do Brasil na África subsahariana, já tentou por duas vezes desafiar as firmas britânicas detentoras de grandes interesses na própria Nigéria e na África do Sul (*Barclays Bank*, desde que foi nacionalizado, e a *British Petroleum*). Contudo, estas firmas preferiram não se desfazer dos seus interesses na África do Sul.

Os países africanos têm ainda menos influência sobre as firmas brasileiras. Destas, a maioria são as grandes produtoras de veículos (Fiat, Ford, Massey Ferguson, Mercedes Benz, Volkswagen e Volvo) e outras transnacionais (H. Stern, J.I. Case, Singer, Sharp, Swift Armour e Toshiba). As firmas de capital nacional brasileiro limitam-se à Editora Abril, grande importadora de produtos de papel sul-africanos, e as companhias de transporte, Varig e Lloyd Brasileiro.

Todas as firmas acima mencionadas fazem parte da Câmara de Comércio Afro-Brasileira, uma espécie de *lobby* favorável às exportações para a África independente²⁰. Uma análise do conteúdo das suas transacções com a África do Sul indica que o comércio destas firmas com aquele país é pequeno em termos absolutos²¹. Caso o Brasil impusesse sanções, as transnacionais que fazem parte desse grupo de firmas poderiam facilmente suprir a África do Sul a partir de fábricas noutras partes do mundo. São, portanto, remotas as possibilidades da imposição unilateral de sanções, que teriam de ser coordenadas



Herbert Levy: sem aprofundar as denúncias

de forma global e levadas a efeito com rigor para terem alguma eficácia. Enquanto isso, não existem quase impedimentos de qualquer ordem para que as companhias com sede no Brasil continuem a comerciar com a África do Sul.

Exportação de armas leves

Há uma área deste comércio externo que suscita preocupações, como seja, a exportação brasileira de pequenas quantidades de armas leves para a África do Sul. Apesar das afirmações feitas à comunidade internacional que tal não acontece, o Itamaraty deve certamente estar informado dessas exportações, uma vez que são abertamente divulgadas pelas estatísticas da Carteira de Comércio Externo (Cacex) do Banco do Brasil. Aparentemente, os revólveres, as armas de caça e respectivas munições estão isentas dos severos controlos impostos sobre a exportação de outras armas. Uma vez que as armas leves também servem como instrumento de repressão, não há motivo para que se permita a continuação desse tipo de comércio. De facto, esta situação coloca a questão de se saber se o Brasil não estará a fornecer outro tipo de armamento a Pretória, dado o *boom* actual da produção de armamento e a vasta campanha de vendas lançada pelo Brasil no exterior em Maio de 1983²².

QUADRO III

COMÉRCIO BRASILEIRO COM A ÁFRICA DO SUL, 1973-1982 (US\$ 10⁶ FOB)

Ano	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982
Importações	55,7	88,8	26,6	34,2	109,8	102,1	149,6	200,2	90,0	76,4
Exportações	33,9	45,4	36,3	33,4	27,5	37,3	53,5	103,1	131,9	102,8
Total	89,6	134,2	62,9	67,6	137,3	139,4	203,1	303,3	211,9	179,2
Saldo	-21,7	-43,4	-0,8	-82,3	-64,8	-96,1	-97,1	-39,9	+26,4	

Fonte: Banco do Brasil, Cacex

Um conjunto de exportadores, parlamentares e sectores da imprensa formam o que se poderia chamar, grosso modo, de *lobby* sul-africano no Brasil endossando e apoiando os esforços de representantes diplomáticos sul-africanos.

O "lobby" parlamentar

Em 1982, designado pelas Nações Unidas como Ano Internacional para a Mobilização de Sanções contra a África do Sul, uma delegação de parlamentares brasileiros visitou este país. Chefiada por Júlio Martins, a delegação incluía ainda Pinheiro Machado, Angelino Rosa, Antônio Muzarek, Antônio Anibelli, Cláudio Strassburger, Adhemar Ghisi, Igo Lossi e Italo Conti. A maioria destes deputados pertence aos PDS, representando estados do sul. Ao regressar, Martins elogiou a África do Sul e pediu compreensão para o sistema de *apartheid* na tribuna da Câmara dos Deputados. A reacção do Itamarati foi ignorar este discurso: "As palavras do vice-líder do PDS, deputado Júlio Martins, em defesa do regime racista da África do Sul, não merecem comentários"²³.

Em 1980 e 1981, a Volkswagen do Brasil recebeu delegações de dirigentes e técnicos da companhia, vindos da África do Sul. O director comercial brasileiro, Bernhard Elland, anunciou que a fábrica de São Bernardo iria produzir 15 mil veículos a álcool especialmente adaptados às condições sul-africanas. "Creio que existem condições para darmos toda a atenção ao mercado sul-africano", disse ele à imprensa²⁴. Esta transacção é indicadora do papel das transnacionais na solução dos problemas derivados da escassez energética da África do Sul.

Nos meios de comunicação social

A imprensa e certas editoras são especialmente va-

liosas para a África do Sul na defesa da sua imagem perante os brasileiros. O "Jornal do Brasil", do Rio de Janeiro, defende frequentemente os interesses sul-africanos como, por exemplo, a 31 de Janeiro de 1982, quando recomendava que se pusessem de lado as questões morais ao aceitar uma possível assistência sul-africana ao Brasil na área de extração de petróleo do carvão mineral. O mesmo jornal cede as suas colunas para que o embaixador sul-africano refute as críticas à política do seu governo²⁵. O director do jornal, J. A. Nascimento Brito, passa as férias na África do Sul e mantém íntimas relações com autoridades sul-africanas.

O império da Bloch Editores S. A., é um instrumento de propaganda para o Departamento de Informações da África do Sul, que conseguiu colocar uma matéria às cores de 24 páginas, na revista semanal "Manchete", pertencente ao grupo²⁶. A expansão dos investimentos da Bloch na área da televisão, com uma nova rede nacional, pode tornar-se um novo veículo para a expressão de opiniões a favor do *apartheid*.

Jornais como "O Globo" (Rio) e "Diário de Pernambuco" (Recife) fizeram, em 1982, substanciais importações de produtos de papel sul-africanos, como foi igualmente o caso da Editora Abril Limitada. Embora isto não implique necessariamente um compromisso das suas opiniões editoriais, é pouco provável que os proprietários venham a estimular críticas contra um país de cujas importações dependem. De facto, a própria existência deste comércio implica, pelo menos, uma posição política de oportunismo económico ou, na pior das hipóteses, de franco apoio.

Os militares não se incluem neste *lobby*, embora existam, certamente, sectores pouco significativos que seriam favoráveis a uma aproximação com a África do Sul. Não obstante, os adversários de qualquer tipo de pacto militar no Atlântico Sul sempre levaram a melhor no Brasil, especialmente nos escalões mais

EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE ARMAS LEVES PARA A ÁFRICA DO SUL (1982, em US\$ FOB)

Firma	Armas	Valor
Amadeo Rossi S. A. Rua Epifânia Fogaça, 143 São Leopoldo, RS	Carabinas de caça	11.690
E. R. Amantino e Companhia Ltda. Rua Fiorindo della Coletta, 140 Veranópolis, RS	Carabinas de caça	12.120
Forjas Taurus S. A. Avenida Forpte, 511 Porto Alegre, RS	Carabinas de caça Peças de carabina e de pistolas	311.304 1.101
Taurus S. A. Avenida Vitor Manzino, 450 Santo Amaro, São Paulo, SP	Carabinas de caça	17.636
Total para 1982		353.851

altos. O chefe do estado-maior das forças armadas, durante um período de intensa especulação na imprensa mundial sobre a formação de tal pacto, declarou: "A situação mundial, tal como se afigura no momento, não justifica a criação de uma aliança naval em defesa do Atlântico Sul, e não há possibilidades de participação brasileira, caso tal aliança venga a concretizar-se"²⁷.

Durante toda a primeira guerra de independência angolana, a hierarquia militar absteve-se do uso da retórica da Guerra Fria e insistiu em que o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), assinado no Rio em Janeiro de 1947, era instrumento suficiente para garantir a defesa do Brasil no Atlântico Sul. É pouco provável que o Brasil venha a participar na Organização do Tratado do Atlântico Sul (OTAS) ou que tal organização venha a ser criada sem a participação do Brasil.

Não obstante, o *lobby* continua a funcionar. Recentemente, fez uma tentativa de consolidar os seus interesses estabelecendo uma Câmara de Comércio Brasil-África do Sul. Liderados pelo presidente da MESBLA (cujas exportações para a África do Sul atingiram 531 713 dólares em 1982), Jacques de Butom, entre os membros da Câmara estava os directores de companhias tais como Acesita, Ciminas, Mercaplan e Metal Sales Schlenk (esta última já associada à ANGLO no projecto Codamin). Cerca de trinta industriais estiveram presentes na cerimónia de fundação da Câmara, mas muitos já se retiraram devido à oposição à sua criação, da Confederação de Associações Comerciais e da Federação das Câmaras de Comércio Exterior.

Em consequência do entusiasmo e do apoio dados a tal iniciativa pelo adido comercial da África do



O regime do "apartheid" sul-africano mantém fortes interesses económicos com empresários brasileiros

Sul, Theodorus van de Merwe, que se preparava para se retirar do país, o chefe do departamento comercial do Itamarati, Paulo Tarso Flexa de Lima, exprimiu-se inteiramente contrário à fundação da Câmara, que contrariava a política governamental de reduzir as suas relações com a África do Sul²⁸. □

¹ Este trabalho é parte de um projecto pessoal iniciado em 1977 visando fiscalizar as relações da África do Sul com a América Latina. Complementa e expande outro artigo já publicado anteriormente, "The South Atlantic connection: growing links between South Africa and Latin America", in "Britain and Latin America 1979". Latin America Bureau, Londres, 1979. Estou particularmente grato àquelas que me prestaram assistência no Brasil: Ari Gomes de Sousa Júnior, Bernardo Kucinski, Carlos Castilho, Chris Whitehouse, David Hathaway, Douglas Libby, Fábio Martins, Jan Rocha, Janice Monte Môr, Jean Bernet, José Maria Nunes Pereira, Marcos Arruda, Margret Dick, Maria Clara Soares, Militão Ferreira Dias, Nikolas Makay Júnior, Roberto Pereira de Andrade, Sérgio Danilo, Sônia Carvalho, Waldemar Rossi e os mineradores de Nova Lima.

² "New York Times", 2 Junho 1982.

³ Keith Middlemass, "Cabora Bassa: engineering and politics in Africa", Londres, 1975.

⁴ Quanto à história de Morro Velho, veja-se Marshall Eakin, "Nova Lima: life, labour and technology in an Anglo-Brazilian



IMPORTAÇÕES DE PAPEL DE JORNAL E OUTROS PRODUTOS DE PAPEL SUL-AFRICANOS, POR FIRMA, 1982

Companhias	Quantidade (tons.)	Valor (US\$ FOB)
Editora Abril, Ltda.	2.017	949.306
Diário de Pernambuco	2.000	954.305
O Globo	1.390	826.306

Fonte: Banco do Brasil, Cacex, Mapa País/Firma/Mercadoria/Importação, 1982.

mining community, 1882-1934", doutorado em História, Universidade da Califórnia, Los Angeles, 1982; Douglas C. Libby, "O trabalho escravo na mina de Morro Velho", tese de mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1979; e o excelente relato da organização trabalhista, de Yonne de Souza Grossi, "Mina de Morro Velho: a extração do homem, uma história de experiência operária", Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1981.

5 Sérgio Danilo, "A Venda da mina de Morro Velho", "Opinião", 11 Abril 1975, p. 9.

6 "Diário do Congresso Nacional" (Secção I Suplemento), 1 Julho 1976, pp. 1098-1102.

7 Brasil, Congresso, Câmara dos Deputados, Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar o comportamento e as influências das empresas multinacionais e do capital estrangeiro (CPI Multinacionais), "Diário do Congresso Nacional" (Secção I Suplemento), 1 Julho 1976; e Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar e avaliar a política mineira brasileira (CPI - Mineração), *op. cit.* (Secção I Suplemento), 7 Março 1978.

8 CPI Mineração, pp. 703 *et seq.*

9 CPI Multinacionais, pp. 989-990.

10 CPI Multinacionais, p. 6

11 Sérgio Danilo, "op. cit."

12 "Relatório Reservado" 836, 22 Novembro 1982, p. 3.

13 "Relatório Reservado" 837, 29 Novembro 1982, p. 3.

14 Veja-se, por exemplo, Aloysio Biondi, "Folha de S. Paulo", 15 Maio 1982, e Edson Suzczynski, "Jornal do Comércio", 21 Maio 1982.

15 ICI (UK) = ICI (United Kingdom), inglesa.

16 Veja-se Ibex Participações S.A., "Acta da assembléia geral extraordinária realizada em 23 de Dezembro de 1982 na sede social", Praia do Flamengo, 200 20.º and, Rio de Janeiro, 1982.

17 "Tecnologia e Defesa", 3 Maio 1983, pp. 15-17; "O Estado de S. Paulo", 8 Maio 1983.

18 Estas conclusões são extraídas de uma excelente análise do comércio brasileiro com a África, contida em Wayne A. Selcher, "Brazil - Black Africa economic relations in a South-South context", a ser publicada em "Managing International Development", número de Setembro de 1983 ou Janeiro de 1984.

19 Trata-se de um processo documentado por Selcher, *ibid.*; Jacques d'Adesky, in "Brasil-África: convergência para uma cooperação privilegiada", "Estudos Afro-Asiáticos", 4, 1980, pp. 5-20, e "Une analyse des relations économiques Brésil-Afrique Australe", (mimeografiado), Centro de Estudos Afro-Asiáticos, Conjunto Universitário Cândido Mendes, Rio de Janeiro, Maio 1982; e Helga Hoffman, "Towards Africa? Brazil and the South-South trade", in Jerker Carlsson (ed.) "South-South relations in a changing world order", Instituto Escandinavo de Estudos Africanos, Uppsala, 1982.

20 Veja-se a lista completa em "Afrochamber" 6, Fevereiro 1981, pp. 38-39.

21 Para mais pormenores, consulte-se Banco do Brasil, Cacex, Decpec, "Mapa País-Firma-Mercadoria 1980-1982", impressão de computador abrangendo países africanos seleccionados, 24 Março 1982.

22 Já foi divulgado pela imprensa (veja-se, p. ex., "Folha de S. Paulo", 15 Novembro 1980) que o Brasil permite que o Paraguai exporte componentes de armamento através do porto de Paranaguá, o qual, nos termos do Tratado de Itaipu, é porto livre. Quanto ao boom da indústria brasileira de armamento, consultem-se as referências na nota 17.

23 "Folha de S. Paulo", 12 Março 1982.

24 "Jornal do Brasil", 11 Fevereiro 1981. Quanto à visita anterior, em 1980, veja-se "O Globo", 29 Outubro 1980.

25 Por exemplo, 150 centímetros de coluna foram dedicados ao embaixador no dia 17 de Setembro de 1978, e 92 centímetros a 29 de Outubro de 1979; *press releases* da embaixada são também reproduzidos frequentemente pelo Jornal do Brasil.

26 Manchete 1562, 27 Março 1982, "África do Sul: assim ma potência". cresce uJornalistas que trabalham para a revista alegam que a matéria não foi solicitada, foi pré-redigida e paga como publicidade.

27 "Jornal do Brasil", 9 Outubro 1977, citado em Amílcar Alencastro, "América Latina, África e Atlântico Sul", Paralelo, Rio de Janeiro, 1980, p. 12. Veja-se também o estudo de Paul Horowitz e Holly Sklar, "The South Atlantic triangle", "Nacra Report on the Americas" XVI, 3 Maio-Junho 1982, pp. 2-43.

28 "Relatório Reservado" 867, 11 Julho, 1983, p. 3.

Cadernos do terceiro mundo

Portugal e Espanha

Assinaturas

anual (12 números)	650\$00
semestral (6 números)	400\$00

Estrangeiro — Anual (12 números)

por via aérea

Europa, Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe	23 dólares USA.
--	-----------------

Restantes Países	28 dólares USA
------------------------	----------------

• BENGUELA
Livraria 10 de Fevereiro

• BIÉ
Livraria 11 de Fevereiro

• CABINDA
Livraria Lunda
Quiosque Maiombé

• CALULO
Livraria 17 de Setembro

• DONDO
Livraria 2 de Março

• GANDA
Livraria 1.º de Maio

• HUAMBO
Livraria 8 de Fevereiro
Quiosque Albano Machado

• HUÍLA
Livraria 27 de Março

• K. KUBANGO
Livraria Kilamba

• KUANZA-NORTE
Livraria 10 de Dezembro

• KUANZA-SUL
Livraria Aníbal de Melo

• LOBITO
Livraria 11 de Novembro

• LUANDA
Casa da Venda
Armazém Venda Grosso
Quiosque 4 de Fevereiro
Livraria Centro do Livro
Livraria Augusto N'Gangula
Livraria 4 de Fevereiro

• LUNDA-NORTE
Posto de Venda

• LUNDA-SUL
Livraria Deolinda Rodrigues

• MALANGE
Livraria 1.º de Agosto
Quiosque N'Dongo

• MOIXICO
Livraria 14 de Fevereiro

• NAMIBE
Livraria Lutuima

• NEGAGE
Livraria Saidy Mingas

• SOYO
Livraria Lundogi

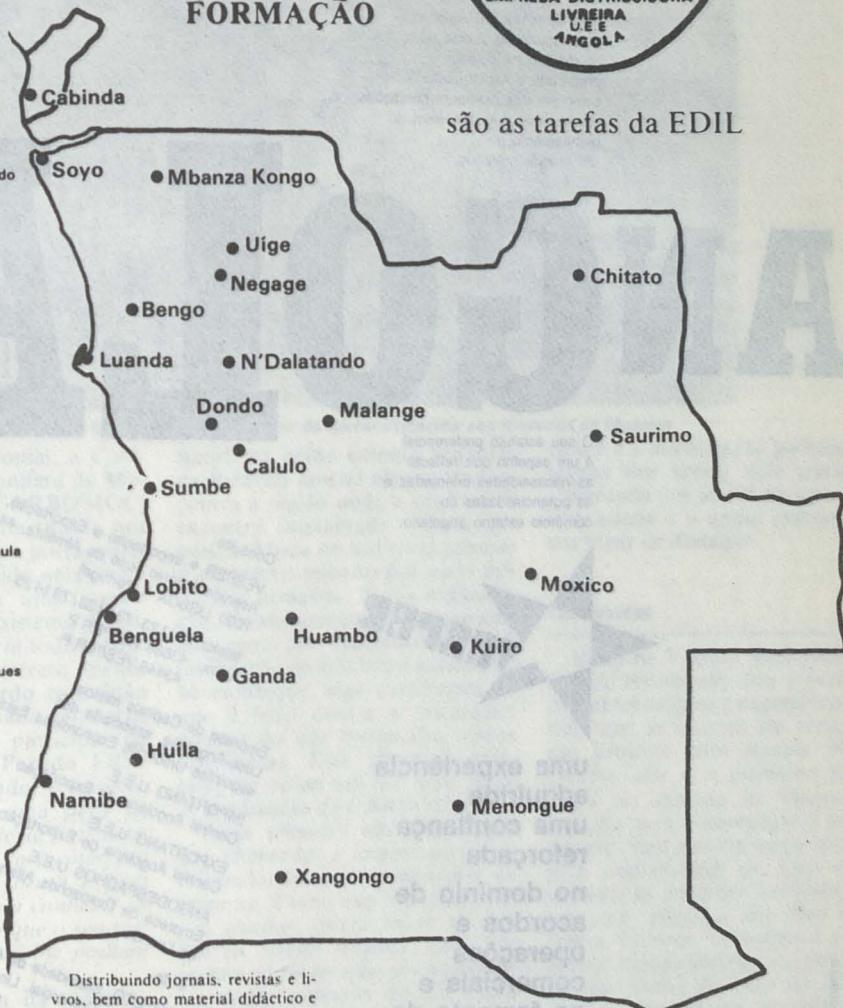
• UÍGE
Livraria 10 de Dezembro

• ZAIRE
Livraria Sagrada Esperança

LEVAR: INFORMAÇÃO CULTURA CIÊNCIA FORMAÇÃO



são as tarefas da EDIL



Distribuindo jornais, revistas e livros, bem como material didático e escolar, a EDIL contribui para a formação cultural do povo de Angola. A EDIL é a distribuidora exclusiva de cadernos do terceiro mundo para todo o território angolano.

EDIL Empresa Distribuidora Livreira
Caixa Postal 1245 — Rua da Missão, n.º 107/111
Luanda - República Popular de Angola

Estamos cá
como se estivéssemos lá.
Somos uma ponte segura
na cooperação recíproca.



uma Empresa privilegiada
na auscultação directa e
no diálogo negociador,
preparada e experimentada
como via das melhores condições
de parceria, que decorrem do
planeamento, de
um grande mercado.

ANGOLA

O seu estatuto preferencial
é um espelho que reflecte
as necessidades orientadas e
as potencialidades do
comércio externo angolano.



uma experiência
adquirida
uma confiança
reforçada
no domínio de
acordos e
operações
comerciais e
no fomento de
cooperação
técnica com a RPA.

DESIGN LUIS CARROLO

Consulte:
VESPER • Importação e Exportação, Lda.
Avenida António José de Almeida, 44, 1.º-D.
1000 LISBOA • Portugal
telets. 731123/731323/731423
telex 43688 VESPER P
43446 VESPER P

Empresa de Capital misto
Luso-Angolana, associada das
seguintes Unidades Económicas Estatais:

IMPORTANG U.E.E.
Central Angolana de Exportação
EXPORTANG U.E.E.
Central Angolana de Exportação
ANGODESPACHOS U.E.E.
Empresa de Despachos Alfanegários
de Luanda

e da
COTECO, Sociedade de Cooperação
Técnica e Comercial, Limitada

Muralistas descem às minas de carvão

A experiência da criação colectiva impulsionada por dois artistas autodidactas



O pintor Mankew Valente diante do mural oferecido aos mineiros de Moatize

No período colonial, a Companhia Carbonífera de Moçambique (CARBOMOC) era uma empresa constituída por capitais sul-africanos e portugueses e as condições de vida nela imperantes constituíam uma consequência directa do sistema de exploração instalado em todo o país. E também o seu retrato menos camouflado. De acordo com João Zarama André, enviado pelos seus companheiros para participar no IV Congresso do Partido FRELIMO como delegado, o mineiro moçambicano era uma peça de uma máquina que devia funcionar intensivamente, sem raciocinar, era considerado massa bruta e nem sequer lhe era dado a conhecer as condições de perigo que o seu trabalho envolvia e que lhe podiam custar a vida.

Com a conquista da independência os seus proprietários iniciam uma série de grandes e pequenas sabotagens, que chegaram a custar a vida de alguns trabalhadores. O agonizante regime racista de Ian

Smith na então colónia britânica da Rodésia lançou alguns ataques contra a região onde a empresa se encontra implantada. Pouco depois, a África do Sul tenta sabotar o complexo mineiro por meio dos bairros armados. A sua organização, financiamento e treinamento tem como fim específico a desestabilização económica e política de Moçambique, algo semelhante ao que é feito contra a Nicarágua através do que restou das tropas somozistas. Este plano deveria, pois, ter como um dos seus alvos as instalações da CARBOMOC.

Estas pressões não impediram que profundas e importantes modificações fossem introduzidas na empresa. Como expressão dos novos tempos, quem chega ao seu centro social depara com um grande mural no qual se encontram registados aspectos do dia a dia dos trabalhadores e das suas famílias. Tocadores de instrumentos tradicionais, executantes de música moderna, cursos de alfabetização de adultos, crianças indo para a

escola e a mobilização política são alguns dos temas nele tratados, compondo um painel em que a solidariedade e o apoio mútuo têm um lugar de destaque.

Os autores

Mankew Valente Mahumana e Harald Heinke são dois artistas de diferentes origens e experiências de vida que se uniram em torno de um projecto com murais. Neste campo, este é o primeiro passo dado no sentido de chamar a atenção para a importância social da arte, num país em que a batalha pela implantação de uma nova maneira de conceber o mundo tem que estar presente nos mais diferentes sectores. O primeiro é um pintor moçambicano, ex-magaiza (1) nas minas de ouro da África do Sul, perseverante no propósito de conseguir o domínio sobre pincéis e tintas. Também autodidata, o segundo consagra as suas horas à realização de uma obra que já

soma centenas de desenhos e quadros sobre Moçambique e o seu povo.

No princípio — gostam de ressaltar — não entendiam o que fazíamos, com blocos de papel e lápis nas mãos, alguns quilómetros lá debaixo da terra. Depois a curiosidade evoluiu para debates sobre a transformação de companheiros de trabalho em figuras multicoloredas, a deformação propositada de punhos e os ângulos de enquadramento de algumas cenas. Os cozinheiros, os motoristas, o pessoal do sector administrativo ou os cooperantes da RDA, todos enfim tinham alguma palavra a dizer a respeito da obra à medida que ela ia assumindo um contorno definido. Estas discussões marcaram de uma certa maneira a realização do mural, permitindo que a conceção original dos seus autores conseguisse ser expressa através de uma linguagem mais comunicativa.

A ideia original surgiu quando decidiram pintar alguns quadros tendo como ponto de partida a cooperação existente entre os povos da RDA e de Moçambique. Cada pintor preservaria o seu estilo próprio e poderia se chegar a uma obra colectiva. A decisão de conviver com os mineiros para conhecer mais de perto o seu modo de vida e trabalho veio a aprofundar a abordagem a ser dada e, em consequência, melhorar o resultado final.

Caçador de passarinhos

Mankew começou a desenhar muito cedo, "no chão e nas paredes". Mesmo na África do Sul consegue encontrar tempo e improvisa material para pintar. Em 1959 regressa a Moçambique e experimenta desenhar com tinta nanquim. Sempre autodidata, seis anos depois conclui o que considera a sua primeira obra, depois de muito errar e raspar os originais. A falta de recursos obriga-o a voltar para Marracuene, sua região natal, em 1965, dando os primeiros passos na escultura. Madeira para esculpir era fácil de ser encontrada, a floresta estava ali mesmo, o problema era manter a família e conseguir o mínimo necessário para as pinturas.

Ao contrário do que acontecia com a pintura, o caminho da escultura foi relativamente mais fácil e lucrativo. Mankew não só aprende novas técnicas como ainda passa a ensinar outras pessoas. Para conseguir mais dinheiro, dedica-se a caçar *xiricos* (2) vendendo-os aos "chinhas" chegados em barcos ingleses. Estes marinheiros, por sua vez, revendiam remessas de mais de 200 passarinhos noutros portos. Quando não chegavam os navios, os compradores eram os comerciantes chineses estabelecidos na então Lourenço Marques, que pagavam uma ninharia. Com o que consegue apurar com a venda de esculturas compra a sua primeira tela.

Como autodidata, ele é muito exigente consigo mesmo. Uma parte apreciável deste trabalho com os pincéis foi voluntariamente destruído por não conseguir materializar com as mãos tudo que lhe passava pela mente. O caminho foi árduo e Mankew considera que os avanços mais significativos foram dados quando resolve regressar à sua terra de origem. Ali entremeia a escultura tradicional com obras marcadas com a história do seu povo, abrindo assim caminho para o que viria a ser lançado em tela, depois de percorrer um longo itinerário.

Harald Heinke trabalha em Moçambique como representante da Liga da República Democrática Alemã para a Amizade com os Povos. Serviu anteriormente na Argélia e na Tanzânia e nestes países também encontrou tempo para dedicar-se à pintura. As exposições das suas obras têm por iniciativa própria se transformado em momentos de debates em torno da função social da arte, do papel dos artistas ou de técnicas mais adequadas para determinados trabalhos.

Mineiros iluminam

Mankew e Harald desceram vários quilómetros até o interior de algumas partes das minas para realizarem os esboços do mural. A luz necessária nas galerias era conseguida com o apoio dos mineiros, reunidos em torno dos pintores e concentrando os focos dos

seus capacetes sobre os primeiros rascunhos. Posteriormente, enquanto o primeiro se encarregava de determinar as áreas a serem utilizadas e o que nelas seria lançado, o segundo recorria a alguns trabalhadores para modelar personagens.

Nós consideramos este trabalho como muito importante, uma vez que ele foi concebido e realizado onde se desenvolve a classe operária moçambicana — ressalta Harald Heinke. Sempre mencionando a receptividade encontrada, diz que, feita com máquinas ou não, a tarefa dos mineiros é muito dura. O objectivo do mural não era mostrar a tecnologia ou a maquinaria empregada e muito menos apresentar algo mistificadoramente paradisiaco. Pelo contrário, trataba-se de abordar, dentro de uma certa linguagem artística, os passos dados nesta área em favor da construção do socialismo. Os mineiros são também o motor das transformações que a sociedade impõe devendo, pois, figurar como tema central de toda a obra.

Para o pintor moçambicano, a realização do mural entregue aos trabalhadores do complexo mineiro constitui também uma marca de distinção entre o seu país de agora e aquele existente sob o domínio colonial. Com a proclamação da independência, os artistas puderam armar-se para vencer os problemas criados com o isolamento. Antes as reuniões eram simplesmente impossíveis. Cada um lutava sozinho e o sistema controlava o tipo de obra e o nome do autor que podia aparecer ou não. Hoje, a situação é exactamente inversa, existindo um grande esforço de mobilização entre os novos e os antigos, sejam eles artesãos, escultores ou pintores. Outra grande conquista foi a possibilidade de através da arte demonstrar que a cultura e a língua ainda que diferentes não constituem barreira entre os povos. □

Etevaldo Hipólito

(1) magarza: forma como são correntemente conhecidos os trabalhadores que de Moçambique e outros países da África Austral em geral vão para as minas de ouro da África do Sul.

(2) xirico: pássaro de pequeno porte muito popular em Moçambique.

Os meninos da Malanga

Um poeta moçambicano relembrava os seus tempos de criança durante o colonialismo

UMA das canções de mobilização política mais populares em Moçambique chama a atenção para a necessidade de não se esquecer "o tempo que passou". Toda ela está dedicada a relembrar as humilhações e vexames sofridos durante o regime colonial português. Rememorar e criticar é uma forma de desmontar um determinado modelo de sociedade. De abrir perspectivas para um futuro mais sintonizado com aspirações simples e básicas para os seres humanos, como igualdade, direito a trabalho digno e à paz.

Na breve seleção de poemas que serviu de motivo para a presente entrevista — "Dos meninos da Malanga" — Raul Alves Calane da Silva aborda de forma aberta ou indireta estas questões. Filho de pai português e mãe mestiça de indiano e negra, conheceu o cerco montado pelo colonial-fascismo implantado nas então colónias africanas. Um só exemplo é suficiente para se ter uma ideia de como a origem racial funcionava ou não como passaporte para transitar em determinadas áreas. Para conseguir ser contratado por um dos jornais da então Lourenço Marques, teve que assinar as provas feitas eliminando o sobrenome *Calane*, sendo então confundido com europeu.

Este passado tão recente contrasta radicalmente com a realidade vivida hoje em Moçambique. A independência proclamada após uma dura luta armada rompe com todas as formas de discriminação e opressão e coloca para cada cidadão o desafio de participar na grande obra de construção de uma sociedade radicalmente nova. Este é um tema que Calane da Silva, como intelectual comprometido com um processo revolucionário bastante original, se propõe discutir.



Calane da Silva: deve-se desmontar o modelo de sociedade colonial e as suas formas de pensar

Dois mundos distintos

Num dos seus poemas, você fala da criança branca que apanhava da mãe para não falar landim, a língua usada pelas crianças negras. Pode situar melhor este conflito entre dois mundos?

Eram exactamente dois mundos. Dois mundos culturais distintos, dois mundos sociais distintos. Isto era visível em todo o país e extremamente estratificado e claro na sociedade moçambicana. E fortemente nítido ao nível das cidades. Aqui, os portugueses viviam nas casas de alvenaria que nós construímos como força de trabalho explorada, enquanto que, por outro lado, vivíamos em extensos subúrbios em casas de caniço, madeira e zinco. Evidentemente, havia uma fronteira que se podia quase tocar com as mãos.

Havia, porém, uma violação constante deste linha divisória. Por um lado, muitos portugueses tinham casas comerciais cantinas dentro destes subúrbios. Muitos dos seus filhos brincavam con-

nosco, depois de burlar o sistema de controlo familiar. Mas, quando esta criança aprendia, por exemplo, a falar a nossa língua, ai muitos destes pais chegavam a bater nos seus próprios filhos porque não queriam a assimilação da língua, que é um factor cultural por excelência.

E nós? Nós tínhamos acesso a algumas escolas na cidade-cimento. Éramos mão-de-obra barata para muitas empresas. Éramos obrigados a falar a língua portuguesa com os patrões. E éramos gulosos de olhar sem ter toda aquela riqueza que construímos com o nosso suor, às vezes com o nosso próprio sangue. Também nós sofremos a assimilação forçada de certos valores culturais. Nas escolas era a religião dos portugueses que nos ensinavam, era a história de Portugal que tínhamos de aprender, eram as músicas e canções portuguesas, da cultura portuguesa que tínhamos de entoar.

Talvez por isto, quase intuitivamente, crescia em nós uma necessidade absoluta de resistência

cultural. Sempre que podíamos falávamos a nossa língua, cantávamos e dançávamos as músicas e canções que os nossos pais nos ensinavam, ouvímos os nossos maravilhosos contos e fábulas ditos na oralidade maravilhosa das línguas mães. Por isto, apesar de todos os meios de comunicação possíveis que o colonialismo utilizou, para difundir e impor a sua cultura, os portugueses não conseguiram levar avante este processo de assimilação que tanto desejavam: fazer de nós pequenos portugueses de pele preta.

Nós éramos a maioria, sem sombra de dúvida. E esses filhos de colonos, eram por assim dizer, subvertidos pouco a pouco pela nossa presença. Estas crianças, desejosas de aprender as nossas línguas, as nossas canções, acabavam por ter um processo de assimilação contrário ao designio dos colonialistas. Os pais, quando batiam nas crianças, quando exerciam esta violência, consciente ou inconscientemente assumiam uma posição de preservar e manter a todo o custo a sua pretensa supremacia cultural, alimentada pela propaganda do regime.

Testemunho vivo

O seu trabalho literário está todo ele pontilhado de exemplos dramáticos como este. Concede-o como obra de testemunho?

É, na verdade, uma obra de testemunho. Eu não procuro jogos bonitos de palavras ou a estilização de uma linguagem poética. Descrevo directa, frontal e até brutalmente a realidade que me rodeava, que no final de contas não era muito diferente da de milhões de moçambicanos oprimidos por um sistema colonial-fascista. Vou mais longe neste testemunho. Eu situo-me como um filho de pai branco e mãe negra numa sociedade colonial, discriminatória e racista. A máquina do sistema, montada para dividir e assim dominar melhor, levou muitos negros do meu país, moçambicanos como eu, a odiar-nos, a nós, mulatos e que nós tivéssemos ódio ao preto.

Portanto, o meu trabalho é um testemunho vivo e vivido da complexa sociedade gerada pelo colo-

cialismo. De uma sociedade onde mesmo sem livros obrigava-nos a reflectir sobre ela e a optarmos por uma via política radicalmente diferente. A brutalidade do chicote abria as feridas necessárias para o combate.

Como é que aborda esta questão do mulato numa sociedade ainda marcada pelas sequelas do racismo?

Falou, e muito bem, em sequelas. Na verdade, conquistada a independência e livremente optada a via socialista, todos os males gerados pelo colonialismo não podiam acabar de uma vez só, no dia em que hasteámos a bandeira da liberdade. Deste modo, muitos mulatos e muitos negros moçambicanos ainda não se libertaram deste complexo inculcado na sua mente em todos estes anos de dominação estrangeira. Acontece simplesmente que agora mais do que nunca estes problemas são discutidos abertamente e combatidos de forma directa.

Em relação ao mulato, por exemplo, verifica-se que ao longo da história colonial do nosso país ele sempre reivindicou a sua cultura africana. Ele bebeu no seio da mãe negra a sua realidade cultural. Daí que quando recentemente o presidente Samora Machel, num comício perante mais de 100 mil pessoas na capital, levantou a questão do mulato afirmou entre aplausos da esmagadora maioria que o mulato era negro. Rouvava-se também assim aos racistas e aos tais que ainda transportam as sequelas do colonialismo mais uma arma para nos dividir e enfraquecer.

A questão do mulato, como se pode ver, não é algo isolado, é sobretudo uma questão política e não foge à realidade colonial. E isto porque, como arma para dividir, era utilizada contra os moçambicanos de origem indiana, europeia ou de qualquer outra procedência. Nisto se inclui o tribalismo e o regionalismo, tão estimulados durante a dominação estrangeira.

"Aqui não há neutralidade"

Como é que vê a inserção do intelectual nesta nova sociedade que Moçambique está construindo?

O intelectual não pode, de ma-

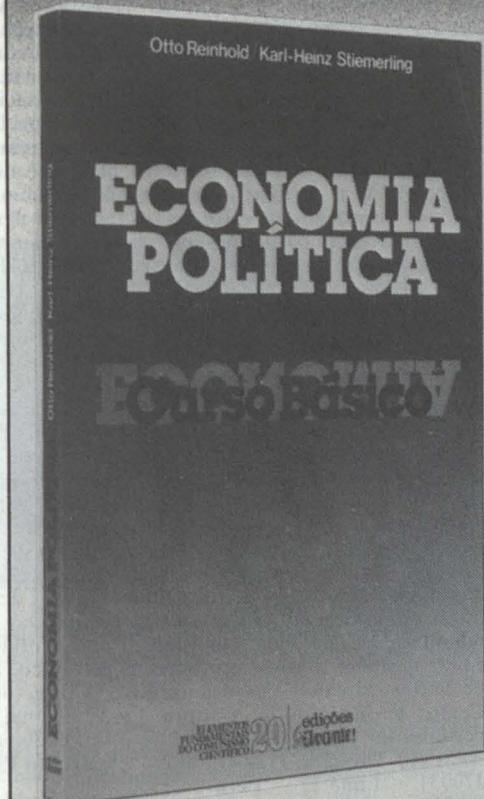
neira nenhuma, estar confinado aos seus gabinetes de trabalho, rodeado de muitos livros, analisando a sociedade através da janela que dá para a rua. Ele é um cidadão como outro qualquer, com os seus deveres e os seus direitos, mas como intelectual tem obrigações políticas bastante importantes para o desenvolvimento de uma sociedade livre e democrática. Na *machambu* ou na fábrica, no bairro ou na aldeia comunal, deve ser o receptor mais amplo da cultura popular e o veículo mais vivo na transmissão desta mesma cultura. Por exemplo, o escritor, como já começámos a fazer em Moçambique, não se limita a descrever a realidade que o rodeia, os fenômenos que observa, as situações e problemas que o povo vive. Ele é também um agente activo para a transformação da sociedade. Vamos a fábricas fazer dinamização literária, criando o gosto pela literatura, fazendo os operários participarem no desenvolvimento cultural. Vamos a uma aldeia comunal e lá, entre o povo recém-alfabetizado, convidamos os mais velhos a contar antigas histórias e fábulas do nosso património da literatura oral. Mostramos aos mais jovens que passando aquilo que ouviram para o papel estão dando os primeiros passos para a literatura moçambicana. Isto tudo enriquece também o escritor que traz e leva consigo, mais do que a imagem, vivência real do mundo que o rodeia, complementa-se, como homem e cidadão, numa sociedade em transformação.

Os fenômenos sociais são fenômenos políticos e o intelectual não pode se dissociar de nenhum deles. Aqui não há neutralidade. Nós, intelectuais progressistas, que amamos a paz e a vida, não podemos esquecer que existe um inimigo feroz espreitando-nos os passos e a mente, para que silenciosamente a voz dos oprimidos. O intelectual deve ser também um combatente a sua arma, sem *slogans* estereotipados, tem que estar icansavelmente ao serviço do povo. Neste sentido, vale dizer que a literatura sob qualquer forma de expressão que se revista, é uma trincheira de luta.

Etevaldo Hipólito

Otto Reinhold / Karl-Heinz Stiemerling

ECONOMIA POLÍTICA



Curso Básico

Esta obra explica e comenta, de forma simples e compreensível a todo o iniciado, as leis fundamentais dos modos de produção capitalista e socialista.

Contém uma análise detalhada da crise geral do capitalismo, incluindo o estudo da crise de 1974.

ELEMENTOS
FUNDAMENTAIS
DO COMUNISMO
CIENTÍFICO
20 | edições
Avante!

Jornalista boliviano ganha prémio da Unesco

Um dos mais conhecidos jornalistas da Bolívia, Luis Ramiro Beltrán, recebeu o prémio McLuhan, criado pela Comissão Nacional do Canadá para a Unesco. Beltrán, de 53 anos, foi um dos pioneiros da luta dos jornalistas do Terceiro Mundo em favor de uma Nova Ordem Informativa Internacional (NOII) e a sua indicação para o prémio foi feita por três países diferentes: Bolívia, Colômbia e Costa Rica.

O prémio McLuhan consiste numa medalha de ouro, e uma quantia em dinheiro de 50 mil dólares. A indicação do vencedor foi feita por uma comissão de cinco jurados, todos eles membros de Comissões Nacionais da Unesco em países do Terceiro Mundo. Beltrán recebeu o prémio no dia 7 de Dezembro, na sede da Unesco, em Paris.

Luis Ramiro Beltrán é um especialista em comunicação entre comunidades rurais, além de ter um profundo conhecimento no campo da planificação das políticas de comunicação social, tendo sido um dos principais assessores da Comissão McBride, criada pela Unesco para estudar o desequilíbrio no fluxo de informações no Mundo actual. O director-geral da Unesco, Amadou Mahtar M'Bow disse que o prémio reconhece "os esforços feitos pelos intelectuais e jornalistas latino-americanos que há um quarto de século começaram a luta por uma ordem informativa mais justa".

A mãe de Beltrán também foi jornalista e foi ela quem fundou em 1921, a primeira revista feminina da Bolívia. Ao lembrar a sua luta pela NOII, o primeiro jornalista a receber o prémio McLuhan, disse que "em 1970, quando surgiu a questão da mudança do sistema desigual de informação no mundo capitalista, ninguém no Terceiro Mundo podia prever que este problema acabaria por criar uma polémica mundial tão ampla, apesar do boicote ostensivo de todos os países ricos". Pouco depois de receber a comunicação oficial da concessão do prémio, Beltrán deu uma entrevista na qual afirmou que "a América Latina está cheia de experiências pouco conhecidas em matéria de informação não comprometida com os interesses económicos e políticos do chamado Primeiro Mundo. Mas essas experiências diz ele - mostram que um importante grupo de profissionais e estudiosos, não necessariamente especialistas, conseguiram romper as barreiras existentes e implantaram as *barriadas* (favelas, bairros de lata), de Lima, Peru, ou nos campos da Guatemala, experiências fascinantes da Imprensa alternativa".

Unesco desafia os EUA

A Unesco vai financiar por conta própria um programa de formação de jornalistas latino-americanos com o objectivo de esclarecer-lhos sobre os efeitos da

dominação dos interesses transnacionais no terreno da comunicação. O projecto que beneficiará profissionais de 18 países do continente, terá também como um dos temas básicos a discussão da Nova Ordem Informativa Internacional (NOII).

O curso de formação, com um custo aproximado de 100 mil dólares, foi vetado pelo governo dos Estados Unidos quando foi discutido na quarta reunião plenária do Programa Internacional de Desenvolvimento da Comunicação (PIDC), na cidade soviética de Tashkent. Apesar do voto, a Unesco decidiu libertar a verba por pressão dos países membros do Grupo dos 77, que reúne os países subdesenvolvidos membros da UNCTAD (Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento).

Cultura transnacional

Pela primeira vez na América Latina surge um organismo que pretende assumir como tarefa básica e específica o estudo da transnacionalização da cultura no continente. É o Centro de Estudos sobre Cultura Transnacional, surgido a partir da ampliação dos estudos e pesquisas desenvolvidos pelo Instituto Latino-Americano de Estudos Transnacionais (ILET).

O Centro de Estudos de Cultura Transnacional forma, juntamente com outros centros específicos voltados para a economia e política transnacionais, o corpo fundamental do Instituto para a América Latina (IPAL). As quatro organizações citadas propõem-se coordenar os esforços de todos os pesquisadores e académicos latino-americanos no campo da pesquisa sobre as formas e consequências do fenômeno da transnacionalização.

No que se refere à cultura, o Centro dividiu as suas actividades entre a parte cultural propriamente dita e a parte de comunicação. No primeiro ramo, serão realizadas pesquisas para aprofundar o conhecimento a respeito dos efeitos e a dinâmica causados sobre as culturas populares do continente pela penetração de formas culturais ligadas ao sistema económico hegemônico no mundo capitalista. Na comunicação, haverá uma diferenciação entre a parte teórica, a tecnologia, rádio e televisão, e publicidade.

Em 1984, o Centro, criado no começo deste ano, pretende realizar um seminário sobre comunicação popular e outro sobre políticas democráticas de cultura e comunicação. O Centro está a organizar uma biblioteca na sua sede, em Lima, Peru, e pretende editar também livros e um boletim periódico, além de vários "dossiers" especializados. O director do Centro de Estudos de Cultura Transnacional é o pesquisador Rafael Roncagliolo e o seu endereço é: Av. Petit Thouars, 3125 Of. 802 Apartado Postal 270031 - Lima 27 Peru.

O teatro ajuda a plantar

Dois moradores de favela (bairro-de-lata), no Rio

de Janeiro, decidiram usar o teatro para tentarem ajudar os seus vizinhos a cultivar hortaliças em terrenos vagos. Nilton da Silva e Ubirajara Silva, escreveram a peça "Fome, o maior flagelo do mundo" para despertar o debate entre os moradores de favelas sobre as formas de procurar uma alimentação mais barata numa época de crise e desemprego.

Além da peça, os dois escreveram uma cartilha sobre as normas básicas de horticultura e árvores frutíferas. As ideias de Nilton e Ubirajara foram transformadas num projecto de lei em discussão na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, criando facilidades para o cultivo de vegetais em terrenos abandonados ou em quintais.

Bolívia: a partir do próximo ano será obrigatório o ensino de línguas nativas

O ministério da Educação da Bolívia emitiu uma resolução que torna matéria obrigatória, dentro do sistema educacional, a aprendizagem do *aymara*, o *quíchua* e outras línguas nativas.

"O caminho mais apropriado para o ressurgimento das culturas nativas é a aprendizagem e difusão dos seus idiomas", destaca a resolução ministerial. A população campesina do Altiplano fala *aymara*, enquanto o idioma nativo da área dos vales é o *quíchua*. Também se falam vários dialetos derivados do *guarani*.

O ministério estabeleceu a criação, de imediato, de uma comissão que iniciará os estudos para a inclusão das línguas nativas nos programas escolares, iniciando, ao mesmo tempo, a formação de professores especializados.



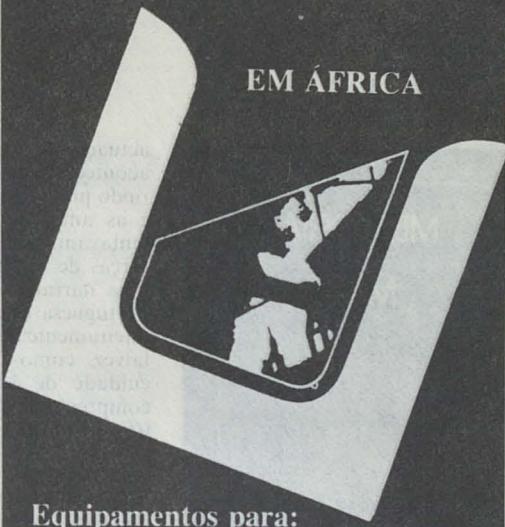
"A Bolívia diz a resolução é um país onde coexistem diferentes culturas nativas que têm sido desprezadas pela imposição de formas culturais ocidentais, provocando um processo de crescente alienação do povo.

"O actual sistema educacional responde a estruturas do sistema dependente que impõe a aprendizagem de idiomas estrangeiros, menosprezando os nativos".

Finalmente, ressalta que o "o governo, com decisão irrevogável, se impôs a tarefa de responder às aspirações populares, das quais a revalorização da sua própria cultura é uma das mais importantes".

COMETNA

EM ÁFRICA



Equipamentos para:

- caminhos de ferro
- cimenteiras
- cerâmicas (barro vermelho)
- siderurgias
- centrais hidráulicas e térmicas
- construção civil
- saneamento básico
- (carros e contentores)

Válvulas industriais

Estudos e Tecnologia

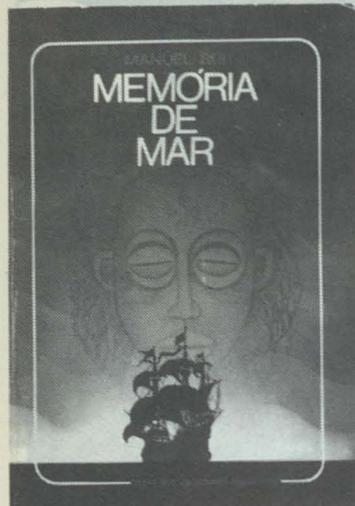
METALOMEÇÂNICA E METALURGIA

 **COMETNA**
Companhia Metalúrgica Nacional, S.A.R.L.

Sede: R. Academia das Ciências, 5 • 1200 Lisboa
• Te.: 320011 • Telex 12819 COMEN P

Delegação na R.P. de Moçambique:

Av. Zedequias Manganheia, 520-6.º - FLAT 603 C.P. 1402 - MAPUTO
Tel. 29461 - Telex 6-470 COMEN MO



Uma literatura que se afirma

Na literatura que usa a língua portuguesa como modo de expressão, é raro o exemplo da utilização do fantástico ou do fantasmagórico como imagística para traduzir situações ou conceitos. São casos pontuais, as mais das vezes, de resto, localizados na literatura brasileira. Tendência actual de grande parte da ficção em todo o mundo mas, em especial, na literatura da América Latina, a fábula fantástica ou, pelo menos, servindo-se de elementos insólitos e irreais tem dado grande prestígio e dimensão àquela latitude. Era natural, pois, que a sua influência se começasse a verificar, sobretudo entre os escritores dos novos países de expressão portuguesa cuja realidade autóctone tão bem se pode casar com tal tipo de imagética.

É o caso deste livro de Manuel Rui, "Memória do Mar", incursão feliz pelo reino do insólito, a que se junta uma técnica narrativa feita de *flash-backs* e encadeamentos, de anacronismos e paralelismos. Tudo, todavia, com um sentido de

actuação política interveniente nos acontecimentos da época (o período pré-independência de Angola e as ameaças que certos grupos tentavam desencadear contra as forças de libertação). É, por isso, uma narrativa original na língua portuguesa que, embora preencha inteiramente a sua finalidade, terá, talvez, como óbice, alguma dificuldade de leitura e respectiva compreensão por parte de um leitor pouco dado a este tipo de literatura. Mas não será difícil prever para "Memória de Mar" um futuro papel de pioneiro numa literatura que está ainda a fazer-se, se bem que conte já com algumas obras maiores. E alguns autores, igualmente de inegável talento, como é o caso de Manuel Rui.

O.L.

Título: MEMÓRIA DE MAR

Autor: — Manuel Rui

Título: — Memória de Mar

Editor: — União de Escritores Angolanos, através de Edições 70 Lisboa, 1980.

Honduras, República alquilada

República é o nome que designa o sistema de governo de um Estado, independentemente da forma e do modelo de condução de assuntos públicos que assuma. As Honduras gozam dessa aparência formal, mas, desde o início do século XX, devido às características peculiares da sua economia e dos regimes militares e civis que chegavam ao poder em conluio com empresas frutíferas (como a *Cuyamel Fruit* e a *United Fruit*), passou a ser, contra a vontade da sua classe trabalhadora, sinônimo de "republiquetas bananeira", ofendida por historiadores e jornalistas, por políticos e soldados

dos Estados Unidos atidos apenas às formas externas dessa humilhante dependência. Hoje, essa *banana republic* típica da América Central está a ser transformada, além disso, num enclave militar dos Estados Unidos, no porto-aviões terrestre que substitui o papel que a Nicarágua dos Somoza representou durante mais de 40 anos. É uma república alugada (como bem diz o título do livro) "pela classe política dos partidos tradicionais hondurenhos e pela camarilha militar vendida e desnacionalizada que é o verdadeiro governo do Estado. Nunca antes na América ibérica um sector dominante chegou a níveis tão degradados de abjeção como os alcançados nas Honduras pelos seus dirigentes civis e militares, que alugaram o país porque não puderam vendê-lo".

Gregorio Selser é docente e pesquisador do Centro de Estudos Lázaro Cárdenas e do CELA (Centro de Estudos Latino-Americanos), da Universidade Nacional Autónoma do México (UNAM). Além disso, é colaborador de *cadernos do terceiro mundo*, do jornal *El Día* do México e da agência de notícias *Inter Press Service* (IPS).

Título: HONDURAS, REPÚBLICA ALQUILADA

Autor: Gregorio Selser

Editor: Mex-Sur Editorial

O sionismo na época dos ditadores: uma reavaliação

Para o historiador William Lorenz Katz, numa crítica publicada na revista norte-americana *Freedomways* (vol. 23, n.º 3), o livro de Brenner "é um estudo documentado, incisivo e doloroso do sionismo anterior a 1948" porque

coloca uma questão nunca antes levantada: a atitude dos sionistas diante do fenômeno anti-semita. Diante da necessidade de uma pátria para os judeus e de como conseguí-la, o judaísmo dividiu-se.

Theodore Herzl — o fundador do pensamento do sionismo moderno —, citado por Katz, um dia teria dito: "Qual a causa do anti-semitismo? Os judeus. Há judeus em demasia". A partir daí, o autor vai citando factos altamente esclarecedores sobre o caráter de classe desse movimento extremista judeu, de ideologia anti-revolucionária.

Poucos sabem que, em 1903, os sionistas, por intermédio de Herzl, reprimiram os judeus revolucionários russos num acordo com a política czarista que ganharam a confiança e o apoio dos racistas anti-semitas; que na Itália e na Alemanha eles colaboraram com os nazi-fascistas a ponto de servirem de polícias nos guetos em troca de favores financeiros e políticos; que mesmo depois de Hitler ter censurado as publicações judias, os jornais sionistas eram legalmente vendidos nas ruas do Terceiro Reich. Ou que, em Outubro de 1937, depois dos nazis terem assassinado e prendido liberais e esquerdistas, Adolf Eichmann foi convidado a Haifa (Palestina) para se encontrar com um agente sionista que lhe passou informações sobre os comunistas, em troca de esforços para que aumentasse a população judia na Palestina.

"Os líderes sionistas eram da classe alta e como tal temiam os movimentos grevistas que defendiam o socialismo e a revolução. Dessa forma, eles desapro davam qualquer agitação — manifestações, boicotes, autodetes armada

contra o anti-semitismo, justificando que 'isso só pioraria a questão'."

Na época em que o holocausto dos judeus na Alemanha hitlerista estava no auge, os líderes sionistas recusavam-se a tomar qualquer atitude para resgatar os prisioneiros à exceção de alguns judeus mais ricos e saudáveis. "Em 1943, enquanto milhares marchavam para as câmaras de gás, Yitzhak Gruenbaum, diretor do Comitê Sionista de Resgate, reafirmava a sua recusa em ajudar os seus irmãos prisioneiros com estas palavras:

"Eu disse não. E torno a dizer não."

Esse longo e doloroso estudo do pensamento e da prática sionistas "deveria ser lido por aqueles que acreditam que o sionismo é uma doutrina benigna que só ajuda os judeus, sem feri-los", finaliza o crítico William Katz.

Título: O SIONISMO NA ÉPOCA DOS DITADORES: UMA REAVALIAÇÃO

Autor: Lenni Brenner

Editor: Lawrence Hill & Co.
Westport, Connecticut, EUA

El gran desafío

"O nosso esquema de forças assenta numa realidade: temos as armas nas mãos e o povo conosco". Deste modo o comandante Jaime Wheelock resume a situação da Revolução Sandinista numa entrevista a Marta Harnecker realizada em Manágua, em Junho deste ano.

O trabalho foi feito "para se compreender melhor esse desafio, que é romper com o modelo imperialista de dominação e construir de forma original e criadora (...) uma nova sociedade num país subdesenvolvido", explica Harnecker na apresentação do livro.

Wheelock fala das relações com a igreja, a burguesia e outros sectores do país; da liberdade de imprensa; do pluralismo e as eleições; da reforma agrária; do planeamento económico e da agressão contra a Nicarágua.

Marta Harnecker é uma cientista política e jornalista chilena actualmente a residir em Cuba. Autora de "Os conceitos elementares do materialismo histórico", também já entrevistou líderes revolucionários latino-americanos.

"Nicarágua: o grande desafio" será, dentro de muito pouco tempo, publicado em Portugal, numa edição da Tricontinental Cadernos do Terceiro Mundo.

Título: EL GRAN DESAFIO

Autor: Marta Harnecker entrevista o comandante Jaime Wheelock.

Coleção: Biblioteca Popular Sandinista.

Editor: Editorial Nueva Nicarágua.

Política salarial, desemprego e recessão

O livro analisa a política salarial do governo brasileiro e apresenta propostas alternativas para a questão salarial. Elaborado a partir de sondagens e utilizando como apoio o Banco de Dados e a Cronologia do IBASE (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Económicas), o ensaio tem dois objectivos.

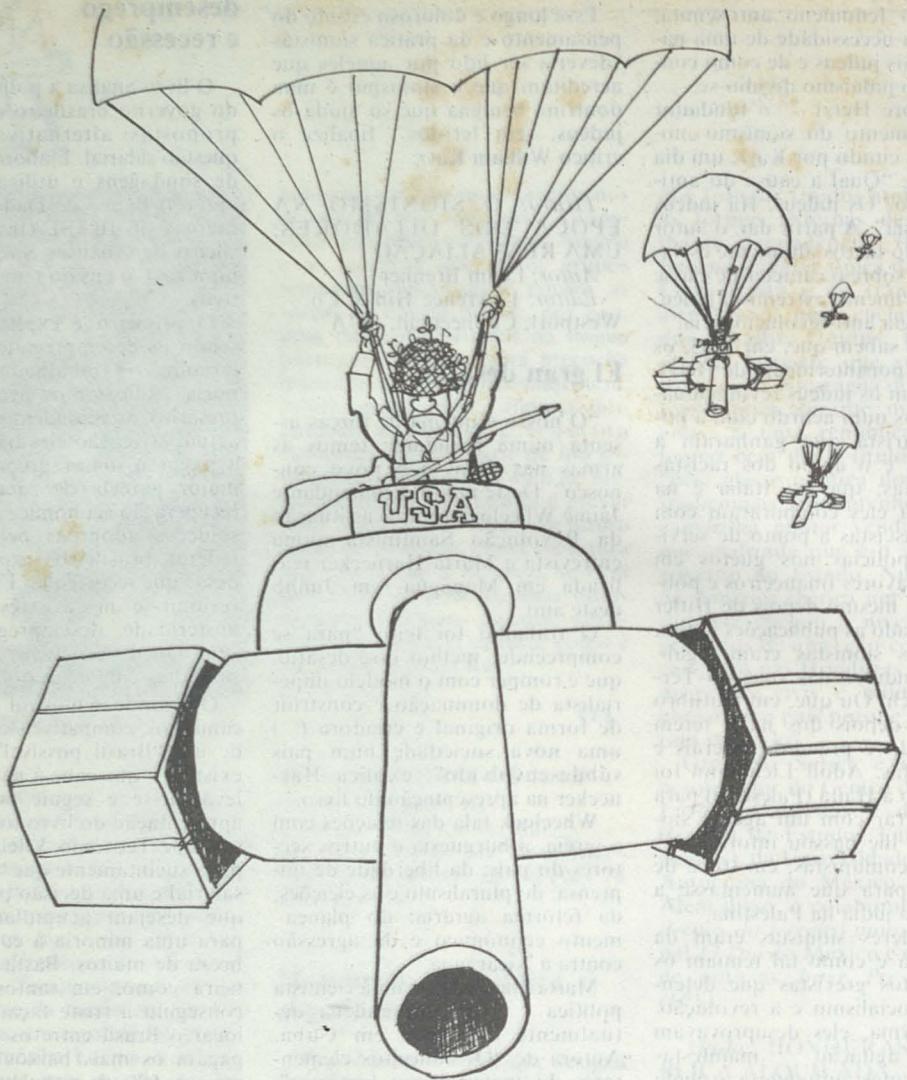
O primeiro é explicar porque, sendo os desempregados, os assalariados, os trabalhadores, as minorias étnicas e os pequenos empresários, as verdadeiras vítimas da actual crise, são eles os chamados a pagar o maior preço e fazer a maior parcela de sacrifício pela recuperação económica do país. As soluções adoptadas pelo governo federal brasileiro, especialmente desde que recorreu ao FMI, podem resumir-se nestas três políticas: austeridade, desemprego e recessão. Quem beneficia e quem se prejudica com essas políticas?

O segundo, é mostrar que outros caminhos, compatíveis com a meta de um "Brasil possível", também existem e que cabe à nação inteira levantar-se e seguir por eles. A apresentação do livro foi feita pelo senador Teotónio Vilela, que explica sucintamente que "contenção salarial é uma decisão política dos que desejam acumular riquezas para uma minoria à custa da pobreza de muitos. Basta ver a maneira como, em tantos anos, se conseguiu a triste façanha de colocar o Brasil entre os países que pagam os mais baixos salários a mais de 60% da população".

Os autores: Marco António de Souza Aguiar foi professor universitário e director técnico do IBGE, hoje é pesquisador do IBASE; Marcos Arruda é um dos directores de programas do IBASE e professor do Iesae, da Fundação Gertúlio Vargas; Parcifal Flores é professor universitário e colaborador do IBASE.

Título: POLÍTICA SALARIAL, DESEMPREGO E RECESSÃO

Autores: Marco António Aguiar; Marcos Arruda e Parcifal Flores
Editor: Codecri, Rio de Janeiro



VEJA VOCÊ! OS AMERICANOS
INSISTEM EM QUE
ESTAMOS FAZENDO
UM AEROPORTO
PARA RECEBER,
ARMAMENTOS!

ANTES FOSSE!



Angola, terra da liberdade.



TAAG

LINHAS AÉREAS DE ANGOLA
A Serviço da Reconstrução Nacional

ANGOLA

A black and white photograph showing a woman from the side, wearing a patterned headwrap and a light-colored dress. She is reaching up to pick coffee beans from a coffee tree. A large basket is positioned below her to collect the beans. The tree has many green leaves and clusters of coffee beans.

Café de Angola
um
gosto
de
liberdade

Av. 4 de Fevereiro, nº 107 — Luanda • Telefone 7387 1/2/3 • Teleg. "IN CAFE" • R.